



UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRPPG – PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CCHL – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PPGHB – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

CARLOS ALBERTO DE MELO SILVA MOTA

POR DENTRO DA PAUTA:

História política e cultural na imprensa escrita de Teresina (1971-1975)

CARLOS ALBERTO DE MELO SILVA MOTA

POR DENTRO DA PAUTA:

História política e cultural na imprensa escrita de Teresina (1971-1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles.

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processos Técnicos

M917p Mota, Carlos Alberto de Melo Silva.
Por dentro da pauta : história política e cultural na imprensa
escrita de Teresina (1971-1975) / Carlos Alberto de Melo Silva Mota.
-- 2021.
175 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em
História do Brasil, Teresina, 2021.
“Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Cristina da Silva Fontineles.”

1. Imprensa – Piauí – História. 2. Imprensa – Política.
I. Fontineles, Cláudia Cristina da Silva. II. Título.

CDD 070.981 22

Bibliotecária: Thais Vieira de Sousa Trindade - CRB3/1282

CARLOS ALBERTO DE MELO SILVA MOTA

POR DENTRO DA PAUTA:

História política e cultural na imprensa escrita de Teresina (1971-1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Orientadora

Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus

Examinador Externo

Prof. Dr. Fabio Leonardo Castelo Branco Brito

Examinador Interno

Prof. Dr. Pedro Pio Fontineles Filho

Examinador Interno

Aos meus pais, Zeca Bode e Rosilda.

*Aos meus avós (in memoriam) que
pertenceram a uma geração de lavradores
analfabetos e temperaram a terra com suor
para que os filhos e os netos germinassem.*

AGRADECIMENTOS

O personagem está em casa quando fica à vontade na retórica das pessoas com as quais compartilha a vida. O sinal de que se está em casa é que se consegue fazer entender sem muito problema, e ao mesmo tempo se consegue entrar na razão dos seus interlocutores, sem precisar de longas explicações.¹

Ao passo que nos aproximamos do final de uma caminhada é interessante olharmos um instante para trás e pensarmos um pouco naqueles que nos acompanharam e ajudaram chegar até esse destino. Sou grato a todas as pessoas que permitiram sentir-me “em casa”, independentemente dos 400km de distância da minha cidade natal.

Agradeço aos meus pais, José Roberto (Zeca Bode) e Rosilda, que não mediram esforços para colaborar comigo. As memórias da alfabetização no quintal de casa e dos trajetos na garupa duma bicicleta para escola permanecem vivas em mim, uso delas como combustível para manutenção da fé que sonhar é possível.

Sou grato aos meus irmãos Roberta, Remígia, Israel e Leandro, sou sempre o mais calado em nossos encontros, pois os escutar e observar é o essencial para mim. Aprendo muito com todos, especialmente com Roberta, mesmo com a distância nunca me senti longe dela.

A minha orientadora e amiga Cláudia Fontineles, sou muito grato por essa parceria iniciada ainda na graduação. Seus ensinamentos foram essenciais para meu desenvolvimento, tanto acadêmico quanto humano. Sua sensibilidade é admirável.

Aos meus amigos da turma ‘História 014’, dentre os quais destaco Julio Eduardo, João Antônio, Luís Gustavo, Kátia Milena, Alice Maria e Leonardo Castro. Cheguei em Teresina como um forasteiro e fui acolhido como um familiar, obrigado por tanto.

Aos meus amigos de futebol que se tornaram irmãos para vida, Danilo Silva, Jônatas Araújo e Wallace Bandeira, sempre que estamos juntos esqueço todos os problemas, saibam que vocês são insubstituíveis.

Aos filhos de Barra do Corda que, assim como eu, viajaram para buscar educação em Teresina e permaneceram amigos leais: Luciano Silva, Wanderson Lucena, João Victor Moura e Lucas Lucena.

¹ AUGÉ, Marc. **Não-lugares:** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994, p. 99.

Aos meus sobrinhos, Artur Vinícius e João Paulo, que na verdade tenho como irmãos. Sempre se surpreendem com a proximidade das nossas idades, é uma longa história. Agradeço pelas melhores memórias da minha infância e por todos os momentos que continuamos a compartilhar, espero que nossa união permaneça.

Ao PPGHB e à oportunidade de ter contato com tantas pessoas especiais, a começar pela minha turma, sujeitos como Francisco Adriano, Neta Machado, Camila Moura Fé, Antonio Jeferson, Eugênio Brito, Wanderson Dantas e Wellington Pereira. Agradeço também aos amigos que nos antecederam no Programa de Mestrado em História, com destaque a Anderson Miura, Joaquim Conrado, Kelyel Fortes e Júlio César.

A todo o corpo docente que nos acolheu, nos indicando as melhores sendas a seguir nesse trajeto da pesquisa histórica. Sou grato ao professor Francisco Alcides por transmitir sua experiência e pelas contribuições dadas ao meu projeto. Ao professor Fábio Leonardo por sua amizade, suas contribuições na qualificação do meu texto e pela concessão de diversas fontes que enriqueceram esse trabalho. Ao professor Pedro Pio pelas indicações de leituras e por seu toque atencioso para melhoramento dessa dissertação.

Aos professores Johny Santana e Edwar Alencar, meus orientadores no Programa de Educação Tutorial (PET) e na Monitoria durante a graduação, referências nos estudos e no companheirismo.

Aos professores Túlio Henrique, Francisco Nascimento, Marylu Oliveira, Teresinha Queiroz e Fonseca Neto, seus ensinamentos foram essenciais.

Agradeço ao professor Denilson Botelho, por sua disposição em ler meu trabalho e por suas apreciações para melhorá-lo.

À professora Socorro Magalhães, por sua atenção e comprometimento na revisão ortográfica desse trabalho.

Sou grato à educação pública da qual sou dependente desde o ensino básico. Aos professores da escola municipal Frederico Figueira, sobretudo Nancy, de história. Aos educadores do ensino médio técnico, no Instituto Federal do Maranhão, especialmente Carlos Eduardo Everton e José Eduardo Bandeira, professores de história e geografia.

Agradeço a todos os funcionários do Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Britto, toda sua atenção para me receber e permitir o contato com os jornais que são a base dessa pesquisa, em especial à sua diretora Rosângela.

Sou grato a todo o expediente do *Jornal 140* e do *Podcast Luz de Candeeiro*, locais onde recebi a oportunidade de compartilhar meus pensamentos com leitores e ouvintes, isso vem sendo uma honra.

Agradeço às queridas Nivea Fernanda e Brenda Galvão, amigas amáveis que permanecem conectadas comigo apesar da distância, a cada reencontro sinto que nada mudou entre nós.

Meus agradecimentos aos amigos que passei a conhecer melhor desde o início dessa caminhada, no ano de 2019, e cuja importância só cresce a cada dia: Lucas Arrais, Jéssica Arraz, Jhyme Kellve, Karol Oliveira, Janylle Pereira, Juliana Samara e Vitor Araújo.

Agradeço à Maria Clara Leite, nossos caminhos se cruzaram muitas vezes nessa trajetória, seu carinho e atenção foram meu refúgio tanto em momentos bons quanto em ruins, a construção desse trabalho se alimentou disso. Obrigado por tudo.

Finalizo ao agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, seu incentivo financeiro permitiu a realização desse trabalho e a manutenção da minha estadia em Teresina.

Obrigado a todos!

*O jornal de manhã chega cedo
Mas não traz o que eu quero saber
As notícias que leio conheço
Já sabia antes mesmo de ler
(Torquato Neto/ Gilberto Gil)*

*Se isto for possível
Pois, me contem
Como escrever de novo
Um jornal de ontem
(Tom Zé)*

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar a atuação da imprensa escrita de ampla circulação em Teresina, durante a primeira metade da década de 1970. Buscamos compreender como jornalistas e empresas jornalísticas agiram diante das legislações burocráticas do Estado, entender a dinâmica duma relação marcada pela coerção e a colaboração. O período em estudo carrega marcas de um regime discricionário, caracterizado pela aplicação de limitações autoritárias como a “censura prévia” aos meios de comunicação. Concomitante a isso, observamos a proliferação de discursos otimistas e enaltecedores do contexto político em diversos desses meios. O contato imediato com essa informação faz essa posição parecer ilógica, como se as vítimas apoiassem o próprio algoz. Buscamos então compreender os traçados que contornavam os discursos políticos na imprensa desse período. Tomamos como suporte três suplementos informativos teresinenses: *Estado do Piauí*, *O Estado* e *O Dia*. Analisamos aspectos transitórios entre a coerção e persuasão nas páginas desses periódicos. Ressaltamos que nesse momento o Piauí encontrava-se governado pelo engenheiro Alberto Tavares Silva, sujeito cuja trajetória política perpassa nosso texto. Esse estudo constitui-se de uma pesquisa de caráter empírico, com dimensões metodológicas balizadas pelas discussões de História e Imprensa, a partir de documentos oficiais e de matérias jornalísticas do período, que são analisados a partir da interlocução com os estudos de Robert Darnton (2016), Anne-Marie Smith (2000), Beatriz Kushnir (2012), Carlos Fico (2008) e Cláudia Fontineles (2015).

PALAVRAS-CHAVE: História. Imprensa escrita. Política. Piauí.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the performance of the written press with wide circulation in Teresina, during the first half of the 1970s. We seek to understand how journalists and journalistic companies acted under the bureaucratic legislation of the State, understand the dynamics of a relationship marked by coercion and collaboration. The period under study bears the marks of a discretionary regime, characterized by the application of authoritarian limitations such as "prior censorship" of the media. Concomitant to this, we observe the proliferation of optimistic and extolling speeches of the political context in several of these media. Immediate contact with this information makes this position seem illogical, as if the victims supported the executioner himself. We then sought to understand the outlines that guided the political speeches inside the press of that period. We take three supportive information supplements from Teresina as subjects: *Estado do Piauí*, *O Estado* and *O Dia*. We analyze transitory aspects between coercion and persuasion in the pages of these journals. We emphasize that at that time Piauí was governed by the engineer Alberto Tavares Silva, an individual whose political trajectory runs through our text. This study consists of an empirical research, with methodological dimensions guided by the discussions of History and the Press, from official documents and journalistic articles of the period, which are analyzed from the interlocution with the studies of Robert Darnton (2016), Anne-Marie Smith (2000), Beatriz Kushnir (2012), Carlos Fico (2008) and Cláudia Fontineles (2015).

KEYWORDS: History. Written press. Politics. Piauí

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Manchete do jornal <i>O Estado</i>	93
Figura 2: Manchete do jornal <i>O Estado</i>	101
Figura 3: Fotografia acompanhada de texto descritivo no jornal <i>O Estado</i>	102
Figura 4: Fotografia acompanhada de texto descritivo no jornal <i>O Estado</i>	102
Figura 5: Fotografia acompanhada de texto descritivo no jornal <i>O Estado</i>	103
Figura 6: Manchete do jornal <i>O Estado</i>	106
Figura 7: Manchete do jornal <i>O Estado</i>	109
Figura 8: Matéria do jornal <i>O Dia</i>	116
Figura 9: Matéria do jornal <i>O Dia</i>	117
Figura 10: Matéria do jornal <i>O Dia</i>	119
Figura 11: Fotografia do Jornal <i>O Dia</i> - Moradores do Morro da Esperança.....	154

LISTA DE SIGLAS

- ABIM** – Agência Boa Imprensa
- AERP** – Assessoria Especial de Relações Públicas
- AI-2** – Ato Institucional Número Dois
- AI-5** – Ato Institucional Número Cinco
- AID** – Agência para o Desenvolvimento Internacional
- ARENA** – Aliança Renovadora Nacional
- BATRAN** – Batalhão de Trânsito
- BP** – Balanço de Pagamentos
- CEBs** – Comunidades Eclesiais de Base
- CIA** – Agência Central de Inteligência
- CPDOC** – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- DFSP** – Departamento de Segurança Pública de Brasília
- ESG** – Escola Superior de Guerra
- EUA** – Estados Unidos da América
- FRIPISA** – Frigorífico do Piauí S/A
- FUEC** – Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
- FUNDAHAM** – Fundação Museu do Homem Americano
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- INI** – Instituto Nacional de Identificação
- MDB** – Movimento Democrático Brasileiro
- OPS** – Seção de Segurança Pública
- PC** – Partido Comunista
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PSD** – Partido Social Democrático
- PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro
- PTN** – Partido Trabalhista Nacional
- SCDP** – Serviço de Censura e Diversões Públicas
- SFB** – Sistema Financeiro Brasileiro
- SNI** – Serviço Nacional de Informações
- SUDAM** – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
- SUDENE** – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- UDN** – União Democrática Nacional
- USP** – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. AGENDA INTRODUTÓRIA	11
2. PAUTA I: A ciranda das palavras: o poder do discurso e o discurso do poder.....	23
2.1. A disposição das peças no "xadrez do governo".....	42
2.2. O alinhamento da estratégia na “coluna do Piauí”.....	60
3. PAUTA II: “É a hora e a vez do Piauí”: narrativas eufóricas de um tempo enleado.....	67
3.1. O "ressurgimento do Piauí" toma as páginas da imprensa teresinense.....	77
3.2. O "embelezamento de Teresina" é o assunto da vez	91
3.3. “O desafio da urbanização” entra no plano editorial.....	112
4. PAUTA III: “Pequeno perfil de um cidadão comum”: a politização do cotidiano	121
4.1. "Tomara meu Deus, tomara. Uma nação solidária. Sem preconceitos, tomara. Uma nação como nós".....	127
4.2. Ouro de tolo: “Eu devia estar contente, porque tenho emprego, sou um dito cidadão respeitável e ganho quatro mil cruzeiros por mês”.....	141
5. REPERCUSSÕES FINAIS	160
6. REFERÊNCIAS E FONTES.....	163

1. AGENDA INTRODUTÓRIA

De ordem superior, fica terminantemente proibida, por qualquer meio de comunicação, rádio, televisão e jornais, até o dia 5 de maio do corrente ano, de notícias relacionadas com o aniversário de Lenine ou qualquer divulgação relativa à “Cortina de Ferro”.
(Proibição da Polícia Federal, 15 de abril de 1971)

De ordem superior, fica terminantemente proibida a publicação de críticas ao sistema de censura, seu fundamento e sua legitimidade, bem como de qualquer notícia, crítica, referência escrita, falada, televisada, direta ou indiretamente formulada contra o órgão de censura, censores e legislação censória.
(Proibição da Polícia Federal, 04 de junho de 1973)

“De ordem superior, fica terminantemente proibida”. Dificilmente encontraremos uma combinação de palavras mais adequada que essa para descrever a atuação da imprensa no transcurso da ditadura militar. Profissionais da área de comunicação foram movidos a um acordo forçado que limitava a sua liberdade de informar, embora muitos deles tenham colaborado para criar as condições levariam à sua própria mordação.

O início desse cerceamento foi balizado pelo Decreto nº 20.493 de 24 de janeiro de 1946, do então Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), ainda do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Composto por 136 artigos, subdivididos em 13 capítulos, foi descrito pela historiadora Beatriz Kushnir como “enorme e tentacular, era capaz de dar conta de cada diferente veto. Todos os censores que entrevistei o sabiam de cor e o citavam no artigo ou parágrafo adequado de cada situação”.²

O Decreto 20.493/46 teria sido então desengavetado pelos governantes militares, a partir de 1964, objetivando dar uma feição de legalidade às restrições aplicadas aos meios de comunicação. O seu caráter amplo, regulamentava atividades do cinema, teatro, diversões públicas e estabelecia uma censura prévia a uma série segmentos:

² KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 101.

Art. 4º Ao Serviço de Censura de Diversões Públicas compete censurar previamente e autorizar:

- I - as projeções cinematográficas;
- II - as representações de peças teatrais;
- III - as representações de variedade de qualquer espécie;
- IV - as execuções de pantomimas e bailados;
- V - as execuções de peças declamatórias;
- VI - as execuções de discos cantados e falados, em qualquer casa de diversão pública, ou em local frequentado pelo público, gratuitamente ou mediante pagamento;
- VII - as exibições de espécimes teratológicos;
- VIII - as apresentações de préstimos, grupos, cordões, ranchos, etc. e *standart* es carnavalescos;
- XIX - as propagandas e anúncios de qualquer natureza quando feitos em carros alegóricos ou de feição carnavalesca, ou, ainda, quando realizados por propagandistas em trajes característicos ou fora do comum;
- X - a publicação de anúncios na imprensa ou em programas e a exibição de cartazes e fotografias, quando se referirem tais anúncios, cartazes e fotografias aos assuntos consignados nos números anteriores dêste artigo;
- XI - as peças teatrais, novelas e congêneres emitidas por meio de rádio;
- XII - as exibições de televisão;³

Esse decreto, assinado num período de redemocratização, foi a principal prerrogativa utilizada pelos censores para autorizar ou vetar matérias durante o período ditatorial. Conforme assinalou a historiadora Beatriz Kushnir ele era “enorme e tentacular”, permitindo um elevado grau de interferência na produção cultural. Entretanto, o comando militar não se mostrou satisfeito com seu alcance, buscando aprovar uma lei complementar que providenciasse a criação de um Conselho Superior de Censura.

Nessa conjuntura é decretada e sancionada a Lei nº 5.535 em 21 de novembro de 1968, dispondo acerca da censura de obras teatrais e cinematográficas. A censura de peças teatrais passava a ser classificatória, tendo em vista a idade do público admissível ao espetáculo, o gênero deste e a linguagem do texto. E prosseguia, no seu segundo artigo, com especificações restritivas a obras que poderiam:

- I - atentar contra a segurança nacional e o regime representativo e democrático;
- II - ofender à coletividades ou às religiões ou incentivar preconceitos de raça ou luta de classes; e

³ BRASIL. Decreto nº 20. 493, de 24 de janeiro de 1946. Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 29/1/1946, Página 1456.

III - prejudicar a cordialidade das relações com outros povos.⁴

Ampliavam-se os tentáculos do decreto anterior, naquilo que poderíamos interpretar como uma das últimas tentativas de silenciar as vozes dissonantes antes do Ato Institucional nº 5. “Alguns dias depois, foi decretado o AI-5, e o endurecimento tanto das políticas de Estado como das normas de censura se tornaria claramente visível.”⁵

Conforme o jornalista Paolo Marconi “seria exagero afirmar que a imprensa brasileira vinha gozando de inteira liberdade para noticiar fatos após o golpe militar de 1964”, tendo em vista que o recém-criado Serviço Nacional de Informação (SNI) já ensaiara suas primeiras pressões junto aos órgãos de comunicação, “mas foi principalmente a partir da edição do AI-5 que toda a imprensa brasileira iniciou sua penosa caminhada para tentar exercer seu papel de informar à opinião pública”.⁶

O Brasil passava por um momento de constante pressão popular, conforme analisaremos de forma mais detalhada no transcorrer do primeiro capítulo, sendo o AI-5 a manifestação precária duma tentativa militar de se manter no poder. Conforme os escritos do *Livro Negro da Ditadura*, escrito por organismos da Ação Popular no transcurso da ditadura, “o Ato 5 caiu sobre a nação como uma bomba, destruindo quase todas as aparências de liberdade que ainda restavam”.⁷

Como bem disse o jornal “Libertação”, órgão central de Ação Popular, em sua edição de fevereiro de 1969: “o chamado Ato 5 implantou no país um regime de ditadura militar quase completo. Liquidou praticamente o poder da justiça e o poder dos senadores, deputados e vereadores. Terminou com o resto de independência dos estados e municípios, acabando de transformar governadores e prefeitos em bonecos de recado dos militares. E concentrou nas mãos do chamado Presidente da República, isto é, nas mãos da camarilha militar pro-imperialista, poderes imensos.”⁸

Esse percurso de acirramento da vigilância encaminhado desde o final de 1968 teve como um de seus marcos a assinatura do Decreto 1.077 pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, em 26 de janeiro de 1970. A portaria legislava sobre as comunicações, julgando intoleráveis publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes; visando a proteção da instituição da família, preservando-lhe os valores éticos e

⁴ BRASIL. LEI Nº 5.536, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 22/11/1968, Página 10177.

⁵ KUSHNIR, op. cit. 2012, p. 104

⁶ MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1980, p. 38.

⁷ GUISONI, Divo (org.) **O livro negro da ditadura militar**. São Paulo: Ed. Anita, 2014, p. 77.

⁸ Idem.

assegurando a formação sadia e digna da mocidade; nesse sentido, considerava-se de suma importância o controle dos meios de comunicação para que estes não fossem utilizados como instrumentos para um “plano subversivo que colocasse em risco a segurança nacional”. Decretava-se, portanto:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juízes de Direito, para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º deste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.⁹

O emprego desse documento, em consonância com o Decreto nº 20.493/46 e a Lei nº 5.535/68, instrumentalizava os censores dentro duma estrutura burocrática, os respaldando para atuar como funcionários públicos comuns, muito embora possamos colocar em debate o ordenamento que outorgara esses documentos.

É nessa conjuntura que passamos a analisar os escritos jornalísticos da imprensa piauiense, buscando entender como as empresas e os seus funcionários agiram diante

⁹ BRASIL. **Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970.** Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm> Acesso em: 16/11/2019 às 11:00.

dessas limitações. Essa averiguação nos permite fugir de análises excessivamente simplificadas, comuns aos estudos de censura em variados períodos, que classificam os censores como indivíduos tiranos e sem inteligência.

Robert Darnton nos adverte para dois tipos de análises corriqueiras: “de um lado, a história da luta entre a liberdade de expressão e as tentativas das autoridades políticas e religiosas para reprimi-la; de outro, o relato sobre as coerções de todo tipo que inibem a comunicação.”¹⁰

Conforme o historiador, essas leituras carregam um teor maniqueísta, pondo em contraposição os filhos das luzes e os filhos das trevas, tendo simpatia de todos os defensores da democracia que julgam que certas verdades são óbvias e dispensam explicações. Entretanto, os estudos de imprensa exigem uma análise criteriosa, afastando-se de oposições binárias que dividem o mundo em dois lados.

Na verdade, autores e censores trabalhavam juntos numa área cinzenta, onde o lícito, gradualmente, lançava sombra sobre o ilícito. Eles compartilhavam os mesmos valores e pressupostos – de forma nada surpreendente, pois em geral provinham do mesmo meio.¹¹

Para Darnton, os sistemas de censura mostram que a intervenção do Estado no reino literário extrapola os riscos a lápis feitos nos textos, haja visto que quando faladas ou escritas, as palavras exercem poder, atos de fala, tais como entendidos pelos filósofos linguísticos, têm a intenção de produzir efeitos em seu ambiente; e, quando assumem a forma escrita, não há motivos para associá-los exclusivamente à literatura.¹²

Essa constatação permite compreender que os vetos, através dos riscos em jornais, tratavam-se apenas de um fragmento do ordenamento censório. Em grande medida, os sujeitos dessa relação, nem sequer deixavam que a situação chegasse a tal ponto. Conforme o jornalista Bernardo Kunciski, evitava-se esse cenário até pela questão econômica, visto que “o confisco de uma edição já produzida provoca prejuízos à empresa jornalista”¹³, não podendo ser comercializada.

Essa tese é reforçada por Paolo Marconi, salientando ainda que, no transcurso da ditadura militar, a principal fonte econômica para os periódicos provinha de verbas

¹⁰ DARNTON, Robert. **Censores em ação:** como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 13.

¹¹ *Ibidem*, p. 35.

¹² *Ibidem*, p. 16.

¹³ KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica:** ética do jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998, p. 61.

públicas. Observaremos esse ponto de maneira mais detalhada no segundo capítulo desse texto, no momento atentemos para a observação de Marconi:

É claro que um regime discricionário e intolerante não ajudaria os jornais por ele considerados como opositores. Por isso, a chamada imprensa alternativa (ou imprensa nanica) nunca foi aquinhoadada – nem nunca pretendeu ser – com as polpudas verbas publicitárias oficiais. Então, o que se deveria esperar é que este mesmo governo deixasse esta imprensa em paz, às voltas com outros problemas como o da censura policial. Mas não. Ele também partiu para amedrontar seus anunciantes. [...] O governo também se utiliza de pressões híbridas, como a de não dar publicidade a determinado órgão e ainda dificultar ao máximo a importação de equipamentos técnicos indispensáveis ao seu bom funcionamento.¹⁴

Compreendemos, portanto, que as limitações à imprensa não ocorriam de forma linear e unilateral. É possível constatar no mínimo três formas de censura às quais estavam submetidos os periódicos, no período analisado: *censura empresarial*, *censura política* e *autocensura*.

No âmbito da imprensa escrita a censura pode apresentar um caráter multifacetado. Há um tipo que se estabelece de forma interna, a qual intitulamos *censura empresarial*, pois é fruto de pressões econômicas, às quais, particularmente, os órgãos da grande imprensa cedem, já que parcela significativa de suas receitas se origina da publicidade.

Essas pressões podem advir não apenas do grupo cujos interesses são representados pelos proprietários do periódico, mas também dos anunciantes. Ambos podem sentir-se incomodados com a divulgação de determinadas notícias e, assim, interferir na veiculação da informação. Esse tipo de censura, entretanto, independe do contexto histórico, sendo inerente à estrutura de uma grande empresa capitalista, obrigada a fazer concessões e a ceder a pressões.¹⁵

Existe, ainda, uma outra forma de censura, a qual abordaremos nesse trabalho, que podemos situar num recorte temporal, atuando de forma externa em relação às redações dos periódicos: trata-se da *censura política*, vinculada ao Estado que, para proteger seus interesses, interfere na divulgação de informações, determinando o que pode ou não ser veiculado.

Entre 1968 e 1978, a censura política à imprensa escrita no Brasil agiu de duas formas: através de telefonemas, anônimos ou não, de ordens escritas, apócrifas ou não, encaminhados às redações dos jornais, e de acordos fechados com os proprietários de grandes órgãos de

¹⁴ MARCONI, op. cit. 1980, p. 131.

¹⁵ AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência. Bauru/SP: EDUSC, 1999, p. 222.

divulgação, ou através de censura prévia. Esses acordos/ordens têm a finalidade de decidir sobre o que deve ou não deve sair publicado, e sua aceitação implica na contrapartida da *autocensura*. De certo modo, embora eventuais resistências possam ocorrer – criando-se imagens figuradas que forçam uma leitura nas entrelinhas, ou mesmo burlando-se ordens expressas –, a autocensura representa uma capitulação, uma vez que o papel censório é transferido do Estado para a direção do órgão de divulgação, que assume a função de comunicar a seus repórteres o que podem ou não escrever. A autocensura diz respeito à aceitação, por parte das direções e de todos aqueles ligados na produção das matérias, das ordens transmitidas pelos organismos governamentais, o que não se pode afirmar com certeza, uma vez que nem sempre era explicitado de onde vinha exatamente a ordem. Muitas discussões e justificativas foram feitas quando alguns grandes jornais optaram nessa direção.¹⁶

Conforme Anne-Marie Smith, a autocensura é uma subcategoria da censura. Em sua leitura, pontua que nesse cenário o jornalista sabe que existe algo a dizer, mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou falta de discernimento, e sim o da abstenção consciente. Os resultados, para o público, são semelhantes aos da censura em termos de manipulação do conhecimento e do entendimento, mas com frequência acrescenta-se o elemento de que o público sequer sabe que lhe está sendo negada a informação. Isso representa um nível mais alto de distorção ao qual ele está sendo submetido.¹⁷

Segundo Smith, o público é uma vítima evidente tanto na censura quanto na autocensura. Agora a imprensa, evidentemente, é uma vítima na censura, cabendo discernir até que ponto a imprensa é vítima ou cúmplice na autocensura.¹⁸ Acontece que de 1968 a 1978, a Polícia Federal expediu proibições sobre assuntos noticiosos específicos e vigiou a imprensa para ver se as proibições estavam sendo cumpridas, contudo muitos jornalistas acomodaram-se e cooperaram com as políticas do Estado, nesse âmbito o estudo torna-se ambíguo e requer rigor analítico, situando o discurso entre a colaboração e a coerção.

Entendendo essas condições, nos dedicaremos à análise de três periódicos que circulavam em Teresina nesse contexto, tratam-se dos jornais *Estado do Piauí*, *O Dia* e *O Estado*. Esses suplementos informativos estavam situados no circuito tradicional da imprensa piauiense, submetidos aos ordenamentos burocráticos da lei.

O recorte temporal do nosso trabalho, situado na primeira metade da década de 1970, concerne ao primeiro mandato do engenheiro Alberto Tavares Silva como

¹⁶ Idem.

¹⁷ SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.138.

¹⁸ Idem.

governador do Piauí. Sua passagem na chefia executiva do estado será estudada a partir das articulações estabelecidas entre o poder político e a imprensa, conforme poderá ser percebido no primeiro e segundo capítulo. Analisaremos o alinhamento das narrativas federais e locais em torno de um projeto de nação, cujas principais pautas eram o progresso e o otimismo.

Como citamos trabalharemos com três jornais: *O Estado*, *O Dia* e *Estado do Piauí*. Os dois primeiros circulavam diariamente na capital do Piauí; o terceiro não possuía tiragem contínua, sendo publicado uma ou duas vezes por semana. Traremos detalhes da estrutura e do corpo editorial desses periódicos no decorrer do texto, contudo adiantamos a citação de um levantamento do jornalista Cunha e Silva acerca dessas empresas, situada no ano de 1974:

Parece-me que o mais lido, em Teresina, é “O Dia” — jornal com maquinário moderno e, materialmente, bem aparelhado, com serviço de reportagem digno de encômios. Em sua primeira fase a pedido do seu fundador e proprietário, Leão Monteiro, nele colaborei por vários anos, ao lado de insígnies colegas. Atualmente, pertence ao Cel. Otávio Miranda, “O Dia”, pode ser considerado um grande jornal, com corpo redacional de primeira ordem e com colaboradores de valor intelectual como Fabrício de Areia Leão. [...] “O Estado” é o órgão da imprensa piauiense de mais variada colaboração. O Jornalista Helder Feitosa dirige-o com inteligência e habilidade. É um jornal bem apreciado pelo público. Entre seus colaboradores distingue-se o Arcebispo Dom José Freire Falcão, cujos escritos revelam que ele possui abalizados conhecimentos de Filosofia e Teologia. [...] “Estado do Piauí” é um jornal de atitudes retilíneas e intransigentes diante de falsos representantes do povo, dos que só querem auferir vantagens pessoais nas altas posições que ocupam. Embora circule só duas vezes por semana, “Estado do Piauí” é um jornal de prestígio no seio da opinião pública piauiense pela seriedade com que trata dos problemas do Estado e da Nação, ao lado sempre de boas causas, do povo piauiense e do povo brasileiro.¹⁹

Cunha e Silva foi um jornalista de renome na sociedade piauiense, ocupando um lugar de influência na produção intelectual da capital, durante sua carreira chegou a ocupar a direção da Casa Anísio Brito (Arquivo Público do Estado), conforme destaca na sua autobiografia *Copa e Cozinha*²⁰, assim como a posição de redator em variados periódicos. Sua inserção nesse meio lhe permitiu traçar esse levantamento, publicado no jornal *Estado do Piauí*, onde Silva discorre acerca dos principais jornais em circulação em Teresina. Sua colocação precisa ser desnaturalizada e colocada em análise conforme

¹⁹ IMPRENSA daqui e do interior. Teresina: *Estado do Piauí*. 5 set. 1974, p. 1.

²⁰ SILVA, Cunha e. *Copa e cozinha*. Teresina: Academia Piauiense de Letras/Projeto Petrônio Portella, 1988.

suas influências e objetivos, contudo nos traz um importante fragmento da projeção desses jornais no período.

Nesse sentido, ao nos debruçarmos à análise dessas fontes tínhamos a consciência que estávamos entrando em contato com documentos valiosos, frágeis por sua composição e pelo desgaste do tempo, teríamos então que passar por uma preparação para seu simples manuseio, obedecendo cuidados técnicos para otimizar nossos estudos e não inviabilizar a possibilidade de futuros pesquisadores.

O primeiro contato com esses documentos se deu a partir de um projeto de iniciação científica voluntária,²¹ sob orientação da professora Cláudia Cristina Fontineles. Na ocasião, estava no quinto período da graduação em História, passando a frequentar o Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Brito e conviver com seu acervo de jornais piauiense, os quais muitos se fazem presentes na escrita desse texto. A intrusão por essa temática tornou-se meu principal foco no universo dos estudos históricos, ao passo que meu trabalho de conclusão de curso²² significou o aprofundamento do projeto de iniciação científica.

Certo dia, ao ler algum texto acerca da história da imprensa, fiquei com uma pulga atrás da orelha. Me deparei com o seguinte provérbio popular: “o jornal de hoje embrulha o peixe de amanhã”. Passei a buscar sua autoria, não conseguindo localizar. Acontece que essa frase me fez pensar na minha infância, vivida no interior do Maranhão, quando tínhamos contato com os jornais apenas quando eles chegavam forrando alguma mercadoria, em grandes caixas dos correios. Pareciam materiais sem importância.

Apesar disso, eu sempre ficava curioso para ler os textos escritos naquelas folhas amassadas. Acredito que era algo natural para uma criança que estava descobrindo a leitura e não perdia uma oportunidade de verificar uma combinação de letras, esperando encontrar alguma palavra, quiçá um significado. Uma memória singela que vou reinterpretando com o passar dos anos.

Logicamente não consigo lembrar o teor daquelas matérias lidas, mas a cena da criança que fui outrora, sentada dentro duma caixa, com aquelas folhas permanece viva. Naquele momento sequer podia imaginar que me dedicaria ao estudo de páginas como as

²¹ MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. **O Piauí nos rastros de “Um Brasil Gigante”**: Política e Imprensa (década de 1970). Relatório Final de Iniciação Científica Voluntária. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

²² MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. **Tome nota**: discursos políticos na imprensa teresinense (1971-1974). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

que ali segurava. Ao chegar no Arquivo Público pela primeira vez lembro-me de um diálogo feito com sua atendente, com um certo ar de ingenuidade eu a pedi que me trouxesse os jornais da década de 1970 disponíveis no acervo, então ela questionou:

- Mas qual jornal e qual ano você quer?

Definitivamente eu não estava preparado para essa indagação, então respondi que o ano poderia ser 1970 e devolvi a pergunta:

- Quais jornais estão disponíveis no acervo?

Nesse momento fui respondido que estavam disponíveis em melhor qualidade os jornais *O Estado* e *Estado do Piauí*, foi dessa forma que comecei a ter contato com essas fontes. Um pouco mais tarde e até mesmo já familiarizado com o arquivo, cheguei novamente para a atendente e questionei se no acervo constava algum material do jornal *O Dia*. Tratava-se de uma indicação de minha orientadora, anos atrás ela havia pesquisado no Arquivo Público e teve contato com esse jornal, o considerando um valioso registro para o período que eu estava começando a estudar. Na ocasião consegui ter acesso a boa parte desse jornal, digitalizando-o imediatamente. Fui informado que anos mais tarde esse suplemento informativo foi lacrado (tendo em vista sua preservação), não podendo mais ser acessado pelo público geral; o mesmo aconteceu com os materiais do jornal *O Estado*. O único periódico que continua acessível é o semanário *Estado do Piauí*.

Podemos observar como a materialidade física dos jornais impressos é volátil, suscetível às ações do tempo que os decompõe ou tornando-se embrulho de peixes e forros de mercadorias. Todavia, o conteúdo que preenche esses papéis é capaz de permanecer por diferentes formas. Nesse sentido, o objetivo central dessa dissertação é analisar os conteúdos políticos veiculados na imprensa teresinense, tendo em vista um contexto histórico marcado por “ordens superiores” que circunscreviam os limites do que deveria ser informado.

Traçamos uma análise histórica situada na cidade de Teresina, capital que passava a ganhar projeção, mediante investimentos orçamentários em obras de construção civil, no governo de Alberto Tavares Silva. Todavia não perdemos de vista as conexões com as políticas públicas executadas no estado e o projeto federativo. Questionamos o teor dessas obras e a sua representatividade, utilizadas na imprensa como artifício de propaganda política.

Analisamos aspectos como a politização velada do cotidiano, através da exposição popular a conteúdos cívicos, anticomunistas e religiosos que pregavam o perfil do cidadão ideal a ser almejado. Averiguamos como essa narrativa ganhava as páginas

dos periódicos teresinense de maneira despreziosa, transvestidos de opiniões pessoais ou até mesmo de discurso médico-sanitário, atingindo o público sem conotação política explícita.

Nesse sentido, dividimos o texto em três fragmentos, os quais optamos por intitular *pautas*. Essa denominação faz referência à tarefa de elaborar roteiros jornalísticos, que contém os assuntos mais importantes a serem incluídos na edição de um jornal. Dessa forma, ao definir essas três pautas, buscamos analisar os discursos políticos veiculados em Teresina durante a primeira metade da década de 1970, em busca de uma compreensão que situe a imprensa escrita entre a coerção e a colaboração ao Regime Militar.

A primeira pauta será intitulada *A ciranda das palavras: o poder do discurso e o discurso do poder*. Fazemos uso de um termo utilizado para descrever uma brincadeira infantil, onde crianças giram e dançam conforme o ritmo de uma canção. Dentro do nosso texto são as palavras que se movimentam de acordo com os ritmos. Analisaremos a potência contida nessas movimentações, entendendo que “cada palavra guarda uma cilada”²³.

Entendemos as palavras como gestos políticos, detendo poderes que extrapolam o seu sentido semântico. Nesse sentido, ao analisar os discursos da imprensa teresinense consideramos os textos mais do que palavras reunidas, buscando perceber os simbolismos arraigados às matérias que comunicavam os eventos políticos.

Nessa pauta inicial fazemos uso de uma figura de linguagem, comparando a organização política brasileira a um tabuleiro de xadrez. Veremos os peões, bispos, cavalos, torres, dama e rei desse projeto de poder. Para isso fazemos uma regressão ao período pré-golpe e analisamos as condições que permitiram o avanço do movimento conspiracionista civil-militar. Prosseguindo numa busca para identificar os instrumentos utilizados para a manutenção do poder.

A problemática da segunda pauta deriva da identificação da imprensa como uma peça nesse tabuleiro do governo. Nesse sentido, passamos a concentrar nossos esforços na análise dos movimentos dessa peça no que chamamos de “coluna” Piauí, com ênfase na cidade de Teresina. Nomeamos esse tópico como “*É a hora e a vez do Piauí*”: *narrativas eufóricas de um tempo enleado*. O trecho em aspas remete ao discurso de

²³ ARAÚJO NETO, Torquato Pereira de. **Torquatália**: do lado de dentro. Rocco: Rio de Janeiro, 2004, p. 306.

posse²⁴ do governador Alberto Tavares Silva na chefia executiva do estado. Na ocasião o político fez um discurso estritamente otimista, ressaltando que seu mandato seria um momento de virada na história piauiense. Junto a isso pregou a importância que os meios de comunicação teriam em seu mandato.

Percebemos uma contínua aproximação da chefia executiva do estado aos meios de comunicação, esse movimento será estudado em detalhes no transcurso do segundo capítulo. Nesse tópico concentraremos nossa análise em matérias acerca de obras na construção civil, cerimônias públicas e falas de representantes políticos, buscando problematizar seu conteúdo e entender como essas narrativas se integravam nesse jogo de xadrez político.

Na terceira pauta buscamos observar um outro lado dos traçados políticos, complementar ao fragmento anterior, quando nos dedicamos aos aspectos mais estruturais da narrativa governista. Assimilamos uma noção de Bourdieu, onde o sociólogo aponta que os jornais seriam construídos por *news* e *views*. As primeiras seriam notícias e informações aos moldes das que analisamos no segundo capítulo; as *views* seriam matérias com contornos de opiniões, situadas como pontos de vista acerca do social.²⁵

Nesse sentido, partimos para análise da construção constante de um ponto de vista que nomeamos “*Pequeno perfil de um cidadão comum*”: a politização do cotidiano, observando as matérias jornalísticas que buscavam aprisionar o indivíduo a um rótulo ideal: cristão, heterossexual, trabalhador e anticomunista.

Esses textos são transpassados por uma linguagem quase informal, ressoando muitas vezes como meras opiniões ou lições médico-sanitárias, buscando prevenir o alcoolismo e o tabagismo. Em outros momentos carregava um tom alarmista, citando exemplos de países como Cuba e China, onde a “doutrina malsã” havia penetrado. Buscaremos analisar as implicações presentes nesse tipo de narrativa e como a confabulação desse perfil ideal de cidadão se liga ao jogo político do governo.

Em linhas gerais, ao unir esses três fragmentos, pretendemos tecer uma dissertação que contemple os traçados da imprensa tradicional em Teresina, durante a primeira metade da década de 1970, atravessando por suas narrativas para compreender as conexões entre o discurso jornalístico e o poder político.

²⁴ NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p. 1.

²⁵ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 63

1. PAUTA I: A CIRANDA DAS PALAVRAS: O PODER DO DISCURSO E O DISCURSO DO PODER

*agora não se fala mais
toda palavra guarda uma cilada
e qualquer gesto pode ser o fim
do seu início
agora não se fala nada
e tudo é transparente em cada forma
qualquer palavra é um gesto
e em minha orla
os pássaros de sempre cantam assim,
do precipício:*

*a guerra acabou
quem perdeu agradeça
a quem ganhou. não se fala. não é permitido
mudar de ideia. é proibido.
não se permite nunca mais olhares
tensões de cismas crises e outros tempos
está vetado qualquer movimento
do corpo ou onde quer que alhures.
toda palavra envolve o precipício
e os literatos foram todos para o hospício
e não se sabe nunca mais do mim. agora o nunca.
agora não se fala nada, sim. fim. a guerra acabou
e quem perdeu agradeça a quem ganhou.²⁶*

Ao iniciarmos a discussão desse capítulo buscamos compreender a estruturação do poder político brasileiro durante a primeira metade dos anos 1970, comparando sua organização a um tabuleiro de xadrez, onde algumas peças têm valor maior que outras. Conscientes da importância da distribuição da estratégia em diversos setores do jogo, passamos a centralizar nossa análise a uma peça-chave desse tabuleiro: a imprensa. Observamos a movimentação dessa peça naquilo que chamamos de “coluna” Piauí. Consideramos que o tabuleiro de xadrez é composto por colunas e linhas, nas quais o jogo transcorre.

Nesse sentido, nossa análise do xadrez é feita num sentido amplo. Não basta entendermos o valor de cada peça, precisamos entender o local onde a partida é feita. Cada fragmento de espaço é fundamental para o jogo e precisa ser entendido. Nos dedicaremos à análise da amplitude desses movimentos, em quais momentos o governo

²⁶ ARAÚJO NETO, Torquato Pereira de. **Torquatália**: do lado de dentro. Rocco: Rio de Janeiro, 2004, p. 306.

propõe o ataque e em quais momentos exerce uma estratégia reativa, entendendo a ciranda das palavras como uma peça fundamental nessa trama.

Antes de tudo, “qualquer palavra é um gesto, [...] toda palavra envolve o precipício”.²⁷ Dito isso, ao lermos um conglomerado de palavras conectadas dentro de um texto, seria uma simplificação analisar seu significado apenas em termos literais. Compreendemos que as palavras guardam sentidos que extrapolam a sua classificação gramatical e linguística, observamos as palavras como um elemento embutido em tramas sociais, culturais e políticas.

Quando falamos ou escrevemos, constantemente, analisamos qual palavra seria mais adequada para expressar aquilo que pensamos, outrora lamentamos por não conseguirmos encontrar termos adequados para expor aquilo que floreia nossos pensamentos. Ao falarmos/escrevermos na esfera pública essa tarefa torna-se mais árdua - muito embora antes já fosse -, parece que nos preocupamos com a forma como seremos interpretados, selecionamos nossas palavras com maior cautela, de uma forma que o código se torne inteligível para os receptores.

Consentimos que algumas palavras são mais carregadas de potência e as empregamos de forma a corroborar com nossos objetivos, como no caso da palavra “democracia”, colocada em disputa por apoiadores e opositores do regime militar instaurado no Brasil, após o golpe de 1964. Tal embate situa-se na fronteira do que o teórico alemão Wilhelm Bauer aponta como opinião pública “estática” e opinião pública “dinâmica”. Conforme sua leitura, a primeira vertente é constituída daquilo que entendemos como a parte estrutural de uma sociedade: “suas tradições, a formação moral e intelectual, uma ideologia, o sistema próprio de uma época num determinado país, a segunda, por sua vez, seria a opinião mediante o acontecimento.”²⁸ Dessa forma, o emprego da palavra democracia pelos apoiadores do golpe militar fez-se de forma estratégica, tendo em vista a receptividade junto à opinião pública brasileira, sem, em momento algum, posicionar-se como um regime ditatorial.

A construção narrativa desenvolvida por sujeitos vinculados ao movimento conspiracionista de 1964 sequer narra o evento como um golpe, como fica perceptível no livro *Visões do Golpe*, de Maria Celina de Araújo, composto por uma série de depoimentos concedidos por militares ao Centro de Pesquisa e Documentação de História

²⁷ Idem.

²⁸ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública; In: REMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996. p. 188.

Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Os oficiais entrevistados por Araújo, em sua maior parte, não tiveram uma liderança destacada nos preparativos do golpe, todavia foram peças importantes na implementação e manutenção do regime.²⁹ É considerável a visão dessas figuras, pois, embora não tenham assumido a vanguarda do golpe, foram eles que passaram a ocupar, posteriormente, cargos de primeira ordem nos órgãos públicos, em serviços de informação e até ministérios. Suas narrativas confluem para indicação de um sentimento anticomunista na articulação do golpe, que, para eles, seria um “contragolpe ao golpe de esquerda que viria, provavelmente assumindo a feição de uma república sindicalista ou popular”.³⁰

Ao relacionar seu movimento ao “anticomunismo,” os oficiais do exército incidem naquilo que apontamos como opinião pública “estática”. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta, não é exagero afirmar que o anticomunismo teve papel marcante na política brasileira das últimas décadas. O fator de convergência do pensamento pautava-se na postura negativa em relação ao adversário comum. O comunismo despertou paixões intensas e opostas: de um lado, os dos defensores que viam nele uma revolução libertadora e humanitária, proporcionando progresso econômico e social; em contrapartida, seus opositores encaravam-no como uma desgraça absoluta, a destruição da boa sociedade e a emergência do caos social e do terror político.³¹

Motta situa os primórdios do anticomunismo no Brasil, logo após a Revolução Bolchevique de 1917³², reflexos de uma acentuada influência externa na cultura brasileira, momento em que as elites brasileiras, habituadas a importar, desde artigos de

²⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **Visões do Golpe**: 12 depoimentos oficiais que articulam o golpe militar de 1964. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (e-book), 2014, p. 117.

³⁰ *Ibidem*, p. 163.

³¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em marcha contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva - FAPESP, 2002, p. 5.

³² A reivindicação básica dos pobres da cidade era pão, e a dos operários, entre eles, melhores salários e menos horas de trabalho. A reivindicação básica dos 80% de russos que viviam da agricultura era, como sempre, terra. Todos concordavam que queriam o fim da guerra, embora a massa de soldados camponeses que formava o exército não fosse a princípio contra a luta como tal, mas contra a severa disciplina e maltrato de outros soldados. O *slogan* “Pão, Paz, Terra” conquistou logo crescente apoio para os que o propagavam, em especial, os bolcheviques de Lenin, que passaram de um pequeno grupo de uns poucos milhares em março de 1917 para um quarto de milhão de membros no início do verão daquele ano. Quando os bolcheviques – até então um partido de operários –viram-se em maioria nas principais cidades russas, e sobretudo na capital, Petrogrado e Moscou, e depressa ganharam terreno no exército, a existência do governo provisório tornou-se cada vez mais irreal; em especial, quando teve de apelar às forças revolucionárias na capital para derrotar uma tentativa de golpe contra-revolucionário de um general monarquista em agosto. A onda radicalizada de seus seguidores inevitavelmente empurrou os bolcheviques para a tomada do poder. Na verdade, quando chegou a hora, mais que tomado, o poder foi colhido. Ver: HOBBSAWN, Eric. A revolução mundial. In: **Era dos Extremos**: O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 61-77.

consumo a ideias dos países centrais, teriam sido também adeptas em relação ao anticomunismo.

Temerosos com o poder de atração que o exemplo russo poderia exercer sobre as massas proletárias, num quadro de instabilidade ligado às dificuldades do pós-guerra, os governos dos países capitalistas dominantes empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunista. Seus esforços não foram isolados, pois complementando a ação estatal grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos) também se lançaram ao campo de batalha, dedicando-se principalmente à esfera propagandística.³³

Os depoimentos conferidos pelos militares à historiadora Maria Celina D'Araújo reforçam a tese de Rodrigo Motta. Os depoentes situam sua antipatia ao comunismo dentro de uma tradição de pensamento, construída ao longo de décadas, cujo principal marco seria a revolta comunista de 1935. O levante de novembro daquele ano ficou conhecido como “Intentona Comunista” e foi assimilado como uma imperdoável traição, apropriado e utilizado para consolidar a noção do comunismo como um fenômeno essencialmente negativo.

Ficou o sentimento do potencial ameaçador e traiçoeiro que a doutrina comunista pode ter quando invade os quartéis, menosprezando a hierarquia e os objetivos da corporação e pregando obediência a outros princípios e a outros chefes, muitas vezes alheios ao meio militar. Desta forma, o anticomunismo militar não dizia respeito apenas à possibilidade de um governo socializante. Dizia respeito, sobretudo, à ameaça que o comunismo representava dentro da própria instituição militar, ao introduzir uma obediência paralela concorrente.³⁴

As narrativas em torno do acontecimento geraram um processo de mitificação, em que o levante representaria na prática todos os ideais maléficos da doutrina comunista. Conforme as versões elaboradas por seus opositores, “durante os quatro dias de revolta, os seguidores de Prestes teriam cometido atos condenáveis, considerados decorrência necessária da ideologia malsã.”³⁵ A reprodução e reelaboração desse relato no decorrer das décadas seguintes foi paulatinamente se consolidando no imaginário militar e social, distinguindo traidores e heróis.

Um elemento de destaque nas versões correntes sobre a “Intentona” é o argumento de que teria sido uma traição, ou melhor, uma dupla traição. Por um lado, os insurretos seriam traidores da corporação militar da qual eram membros e contra a qual teriam ousado levantar suas armas. [...] Segundo seus adversários, os comunistas teriam traído a pátria, na

³³ Ibidem, p. 16.

³⁴ D'ARAÚJO, op. cit. 1994, p. 160.

³⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Anticomunismo militar; In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar**. São Carlos – SP: EDUFSCAR, 2014, p. 14.

mediada que empreenderam um levante armado agindo sob as ordens de potência estrangeira: “o povo, o Exército e a Armada estão em guarda contra os que tiveram coragem de trair sua pátria”. “É uma data de traição e vergonha”. É curioso que as semelhanças entre o levante de 1935 e os episódios de 1922, 1924 e 1930 foram convenientemente esquecidas. Se os militares que revoltaram seus quartéis em novembro de 1935 traíram as Forças Armadas, os “tenentes” mereciam exatamente a mesma qualificação.³⁶

Dentro dessa difusa trama, torna-se perceptível o acirramento entre polos, colocados em oposição: os vencedores e os vencidos. Nesse momento não nos surpreende que tenha prevalecido a narrativa dos vitoriosos. Edgar Salvadori De Decca argumenta que “a revolução do vencedor” perpassa não apenas o exercício e prática do poder, mas também o discurso da historiografia e da memória.³⁷ O historiador centraliza sua análise no movimento político de 1930 e oferece algumas chaves de leitura que podem ser utilizadas para interpretar outras circunstâncias históricas. De Decca coloca em questionamento a consolidação narrativa da revolução de trinta como um “fato”, quando essa é “a produção da memória histórica de um processo político e ideia central do sistema de poder organizado pelos vencedores da luta”.³⁸ A compreensão dessa chave de leitura nos permite fugir a uma análise pautada em “fatos”, em suma, constituídos com base na visão dos vencedores.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.³⁹

Nesse sentido, o discurso levado adiante pelos vencedores os colocava como guardiões da pátria e defensores da ordem, em contraposição aos seus rivais que deveriam

³⁶ Ibidem, p. 15.

³⁷ DE DECCA, Edgar Salvadori. **O Silêncio dos vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, P. 71.

³⁸ Ibidem, p. 109.

³⁹ BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 224.

ser liquidados, reunindo os adjetivos mais infames e cruéis. A partir de 1937 essa narrativa recebe contornos oficiais, o “27 de novembro” é incorporado como data comemorativa das Forças Armadas, na qual civis e militares eram incentivados a rememorar os acontecimentos de 1935.

Vinculamos essa decisão a um trabalho de “enquadramento” da memória, com base no historiador austríaco Michael Pollak, conforme sua perspectiva, o estudo das memórias coletivas deve debruçar-se preliminarmente na análise da sua função: “a memória se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes”.⁴⁰ Pollak faz menção a partidos, sindicatos, igrejas, clãs, famílias e nações, destacando o que considera as duas funções essenciais da memória comum: “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso dos Estados), isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência”.⁴¹ Nesse âmbito, Pollak considera absolutamente adequado falar em memória enquadrada, como um termo mais específico do que a memória coletiva, salientando que, ao se dizer “enquadrada”, se diz “trabalho de enquadramento”; considera-se que “todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação”.⁴² A fonte que alimenta esse trabalho de enquadramento, conforme Pollak, é constituída do material fornecido pela história, observando:

Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma.⁴³

As decisões tomadas no final da década de 1930 convergem para a interpretação de Pollak, que adverte: “além de uma produção de discursos organizados em torno dos

⁴⁰ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 10.

⁴¹ POLLAK, op. cit. 1989, p. 11

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas”.⁴⁴

Em 1938, o governo decide pela construção de um monumento em homenagem aos mortos durante o levante, um mausoléu a ser edificado no cemitério São João Batista, com a intenção de reunir os restos mortais dos militares oficiais e subalternos no mesmo ambiente. Anteriormente esses encontravam-se sepultados em locais distintos, aspecto que desintegrava as celebrações em torno do 27 de novembro, quando civis e militares se dividiam em duas “romarias” aos túmulos das vítimas que pereceram no conflito com os revolucionários.

O monumento seria inaugurado oficialmente no dia 27/11/1940 e buscava enfim fixar a memória oficial sobre a Intentona. A celebração continuou a acontecer nas décadas seguintes, com forte conotação de um discurso anticomunista, ficando em plano secundário a reminiscência aos falecidos.

Como disse o ministro da Justiça, Francisco Campos, no ato de inauguração do mausoléu: “Este monumento é apenas um sinal. Dele não precisavam os mortos. Ele se dirige sobretudo aos vivos”. [...] A rememoração dos fatos ocorridos em 1935, melhor dizendo, das versões sobre eles tornou-se arma importante da propaganda anticomunista, que, para tanto, cunhou a expressão “lembrai-vos de 35”. Evidentemente, as comemorações da Intentona adquiriram maior relevo nos momentos em que as campanhas anticomunistas se fizeram mais intensas. No quadro da crise de 1961-1964, especialmente, o tema foi muito explorado e as “romarias ao São João Batista tornaram-se atos políticos de grande repercussão”.⁴⁵

O historiador Rodrigo Motta aponta que “esse anticomunismo tradicional combinou-se e foi ‘enriquecido’ a partir da mesclagem com elementos doutrinários provenientes da cultura da Guerra Fria”.⁴⁶ Nesse sentido, a imprensa teve um papel marcante, conforme nos situa o jornalista João Batista de Abreu no livro *As Manobras da Informação*. O autor traça uma análise da cobertura jornalística dos anos 1960/70, observando o uso da palavra como instrumento de persuasão e formação de mentalidades através do discurso jornalístico. Abreu contextualiza as condições da imprensa brasileira no contexto da Guerra Fria. Em sua interpretação, o noticiário produzido pela imprensa internacional, sobretudo o das agências de notícias, chegava às redações dos jornais

⁴⁴ Ibidem, p. 13.

⁴⁵ MOTTA, op. cit. 2014, p. 20.

⁴⁶ Idem.

brasileiros impregnado de expressões e enfoques marcadamente vinculados à ótica de um sistema.

Cabia à imprensa nacional reescrever o telex para neutralizar esta tomada de partido das agências estrangeiras (todas financiadas, direta ou indiretamente, pelos governos dos Estados Unidos ou de países da Europa Ocidental) ou simplesmente transcrever o material nas páginas do noticiário internacional (o que acontecia na maioria dos casos). Esta opção mais cômoda e econômica, porque dispensava redatores, ajudou a cristalizar expressões da guerra fria como “cortina de ferro” e disseminar falsas oposições ideológicas, como “nacionalistas x comunistas”, muito comum na Guerra do Vietnã.⁴⁷

A revelação de Abreu é uma peça fundamental no complexo quebra-cabeça que buscamos solucionar, ajudando a dar forma à figura que vamos preenchendo. Todavia, assim como em qualquer quebra-cabeça, a quantidade de peças é diretamente proporcional à dificuldade na junção, assim devemos seguir com lógica e paciência, para não precisarmos forçar nenhum encaixe.

O autor aponta ainda que a década de 1960 assistiu ao processo de substituição de agências de propaganda nacionais por agências estrangeiras, que aos poucos passaram a controlar as contas publicitárias dos grandes anunciantes multinacionais. “É o momento em que a corretagem de balcão dos jornais perde fôlego para a intermediação das agências”.⁴⁸ A utilização do material publicitário vinha se tornando mais profissional no Brasil, desde meados da década de 1950, tendo em vista que, nesse período, a publicidade brasileira passou por uma modernização e passou a ser feita, segundo critérios técnicos rigorosos. “Foi nestes anos que as agências introduziram no Brasil as técnicas mais aperfeiçoadas de *marketing* e que o negócio publicitário, estimulado pelo desenvolvimento industrial e urbano, se expandiu”.⁴⁹

A historiadora Anna Camargo Figueiredo enumera eventos importantes ocorridos em torno do negócio publicitário, na década de 1950, que atestam o processo de aperfeiçoamento do ramo.

Só para citar alguns exemplos: o nascimento dos supermercados em 1953; a autonomização, em 1955, da escola de Propaganda em relação ao Museu de Arte de São Paulo, ao qual estava vinculada desde sua fundação em 1951; o surgimento da revista *Propaganda* em 1957 e, no mesmo ano, a realização do I Congresso Brasileiro de Propaganda; a

⁴⁷ ABREU, João Batista de. **As manobras da informação**: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad, 2000, p. 72.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. **“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”**: Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1998, p. 21

fundação da Associação Brasileira de Anunciantes dois anos depois, e o lançamento de vários livros que buscavam dar conta do tema específico da publicidade, como *A propaganda no Brasil*, de João Alfredo de Sousa Ramos e *Marketing: Uma experiência Brasileira*, de Francisco Gracioso.⁵⁰

Conforme a avaliação da historiadora, nos anos 1950, a publicidade atingiu sua maturidade no país. Fatores como o aperfeiçoamento do parque gráfico nacional, o desenvolvimento dos conceitos de marketing, a instalação da indústria automobilística e o crescimento industrial favoreceram esse amadurecimento. É preciso salientar, ainda, a importância do *know-how* trazido pelas agências estrangeiras ao Brasil.⁵¹

Anna Camargo Figueiredo destaca que essas mudanças não ocorreram subitamente, estão inseridas dentro de um processo que se acelerou a partir dos anos 1930 com o fortalecimento do Estado, o crescimento da industrialização e o desenvolvimento urbano. Todas essas mutações geraram consequências sensíveis no âmbito social, “mudanças essas que marcam no país os efeitos da internacionalização de sua economia e, junto dela, a emergência nos grandes centros urbanos e industriais de uma mentalidade mais cosmopolita.”⁵²

Dessa forma, ao direcionarmos nosso olhar para os escritos da imprensa no período a ser analisado, não devemos desvincular esses discursos de uma ordem ideológica. “Não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, donde se pode concluir que não há discurso político sem ideologia.”⁵³ Situamos, portanto, que a narrativa da “Guerra Fria” e a pauta “desenvolvimentista” eram valores que reverberavam a opinião pública desse período, quando o emprego dessas palavras não tinham fim na questão semântica, geralmente ganhando novos significados na expressão do modelo estadunidense como padrão desejado.

Talvez tenha sido mesmo essa idolatria pelo estrangeiro que estimulou a crença de que a soberania nacional, entendida como resultado do desenvolvimento econômico, não dependia da ruptura com o sistema capitalista mas, ao contrário, seria conseguida por meio de sua consagração. [...] A publicidade deixava transparecer os esforços feitos para integrar e articular o Brasil no mercado mundial – desde que assumindo o lugar que lhe era reservado conforme a divisão internacional do trabalho. Ou seja, o Brasil deveria exportar matéria-prima e oferecer-se como mercado para a exportação de capitais.⁵⁴

⁵⁰ FIGUEIREDO, op. cit. 1998, p. 21.

⁵¹ Ibidem, p. 22.

⁵² Ibidem, p. 27.

⁵³ ABREU, op. cit. 2000, p. 21.

⁵⁴ FIGUEIREDO, op. cit. 1998, p. 51.

Observamos um movimento semelhante ao citado por Rodrigo Patto Mota no início do século XX, quando o Brasil buscava integrar-se à lógica do mercado internacional, sendo compreendido como um país a importar artigos, todavia, com uma distinção marcante: a preeminência de um modelo estadunidense, em sobreposição ao outrora europeu. Salientamos que essa importação não se limitava a bens de consumo, importava-se também capital cultural e ideológico, aplicados em instituições como as Forças Armadas. O historiador brasilianista Thomas Skidmore, originário de Ohio (EUA), aponta fundamentos da doutrina americana entre os conspiradores do golpe de 1964.

Os conspiradores sustentavam ideias marcadamente anticomunistas desenvolvidas na ESG (Escola Superior de Guerra), segundo o modelo do *National War College* dos Estados Unidos. No Brasil, a ESG já era um centro altamente influente de estudos políticos através de seus cursos de um ano de duração frequentados por igual número de civis e militares destacados em suas áreas de atividade. Da doutrina ali ensinada constava a teoria da "guerra interna" introduzida pelos militares no Brasil por influência da Revolução Cubana. Segundo essa teoria, a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes professores universitários. Todas essas categorias representavam séria ameaça para o país e por isso teriam que ser todas elas neutralizadas ou extirpadas através de ações decisivas.⁵⁵

O depoimento concedido pelo general de divisão Octávio Costa, em 1992, aos historiadores Maria Celina d'Araújo e Gláucio Dillon Soares, coaduna-se com a tese de Skidmore. Octávio formou-se pela Escola Militar de Realengo em 1942, ocupando variados cargos na hierarquia do Exército, desde então. Dentre sua longa trajetória, destacamos o comando do Centro de Estudos de Pessoal do Exército, a chefia da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República e a subchefia do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, saindo desse último para a reserva em 1982.

O militar ressalta a importância da Escola Superior de Guerra (ESG) na formulação do movimento de 1964:

[...] foi ela que lançou as ideias sobre as guerras insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro da nossa possível guerra. Para nós ainda não havia guerra nuclear, a guerra convencional já estava ultrapassada. Mas havia uma guerra que nos parecia estar aqui dentro. Era a guerra que acendia o estopim da revolta nos campos e a insatisfação popular nas cidades. Via-se nela um retrato daquilo que fora

⁵⁵ SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1985). São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 18.

estudado por Bonnet. Também havia testemunho dos portugueses sobre sua experiência em Angola. Isso tudo contribuiu para a formulação da nossa própria doutrina de guerra revolucionária, que resultou no movimento militar de 1964.⁵⁶

O general Carlos Meira Mattos - que no momento da conspiração de 1964 era coronel e comandava o 160º Batalhão de Caçadores, sediado em Cuiabá, posteriormente designado para subchefe do Gabinete Militar da presidência da República, chefiado pelo general Ernesto Geisel - salienta que a Escola Superior de Guerra “teve a ver, não com a Revolução em si, mas com o espírito revolucionário”.⁵⁷ Conforme seus apontamentos, “desde que foi fundada a ESG começou a estudar de uma forma sistemática, de uma forma científica, esses anseios de renovação do Brasil, que foram anseios dos tenentes e depois vieram a ser os anseios da Revolução de 64”⁵⁸.

Observamos, portanto, uma forte atuação no campo ideológico no processo de formulação do golpe, numa trama alimentada por diversas redes, na qual constantemente atacava-se um inimigo, mesmo que esse fosse muito mais imaginário que real.

O historiador Daniel Samways aponta que a busca incessante pela eliminação do suposto perigo comunista criou uma paranoia. O medo e a aversão aos seguidores dessa ideologia fizeram com que serviços de informação vissem seu alçoz em praticamente toda sociedade, que devia ser vigiada e espiada, em nome da ordem e segurança nacional. Samways faz referência a uma palestra proferida em 1970 na ESG, cujo título era “Espionagem nas informações”, na qual o palestrante apontava uma nova arma que deveria ser incorporada ao sistema de segurança: a telepatia. O apontamento desse recurso pode parecer estranho, nos dias atuais, assim como talvez o fosse no período supracitado, contudo, os tempos de Guerra Fria ficaram marcados por uma aproximação entre o real e o imaginário, dando sentido à busca de monstros a serem eliminados com as armas cada vez mais poderosas.⁵⁹

Embora esteja ainda na fase experimental e de estudos, queremos assinalar aqui esse novo meio de comunicação que o homem vem procurando dominar. Trata-se da possibilidade de controlar o fenômeno parapsicológico da telepatia, tendo em vista a previsão alarmante de que a capacidade cada vez maior dos computadores tornará, no futuro não muito remoto, praticamente impossível a existência de uma cifra indecifrável. Sabe-se que atualmente as grandes potências mundiais

⁵⁶ D'ARAÚJO, op. cit. 1994, p. 1479.

⁵⁷ Ibidem, p. 1488.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. Curitiba: Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR, 2014, p. 45.

estão empenhadas na solução desse problema, que virá revolucionar as comunicações sigilosas.⁶⁰

Palestras como essa evidenciam um grau de intervenção internacional nas Forças Armadas Brasileiras, resultado de uma política praticada pelos Estados Unidos, durante todo o século XX, sob a égide de proteger e auxiliar países contra a interferência comunista. Todavia, “entende-se que essa interferência não se caracterizava por uma missão humanitária, nem tampouco visava a elevação das condições de vida da população desses países, o interesse primeiro sempre foi a manutenção dos negócios e empresas estadunidenses.”⁶¹ Conforme pontuado anteriormente, na integração de países como o Brasil, a lógica capitalista ocorria a partir de duas ênfases: o fornecimento de matérias-primas e a recepção de artigos, fossem eles materiais ou ideológicos.

Os Estados Unidos expandiram seu controle sobre os países que, em certa medida, contribuam para o seu enriquecimento e de suas empresas. Para isso era necessário criar e aprimorar formas de controle, sejam elas indiretas, com empréstimos e acordos políticos, seja um controle mais direto, treinando polícias e exércitos desses países, enviando armamentos e equipamentos, repassando técnicas avançadas de intimidação, incluindo ainda tortura e espionagem, chegando ao envio de soldados para o combate de movimentos subversivos.⁶²

Conforme o historiador Carlos Fico, a aproximação entre os Estados Unidos e as forças militares na América Latina ganhou força a partir da II Guerra Mundial. O autor enfatiza que a aliança firmada com o Brasil durante este período teria colaborado para afirmação da preeminência das forças estadunidenses, tendo em vista que sua posição como fornecedora de armas despertou uma atmosfera predominante de simpatia entre os combatentes brasileiros.⁶³

O general Castello Branco, por exemplo, que seria o primeiro presidente da ditadura militar, estabeleceu fortes laços de amizade nos campos de batalha italianos com o militar norte-americano Vernon A. Walters. Essa relação de confiança seria fundamental para que Walters, então como adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, obtivesse informações privilegiadas dos militares na época do golpe de 1964.⁶⁴

⁶⁰ FIGUEIREDO, Lucas. O ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005. Apud. SAMWAYS, op. cit. 2014, p. 45.

⁶¹ SAMWAYS, op. cit. 2014, p. 54.

⁶² Idem.

⁶³ FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA; In: ARAUJO, Maria Paula (org.). **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 53.

⁶⁴ FICO, op. cit. 2008, p. 54

Seguindo essa linha de raciocínio, observamos no decorrer da década de 1950 um laço estratégico entre Estados Unidos e diversos países da América Latina, o que seria uma das heranças das relações cultivadas durante a II Guerra Mundial, “era patente para o governo americano que a venda de armas para os países latino-americanos, além do fornecimento de equipamentos e treinamento (o chamado “programa de ajuda militar”), tinha alcance algo restrito e, ao invés de um significado propriamente militar,”⁶⁵ tratava-se de exercer influência sobre esses países.

O temor ao comunismo passava a ocupar as entrelinhas dos acordos, nesse sentido, o fornecimento de armamentos aos latino-americanos dava-se mediante o comprometimento com a defesa do continente versus os ataques extracontinentais. “Mas sempre foi flagrante que fornecer tanques a Honduras ou ao Equador provavelmente não impediria que a URSS lançasse um ataque nuclear”.⁶⁶

A baixa eficiência dessa estratégia militar tornou-se evidente com a situação cubana⁶⁷, o país havia recebido US\$ 16 milhões de assistência militar, durante os anos 1950 e cerca de 500 oficiais cubanos receberam treinamento militar estadunidense, contudo Fidel Castro derrotaria o exército de Fulgencio Batista com técnicas guerrilheiras⁶⁸. Concluía-se que a organização militar voltada para inimigos externos mostrava-se ineficaz, sendo mais adequado “Forças Armadas latino-americanas menores, mais ágeis e, sobretudo, treinadas em técnicas de combate à guerrilha, capacitando-as também para operar no campo da segurança pública”⁶⁹, discurso alinhado ao que observamos na Escola Superior de Guerra, frequentada por militares conspiradores do golpe de 1964.

Conforme citado anteriormente, a ESG representava o “espírito revolucionário” que conduzia os atos militares do período analisado, sendo construídos através dela os

⁶⁵ Ibidem, p. 55

⁶⁶ Idem, p. 55

⁶⁷ A guerrilha transferiu a guerra civil latente para o plano da história vivida dia a dia e da ação direta. Em consequência, ao brotar e garantir seu próprio espaço histórico, ela mudou a qualidade da situação revolucionária preexistente, que a engendrou. Uma *revolução dentro da ordem* desacreditada, soturna e frouxa, em impasse crônico, converteu-se no seu contrário, uma *revolução contra a ordem* cheia de fé, alegre e exuberante, que buscou e descobriu caminhos na fusão entre povo, nação e estado *em Cuba*. Por fim, sem o seu engajamento com a liberação da classe operária, o significado político da guerrilha seria muito menor. Havia um armazenamento ou acumulação secular de forças sociais na sociedade cubana. A revolução é produto de todas essas forças, que não desaparecem ao longo da história. Concentram-se e explodiram em meados do século XX, assinalando que *através de Cuba* as Américas participam das revoluções abertas para o futuro. Ver: FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1979, p. 70.

⁶⁸ RABE, Stephen G. The most dangerous area in the world: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America. Apud. FICO, op. cit. 2008, p. 58.

⁶⁹ FICO, op. cit. 2008, p. 59.

pilares fundamentais que deram sustentação ao golpe civil-militar e posteriormente ao regime. O serviço nacional de informação, instituído após a consumação do levante, partia da suspeição generalizada, baseava-se na pressuposição de que todos poderiam ser culpados de subversão ou de corrupção. O historiador Carlos Fico acrescenta que os agentes de informação entendiam como fato consumado a existência de uma conspiração, qual seja, a escalada do “movimento comunista internacional”, que atuaria de forma oculta, envolvendo “incautos”, por conseguinte, era de se esperar encontrar indícios em quaisquer investigações.⁷⁰

Quando tais indícios não existiam, eram fantasiados, tendo sido muito criticadas, inclusive por militares, as inúmeras informações que começavam com um verbo arditamente empregado: “Consta que...”. Pode-se falar, sem exagero, de uma paranoia que se manifestava, constantemente, como delírio persecutório, gerador de uma suspeição universal. Nos dossiês da comunidade de informações, insuspeitas personalidades liberais, ou mesmo conservadoras, foram acusadas de comunismo.⁷¹

Observamos nessa narrativa os efeitos de um “discurso de verdade” que fora constituído de forma paulatina. Nesse sentido, consideramos que todas as linhas apontadas, ao longo desse texto, se trançam na formação de uma rede, cujo produto final é a confabulação desse discurso. Michel Foucault afirma que, em uma sociedade como a nossa, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.⁷²

Conforme essa interpretação, consideramos que a construção de uma narrativa anticomunista, a posição de consumidor numa lógica internacional, os fundamentos essenciais da ESG, dentre outros aspectos que apontamos, eram fios que se integravam ao conceito de produção, acumulação e circulação de uma economia de discursos que alicerçavam as bases para um poder. Por outro lado, ao ser constituído/exercido, esse poder tornava-se capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos poderosos.

Estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal somos julgados, condenados,

⁷⁰ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão; In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 179.

⁷¹ Ibidem, p. 180.

⁷² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 179.

classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos do poder. Portanto, regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade, ou regras de poder e poder dos discursos verdadeiros, constituem aproximadamente o campo muito geral que escolhi percorrer apesar de saber claramente que de maneira parcial e ziguezagueando muito.⁷³

O caro dessa concepção é compreender a importância de não se fazer uma dedução do poder que, partindo dum núcleo, procuraria ver como o poder é incorporado nos demais setores da sociedade, isto é, uma reprodução até chegar nas camadas à margem daquele centro. Conforme Foucault, “a dedução é sempre possível, é sempre fácil e é exatamente esta a crítica que lhe faço”⁷⁴, essa crítica incide numa oposição ao determinismo nas análises históricas, pois em sua leitura as deduções são sempre possíveis, são simultaneamente verdadeiras e falsas, são sobretudo demasiado fáceis porque se pode deduzir exatamente o contrário, ao se inverter uma análise.

Creio que é possível deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa. O que faço é o inverso: examinar historicamente, partindo de baixo, a maneira como mecanismos de controle puderam funcionar; [...] mostra quais foram seus agentes, sem procurá-los na burguesia em geral e sim nos agentes reais (que podem ser a família, a vizinhança, os pais, os médicos, etc.) e como estes mecanismos de poder, em dado momento, em conjuntura precisa e por meio de um determinado número de transformações começaram a se tornar economicamente vantajosos e politicamente úteis.⁷⁵

Nesse ponto, em específico, o autor emprega exemplos de como a exclusão dos loucos e da vigilância e proibição da masturbação infantil, que, em análises dedutivas, foram considerados efeitos diretos do fenômeno geral da dominação da classe burguesa. Foucault argumenta que é possível demonstrar facilmente que, no fundo, a burguesia não precisou dedicar-se a essas pautas, propondo uma inversão de lentes, para examinar agentes reais (como a família, a vizinhança, os médicos) que deram bases para esse poder. Em contrapartida, Foucault salienta que esse grupo político não tinha interesse específico pela *exclusão dos loucos*, mas pela técnica e pelo próprio procedimento da exclusão: “São os mecanismos de exclusão, os aparelhos de vigilância, a medicalização da sexualidade,

⁷³ FOUCAULT, op. cit. 1979, p. 180.

⁷⁴ Ibidem, p. 184.

⁷⁵ Ibidem, p. 185.

da loucura, da delinquência, é toda esta micro-mecânica do poder que representou um interesse para a burguesia a partir de determinado momento.”⁷⁶

Ao compreendermos essa microfísica do poder, torna-se possível afirmar que a estruturação do poder ocorre mediante uma conjuntura social, na qual o discurso tem valor significativo. Todavia, ao ser consolidado, esse poder é capaz de abarcar ramificações, para além do discurso que o estruturou, ao ritmo que também se torna construtor de um discurso de verdade. A potência desse discurso, em geral, não é capturada por aqueles que o fazem circular, antes da sua consolidação.

Observemos a estruturação do Golpe de 1964, que, a propósito, é referenciado na historiografia como “civil-militar”, de modo que podemos constatar uma conjuntura na qual agentes sociais levantaram discursos em “oposição ao comunismo” e em favor “da família com Deus pela liberdade”. O historiador Marcos Napolitano intitula esse movimento como “carnaval das direitas”, cujo ato mais marcante ocorreu no dia 19 de março de 1964, quando se comemorava o dia de São José, padroeiro da família.

As ruas do centro de São Paulo ficaram tomadas por uma grande multidão, calculada em 500 mil pessoas, que empunhavam cartazes anticomunistas e contra o governo e sua agenda reformista. Patroas de cabelo laquê e empregadas domésticas não muito confortáveis estavam lado a lado, contra o fantasma do comunismo. Religiosas, políticos, lideranças de classe também estavam presentes à passeata. Organizada pela União Cívica Feminina, uma das tantas entidades femininas conservadoras e anticomunistas que existiam no Brasil da época e que passaram a ser ativistas exaltadas contra a esquerda, a marcha teve apoio de mais de 100 entidades civis.⁷⁷

A presença massiva de pessoas nas ruas deu ânimo aos grupos conspiracionistas que se opunham ao governo de João Goulart. Napolitano afirma que não era mais preciso sussurrar nos palácios, pois agora as ruas também entoavam o mesmo discurso, por conseguinte, a ação contra o governo estaria legitimada, em nome do “povo”, materializado em praça pública.⁷⁸

Situamos uma dimensão que não se prende ao motivo dos conspiradores quererem governar, mas como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos. Em outras palavras, ao invés de centralizar a análise em como os militares aparecem no topo, tentamos saber como fora constituída, pouco a pouco, de

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 56.

⁷⁸ Idem.

forma progressiva e materialmente, a opinião pública, compreendendo a multiplicidade das forças, das matérias, dos desejos, dos pensamentos etc.

Captar a instância material da sujeição enquanto constituição dos sujeitos, precisamente o contrário do que Hobbes quis fazer em *Leviatã* e, no fundo, do que fazem os juristas, para quem o problema é saber como, a partir da multiplicidade de indivíduos e das vontades, é possível formar uma vontade única, ou melhor, um corpo único, movido por uma alma que seria a soberania [...], em vez de formular o problema da alma central, creio que seria preciso procurar estudar corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos do poder.⁷⁹

Essa preocupação metodológica inibe uma análise em que o poder seria compreendido como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo (como os militares) sobre os outros, ou de uma classe sobre as outras. Analisamos o poder como algo que circula, ou melhor, algo que só funciona em cadeia. Nas suas malhas os sujeitos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e sofrer sua ação.⁸⁰ Essa imprevisibilidade do poder permite compreender como alguns grupos colaboram para fomentação de forças que viriam a se alçar contra suas próprias atividades, como no golpe de 1964.

Marcos Napolitano analisa que conspiradores e golpistas acreditavam tratar-se de mais uma intervenção militar à brasileira: cirúrgica, de curta duração, que logo devolveria o poder aos civis, em um ambiente político “saneado”, como as direitas gostavam de dizer.⁸¹ Contudo, esse “saneamento político”, desejado por forças sociais, foi adotado como um discurso para legitimar medidas autoritárias e a centralização de forças no poder executivo.

Conforme a historiadora Maria José de Rezende, “toda organização de poder se situa diante do desafio de encontrar meios de legitimidade”⁸²; com o regime político coordenado pelo militares a partir de 1964 não foi diferente, desde seus primeiros momentos foram debatidos termos para atestar a legitimidade de seu poder de mando e decisão. Rezende enumera dois desafios primordiais que decorreram disso: o primeiro foi construir os elementos que viessem a certificar, de imediato, que aquele movimento era

⁷⁹ FOUCAULT, op. cit. 1979, p. 183.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ NAPOLITANO, op. cit. 2014, p. 67

⁸² REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina – PR: Ed. UEL, 2001, p. 29

legítimo; o segundo se caracterizou pelo empenho do grupo de poder em dar continuidade ao processo de construção da legitimidade no transcorrer dos governos ditatoriais.⁸³

Uma chave para solução desses desafios parte justamente dos discursos que conduziram os militares ao poder. Em busca de reconhecimento aos seus valores, o regime dedicava-se em acentuar a sua disposição em proteger e desenvolver os valores relacionados à família, à escola, à propriedade, dentre outros.

O fortalecimento da família enquanto instituição máxima de internalização e sedimentação dos valores propagados pela ditadura significava, segundo os condutores do regime, o fortalecimento do Estado no sentido almejado pelo movimento de 1964. A exaltação dos valores de integração, harmonia, ordem e disciplina tinha, na família, segundo o regime, seu interlocutor fundamental.⁸⁴

A busca de fundamentação do governo em discursos populares torna plausível a citação de Hannah Arendt de que todos os governos se apoiam na opinião. A filósofa afirma ser o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio consistiria na continuação do consentimento que deu origem às normas legais. Por sua leitura, o uso da violência não garantiria poder a um governo, visto que um ato violento poderia até ser capaz de suscitar obediência, da mesma forma que um criminoso pode arrebatar-me a carteira ou assaltar um banco com o uso de um revólver, entretanto a força da opinião pública, isto é, o poder real do governo, depende do número de seus apoiadores. Por conseguinte, a forma mais violenta de governo seria a menos poderosa. Em sua perspectiva a mais gritante distinção entre poder e violência seria: o primeiro se baseia em números, o segundo baseia-se em instrumentos.⁸⁵

Nesse âmbito, observamos no regime militar um ponto de interlocução entre esses dois moldes. Buscava-se diretrizes de poder legítimo nos discursos públicos e ao mesmo tempo instrumentalizar o Estado com aparelhos de violência.

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece. Na linguagem comum, quando falamos de um “homem poderoso” ou de uma “personalidade

⁸³ Ibidem, p. 32.

⁸⁴ REZENDE, op. cit. 2001, p. 39.

⁸⁵ ARENDT, Hanna. **Da violência**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985, p. 26

poderosa”, estamos já usando a palavra “poder” metaforicamente; aquilo a que nos referimos sem metáforas é o “vigor”.⁸⁶

Essa conceituação de poder, com base em Hannah Arendt, reforça o nosso argumento de que esse conceito é constituído através duma economia de discursos que funda as bases para sua estruturação. Por conseguinte, ao ser consolidado esse poder, é possível observar a construção de discursos pelo grupo que se encontra conduzindo essa potência. Contudo, nem sempre os fundamentos para assimilação desses discursos de verdade se fazem com base no poder, o grupo dominante é capaz de se utilizar de instrumentos para esse fim. Conforme pontuado anteriormente, a instrumentalização é uma das características da violência, nesse âmbito, *a censura, a tortura, as cassações de mandatos*, dentre outras condutas, podem ser compreendidas como a ação desses instrumentos violentos.

Governo algum, exclusivamente baseado nos instrumentos da violência, existiu jamais. Mesmo o governante totalitário, cujo principal instrumento de dominação é a tortura, precisa de uma base de poder – a polícia secreta e a sua rede de informantes. Somente o desenvolvimento de soldados-robôs, os quais, como se mencionou anteriormente, eliminariam o fator humano completamente e, provavelmente, permitiriam a um homem apertar um botão e destruir quem bem entendesse, poderia transformar essa ascendência fundamental do poder sobre a violência. Mesmo a dominação mais despótica de que temos conhecimento, o domínio do senhor sobre os escravos, que sempre o excederam em número, não repousava em instrumentos de coerção superiores como tais, mas em uma organização do poder mais aperfeiçoada isto é, na ‘solidariedade organizada dos senhores’.⁸⁷

Em síntese, podemos observar que o poder constitui a essência de qualquer governo, não sendo necessário o uso da violência. A violência, por sua vez, é instrumental. Como todos os meios, está sempre à procura de orientação e justificativas pelo fim que busca. “O poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente apresentam-se juntos. Onde quer que se combinem, o poder é, conforme verificamos, o fator fundamental e predominante.”⁸⁸

⁸⁶ Ibidem, p. 28.

⁸⁷ ARENDT, op. cit. 1985, p. 31.

⁸⁸ Ibidem, p. 33.

2.1. A disposição das peças no “xadrez do governo”

A historiadora Lucia Grinberg argumenta que a memória trazida a público pela historiografia acerca do regime militar, em suma, dá ênfase aos aspectos violentos do autoritarismo irradiado e a oposição a ele construída. O cotidiano do regime, assim como suas tentativas de legitimação têm sido pouco trabalhados. Esvaziados de grande parte do seu poder político e subordinado aos militares, os civis governistas também têm sido pouco visualizados em sua participação no regime autoritário.⁸⁹

Uma justificativa plausível encontrada pela historiadora seria que lembrar a rebeldia tinha um papel de destaque para ocultar os “comos e os porquês das relações viscerais entre a sociedade brasileira e a sua ditadura; exaltar a rebeldia seria uma boa fórmula para encobrir quem se conciliou ao governo”⁹⁰. Consciente dessa problemática seu estudo é pautado na proposta de investigar como parte dos políticos profissionais, em um dado momento da disputa interna, concordou em incentivar a intervenção no campo político, colocando em risco o seu monopólio em bases, nunca antes experimentadas. Grinberg centraliza sua análise no partido político Aliança Renovadora Nacional - ARENA (1965-1979), estruturado com base no decreto do Ato Complementar nº 4 (AC-4), de 20 de novembro de 1965, no qual regulamentava-se a criação de novas organizações com atributos partidários, visando impedir a reestruturação dos partidos extintos com o golpe. As novas normas exigiam partidos compostos em números mínimos de 120 deputados e 20 senadores, ansiando o desmonte do multipartidarismo e simultaneamente evitando a ideia de um partido único. Tomava forma o desejo latente de um sistema bipartidário, um de apoio e um de oposição. As reações foram as mais diversas, dentre as quais ressoavam o descontentamento com um sistema bipartidário face a diversidade de posições políticas e ideológicas existentes.

É fundamental ressaltar, portanto, que as primeiras referências ao bipartidarismo debatem fórmulas institucionais que comportam dissidências e mesmo partidos estaduais. Por essa razão e diante das dificuldades de enquadramento dos políticos em um sistema bipartidário, decretou-se uma legislação eleitoral que incluía a possibilidade de os partidos apresentarem candidatos em sublegenda. Quer dizer, nas eleições majoritárias, cada partido poderia apresentar até 3 candidatos – sublegenda 1, sublegenda 2 e sublegenda 3. Essa legislação permitia que as lideranças dos antigos partidos como UDN e PSD, agora na Arena, pudessem disputar votos dos eleitores em cada

⁸⁹ GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 32.

⁹⁰ GRINBERG, op. cit. 2009, p. 33.

município, especialmente nas eleições para prefeito, uma vez que o AI-2 acabou com as eleições diretas para governadores de estado e para presidente da República.

Observamos que uma das dificuldades para organização da Arena foi justamente o tamanho do partido. Muitas lideranças políticas, naquela conjuntura, queriam e/ou precisavam apoiar o governo. O partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, passava pelo problema inverso, faltavam nomes para o partido inscrever-se oficialmente. Grinberg destaca o caráter problemático desse cenário, por muitas vezes, referenciado na historiografia como um mero “adesismo”, é evidente que houve adesismo, no entanto, reduzir esse processo de filiação em massa é não reconhecer suas implicações políticas:

O apoio ao regime era uma das preocupações do general Golbery do Couto e Silva, que alertava Castelo Branco: “Presidente, o senhor, além de eleger o novo presidente da República, tem que lhe garantir apoio, para que ele não se vá apoiar nas Forças Armadas”. Quer dizer, no governo Castelo Branco, dirigentes como Golbery ocuparam-se em dialogar com lideranças políticas dos diferentes partidos que apoiavam o movimento de 1964 e negociaram a possibilidade de reuni-las em um só partido. Isso não aconteceu por acaso ou apenas devido ao interesse dos políticos, mas certamente também em função dos interesses militares.⁹¹

O xadrez do governo jogado, nesse momento, aponta para uma organização da estratégia com as peças dispostas no tabuleiro, as quais dividiam-se por ordem de valor. O valor atribuído ao poder legislativo, nesse cenário, pode ser equiparado ao do *cavalo*⁹², localizado no centro do tabuleiro, essa peça é capaz de deslocar-se em movimentos excêntricos, conseguindo ter um poder relativo maior, de acordo com a experiência do jogador. Sendo assim, o uso dessa peça dentro do xadrez militar era algo desejável, desde que não comprometesse o avanço de peças mais valiosas, não constituindo um sacrifício abandoná-la em caso de necessidade.

Prosseguindo nessa metáfora, observamos que os cavalos têm seus movimentos circunscritos a três casas no tabuleiro de xadrez. Não obstante, observamos desde 1964 uma limitação às casas políticas alcançadas por deputados e senadores, mediante o discurso de “saneamento político”. A preeminência do poder Executivo prevalecera com

⁹¹ GRINBERG, op. cit. 2009, p. 85.

⁹² Peça de curto alcance no xadrez, usualmente o valor relativo do cavalo é estimado em aproximadamente três pontos em relação ao valor de referência de um peão.

a conflagração do golpe, atos-institucionais e decretos-lei passaram a guiar o governo, formado principalmente por militares.

Lucia Grinberg aponta que em 1966 tiveram início as negociações para a elaboração de uma nova Constituição. O presidente Castelo Branco entendia que, a partir de março de 1967, o país deveria encerrar o período “revolucionário” e retornar a um regime constitucional.⁹³ Todavia, o projeto da Constituição de 1967 enviado ao Congresso Nacional caracterizava-se pela primazia do poder Executivo sobre os demais poderes da República. Tornou-se perceptível o desconforto de muitos parlamentares com a Carta hiperpresidencialista, que, no entanto, foi aprovada.

O processo de votação da Constituição de 1967 foi um duro teste para os políticos da Arena, explicitando o grau de comprometimento, de distanciamento e de ambiguidade diante dos rumos do movimento de 1964. Os pontos mais polêmicos dos debates, contudo, deixam clara a grande questão de fundo desse conjunto diferenciado de políticos profissionais: a possibilidade de uma reabertura política e o papel que o Legislativo devia cumprir nesse processo. O ano de 1968 seria, nesse sentido, muito esclarecedor.⁹⁴

A aprovação dentro do Congresso de uma pauta que aleijava poderes Legislativos é simbólica, aponta para o grau de internalização de alguns discursos propagados pelo regime militar, assim como reforça a capacidade adquirida por instrumentos do governo para provocar obediência. A ideia de “saneamento”, propagada no campo político, ganhou contornos também fora dele, proporcionando a constituição de uma estrutura forte nesse xadrez do governo, a qual equiparamos às *torres*⁹⁵. O discurso de uma reabilitação moral da sociedade conduziu a um expurgo em âmbito nacional para eliminar os “subversivos” dos sistemas político e administrativo.

Martha K. Huggins examina os desdobramentos dessa ação, denominada “Operação Limpeza”.

A “limpeza” foi levada a cabo por todo o país mediante varredura das ruas pelas polícias e Forças Armadas, incluindo amplas buscas, capturas e prisões em massa. No fim da primeira semana depois do golpe militar, mais de sete mil pessoas haviam sido presas. Em mais três meses, perto de cinquenta mil brasileiros foram detidos. Porém, o embaixador Gordon duvidava que “dezenas de milhares de prisioneiros [estivessem] sendo mantidos [no Brasil] sem acusação ou julgamento”, proclamando que o número de prisioneiros era realmente “bastante modesto, substancialmente menor que dois mil...”. Contudo, a revista

⁹³ GRINBERG, op. cit. 2009, p. 102.

⁹⁴ GRINBERG, op. cit. 2009, p. 115.

⁹⁵ A torre é uma peça maior no xadrez, usualmente o valor relativo da torre é estimado em aproximadamente cinco pontos em relação ao valor de referência de um peão

Time havia estimado que, em uma única semana em meados de abril de 1964, pelo menos dez mil pessoas haviam sido presas na “limpeza” brasileira – apenas no Rio de Janeiro, quatro mil delas.⁹⁶

Podemos observar que a citação do embaixador estadunidense Gordon não é ocasional, Martha Huggins esmiúça que havia interesses estadunidenses no monitoramento da polícia brasileira, uma vez que, desde 1957, essa vinha trabalhando com consultores norte-americanos vinculados à embaixada para treinamento de suas estratégias. A socióloga acrescenta que o controle interno autoritário foi levado avante pela coordenação da polícia e pela centralização da coleta e da disseminação da informação mediante ajuda norte-americana a três novos órgãos do Estado militar do Brasil: o novo Departamento de Segurança Pública (DFSP) de Brasília, o Instituto Nacional de Identificação (INI) e o Serviço Nacional de Informações (SNI).⁹⁷

É exatamente essa instrumentalização da polícia que equiparamos à peça torre no jogo de xadrez do governo, passando a ser uma das bases de sustentação do regime militar. Nesse cenário, voltamos a ressaltar a íntima relação entre Estados Unidos e a política na América Latina.

A preocupação com a América Latina por parte dos Estados Unidos não esteve restrita ao apoio militar aos golpes ocorridos nessa região. Além da Agência Central de Inteligência (CIA), os latino-americanos contaram com o apoio da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), que buscava conceder recursos a diversos países, com o intuito de que esses combatessem o comunismo, auxiliando os EUA em sua corrida anticomunista. Por certo, tais recursos não se destinavam apenas ao combate a pobreza e a miséria, nem tampouco tinham apenas características humanitárias. Serviram sobretudo para aparelhar as polícias e exércitos desses países, buscando reprimir levantes populares de características subversivas. Cite-se como exemplo, que o presidente estadunidense John Kennedy almejava um treinamento de policiais civis, ministrado por um setor em separado dentro da AID, o qual se materializou na Seção de Segurança Pública (OPS), criada em novembro de 1962. Através desses órgãos, forças de polícia de diversos países receberam apoio e treinamento, muitas vezes encobertos e em caráter secreto. A OPS não se limitou somente a preparar policiais, mas também ofereceu ao SNI ajuda e treinamento.⁹⁸

Nesse âmbito, observaremos uma forte conexão americana, a partir da Seção de Segurança Pública (OPS), desde a fundação dos novos órgãos burocráticos do Estado militar brasileiro. A OPS participou ativamente do planejamento do novo Departamento

⁹⁶ HUGGINS, Martha. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 142.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 144.

⁹⁸ SAMWAYS, op. cit. 2014, p. 74.

Federal de Segurança Pública (DFSP) e da reorganização da polícia ali sediada, proporcionando-lhe apoio técnico e material, bem como instalando em Brasília a nova academia de formação policial. Quanto ao Instituto Nacional de Identificação (INI), desenvolvido com a finalidade de não perder de vista criminosos e subversivos, abrigava uma rede de comunicações – instalada pela OPS - para facilitar o contato direto entre o quartel-general da polícia do Distrito Federal, em Brasília, e oito escritórios regionais espalhados pelo Brasil; a rede era comandada pelo major Braggio, que acabara de completar nos Estados Unidos um curso de seis meses oferecido pela OPS. Por fim, o Serviço Nacional de Informação (SNI) foi instituído em 13 de junho de 1964, dois meses após o golpe, como órgão consultivo e de coleta de informações subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, concebido como produto das ideias dos próprios militares brasileiros, todavia seu primeiro diretor, o general Golbery Couto Filho, teve boa dose de ajuda da OPS e da CIA.⁹⁹

A princípio, o SNI foi concebido sob a ideia de coletar e analisar as informações pertinentes à segurança nacional, combater a desinformação e reunir informações sobre assuntos subversivos internos. Contudo, viria a tornar-se conhecida a frase de Golbery Couto sobre o serviço que nasceu sob sua tutela: “criei um monstro”. Carlos Fico assinala que, se Golbery foi pai do monstro, Costa e Silva e Jayme Portella foram os responsáveis pelo parto: a partir de janeiro de 1968, o Conselho de Segurança Nacional teve suas competências aumentadas,¹⁰⁰ o SNI passava a tomar os moldes de uma vasta rede de espionagem, fundamental para o fortalecimento do regime militar. O fato de dois dos cinco presidentes militares indicados durante o período militar terem sido diretores do SNI, antes de assumirem a presidência, indica a importância desse órgão.

No final da década de 1970, a comunidade de informações do país – tendo o SNI como seu núcleo central – empregava duzentas mil pessoas, entre agentes, pessoal administrativo e informantes regulares e ocasionais. Em 1979, o SNI possuía arquivos de informações sobre mais de duzentas mil pessoas e havia reunido tal poder institucional que “todo o mundo [o temia]: eles estavam em toda parte, no DOPS, na Polícia Civil, na Polícia Federal, nos serviços de inteligência das Forças Armadas – todos eles eram controlados pelo SNI, pelos homens lá de cima. Até mesmo os militares temiam o SNI”. Em outras palavras, o SNI espionava as demais organizações de segurança interna do Brasil, providência esta tomada para centralizar de maneira mais estrita a segurança interna, mas que, no final das contas, iria contribuir para uma degenerescência do controle interno.¹⁰¹

⁹⁹ HUGGINS, op. cit. 2014, p. 147.

¹⁰⁰ FICO, op. cit. 2007, p. 176.

¹⁰¹ HUGGINS, op. cit. 2014, p. 149.

A forma como foi organizado o SNI nos leva a rememorar críticas feitas por Michel Foucault a uma sociedade panóptica¹⁰², na qual nada foge ao olho do poder, tem-se a impressão de estar na presença de um mundo infernal no qual ninguém pode escapar, tanto os que olham quanto os que são olhados. Para Foucault não se tem, nesse caso, uma força que seria integralmente dada a alguém que exerceria isoladamente, totalmente sobre os outros, é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. Observa-se que o poder não é substancialmente identificado a um sujeito que o possuiria e o exerceria, ele torna-se uma engrenagem em que ninguém é titular, todavia, nesta engrenagem existem locais diferentes, alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. Nesse sentido, o funcionamento dessa estrutura é um tanto contraditório, pois, no panóptico, tem-se o inspetor principal que, da torre central, vigia seus prisioneiros. Mas ele também vigia muito seus subalternos, ou seja, o pessoal responsável pelo enquadramento, este inspetor principal não tem nenhuma confiança nos vigias.¹⁰³ Constitui-se, assim, uma engrenagem pautada na sensação de constante vigilância e na abrangência do temor.

A compreensão do temor como um elemento importante na história é algo relativamente atual, conforme Jean Delumeau: “da Antiguidade até data recente, o discurso literário exaltou a valentia – individual – dos heróis que governaram a sociedades. Era necessário que fosse, assim, ou ao menos apresentados sob essa perspectiva, a fim de justificar aos seus próprios olhos e aos do povo o poder de quem estavam revestidos.”¹⁰⁴ Observamos, assim, o medo como um quinhão vergonhoso, constantemente silenciado nas narrativas, muito embora ele estivesse presente no interior

¹⁰² O *Panóptico* de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido, ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. Ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987, p. 166.

¹⁰³ FOUCAULT, op. cit. 1979, p. 219.

¹⁰⁴ DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 17.

de cada indivíduo. Delumeau acrescenta, quer haja ou não em nosso tempo mais sensibilidade ao medo, esse é um componente maior da experiência humana, a despeito dos esforços para superá-lo:

O medo é ambíguo. Inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte. “Sem o medo nenhuma espécie teria sobrevivido.” Mas, se ultrapassa uma dose suportável, ele se torna patológico e cria bloqueios. Pode-se morrer de medo, ou ao menos ficar paralisado por ele.¹⁰⁵

Consideramos, a partir dessa compreensão, o medo como um combustível dentro da análise que desenvolvemos, podendo ao seu modo contribuir para o funcionamento das engrenagens ou forçar sua parada. Conforme pontuamos anteriormente, o temor ao comunismo foi, dentro dessa análise, uma das principais matérias-primas que moveu o discurso golpista, todavia, agora o medo é entendido em sua escala paralisante, limitando os atos dos opositores e até de apoiadores do regime militar.

Nesse cenário, observamos uma sociedade inibida pelo medo, em que as formas de resistência ao comando eram duramente reprimidas através dos instrumentos empregados pelo Estado brasileiro. Observamos que o SNI era uma torre no xadrez do governo, porém, assim como no jogo, os *peões*¹⁰⁶ que a cercavam eram muitos. É nesse contexto que o poeta Torquato Neto manifesta, em 1971:

Escute, meu chapa: um poeta não se faz com versos. É o risco, é estar sempre a perigo sem medo, é inventar o perigo e estar sempre recriando dificuldades pelo menos maiores, é destruir a linguagem e explodir com ela. Nada nos bolsos e nas mãos. Sabendo: perigoso, divino, maravilhoso. Poeta é simples, como dois e dois são quatro sei que a vida vale a pena etc. Difícil é não correr com os versos debaixo do braço. Difícil é não cortar o cabelo quando a barra pesa. Difícil, pra quem não é poeta, é não traír a sua poesia, que, pensando bem, não é nada, se você está sempre pronto a temer tudo; menos o ridículo de declamar versinhos sorridentes. E sair por aí, ainda por cima sorridente mestre de cerimônias, “herdeiro” da poesia dos que levaram a coisa até o fim e continuam levando, graças a Deus.

E fique sabendo: quem não se arrisca não pode berrar. Citação: leve um homem e um boi ao matadouro. O que berrar mais na hora do perigo é o homem, nem que seja o boi. Adeusão.¹⁰⁷

Aspectos apontados por Torquato Neto nesse texto/poesia permitem acessar diferentes escalas do poder durante a ditadura militar. Observemos que o autor ressalta os

¹⁰⁵ Ibidem, p. 24

¹⁰⁶ Peão é uma peça menor no xadrez, seus movimentos são os mais restritos dentro do jogo.

¹⁰⁷ TORQUATO NETO. Pessoal e Intransferível. Apud. CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria**: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005, p. 205

perigos do momento que vivenciava, em que o risco era o principal componente do fazer-se poeta, sendo assim, o difícil não era escrever poemas, a dificuldade estava em não riscar o que foi escrito, não desdizer as palavras faladas, não correr com os versos embaixo do braço, ou ainda: não cortar o cabelo quando a barra pesa. Essa última sentença torna perceptível a atuação dos peões no tabuleiro do governo que estamos analisando, à qual equiparamos a participação civil em relações cotidianas.

Edwar Castelo Branco, em seu livro *Todos os Dias de Paupéria*, aponta aspectos da atuação civil junto à ditadura militar, em sua análise do cerco aos “cabeludos”, o historiador observa que a ditadura não é uma entidade acima da sociedade brasileira e repressora do conjunto da nação, ela, na verdade, está entranhada de tal maneira, nas pessoas, que elas reproduzem com naturalidade a repressão em escala micro. Para o autor, não seria possível uma Ditadura Militar brasileira, se não houvesse cooperação da maior parte da população, tanto de modo direto, servindo nas organizações armadas, policiais e inteligência do regime, quanto de modo indireto, colocando-se por conta própria como censor, intolerante à irrupção do novo, ainda que esse novo se expressasse apenas numa cabeleira comprida.¹⁰⁸

Todavia, antes de nos atermos de forma mais detalhada aos movimentos dos peões dentro desse jogo, voltemos aos cavalos. Conforme apontado anteriormente, essas peças tinham valor superior aos peões dentro do tabuleiro, entretanto, em relação às outras peças eram considerados secundários. Por conseguinte, ao se traçar uma estratégia que empregaria as torres como base, para ganhar o jogo, os cavalos poderiam ser sacrificados para não atrapalhar o fluxo delas.

Em setembro de 1968, o deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB) pronunciou-se na Câmara dos Deputados, criticando a invasão da Universidade de Brasília.¹⁰⁹ Contudo, desde que o INI entrou em atuação, em 1965, agentes haviam sido distribuídos por todo o Distrito Federal, nas mais diversas instituições educacionais e em outros locais em que os estudantes se reuniam para discutir e planejar seus atos.¹¹⁰ A rede de comunicações do INI relatava atuar para controlar esses pontos e evitar que eles se transformassem em algo muito mais grave.

¹⁰⁸ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria**: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005, p. 94.

¹⁰⁹ GRINBERG, op. cit. 2009, p. 123.

¹¹⁰ HUGGINS, op. cit. 1998, p. 146

O discurso do deputado foi mal recebido pelo conselho de Segurança Nacional. O general Garrastazu Médici, então chefe do SNI, distribuiu cópia daquelas falas em todas as unidades do Exército, e o ministro Aurélio de Lira Tavares enviou um ofício ao presidente Costa e Silva, no qual pedia que fossem tomadas providências.¹¹¹

Observamos, nesse momento, que um desvio no fluxo do jogo do cavalo lhe colocou em contradição com a posição da torre. Diante desse impasse, o Executivo decidiu-se por pedir licença à Câmara dos Deputados para processar Márcio Moreira Alves. O senador arenista Daniel Krieger buscou argumentar com Costa e Silva, apontando o princípio da inviolabilidade parlamentar, que o governo desejava transgredir para penalizar o deputado.¹¹² A negativa ao pedido de punição não se vinculava a uma concordância ideológica com a fala do deputado Márcio, mas apenas negava a interferência no Legislativo e o início de uma nova limpeza política.

Enfrentando inúmeros protestos desde o início do ano, principalmente após a morte do estudante Edson Luís, no restaurante *Calabouço* no Rio de Janeiro, com a passeata dos Cem Mil, também no Rio de Janeiro, o governo estava sendo cada vez mais acuado por uma parte da opinião pública, que passava a questionar os atos de autoritarismo e violência. [...] A atitude da Câmara foi a desculpa que o governo queria para impor mais um Ato Institucional, o de número 5 (AI-5). Com esse ato, de 13 de dezembro de 1968 o governo ganhava ainda mais poderes em sua luta contra a subversão e um poderoso mecanismo que atingiria inúmeros cidadãos, suspendendo o habeas corpus, podendo suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por um prazo de 10 anos e acabar, cassar mandatos de vereadores, deputados federais e estaduais, senadores, governadores e prefeitos, decretar o estado de sítio sem a necessidade de autorização de outros poderes e também demitir juízes.¹¹³

O historiador Daniel Arão Reis afirma que o AI-5 representou “um golpe dentro do golpe, fechando todos os parlamentos por tempo indeterminado, recobrando amplos poderes discricionários e reinstaurando, de modo inaudito, o terror da ditadura.”¹¹⁴ Observamos, nessa circunstância, o abandono da peça *cavalo* no xadrez do governo, visto que seus movimentos excêntricos acabaram entrando em conflito com peças mais poderosas.

Na noite de 31 de dezembro de 1968, Costa e Silva divulgou uma mensagem sobre a atuação do governo através da Agência Nacional, em rede de rádio e televisão, responsabilizando em grande parte os parlamentares pela decretação do AI-5: “... pela irresponsabilidade com que um grupo de parlamentares resolvera humilhar, diminuir e desafiar

¹¹¹ GRINBERG, op. cit. 2009, p. 123.

¹¹² Ibidem, p. 124.

¹¹³ SAMWAYS, op. cit. 2014, p. 79.

¹¹⁴ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 51.

as Forças Armadas, a crise de aparência precipitava-se para um desfecho subterrâneo”. O presidente diagnosticava que, no Congresso Nacional, a base político-partidária do governo falhar, mostrando-se inconsistente e pulverizada. No entanto, o que ocorreu não foi uma falha por parte da Arena. Ao contrário, houve uma demonstração de organização e de confronto com o executivo através do instrumento por excelência dos parlamentares: o voto.

De maneira geral, essa seria a tônica do regime militar, vozes dissonantes deveriam ser silenciadas, mesmo que, em outros momentos, essas vozes tivessem sido úteis para estruturação do governo. Nesse sentido, os agentes políticos não foram as únicas vítimas do sistema que ajudaram a edificar. A imprensa, órgão informativo da sociedade, viu limites serem impostos à sua função de comunicar, muito embora tenha sido uma das forças civis que se manifestaram em favor do golpe. Talvez isso explique o porquê da historiadora Tânia Regina de Luca ter afirmado:

Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político.¹¹⁵

Observamos que, através dessa citação, a historiadora não classifica a atuação da imprensa, em regimes autoritários, de forma homogênea. Suas páginas podem levar palavras de contestação, assim como podem colaborar para o fortalecimento do regime. Nesse âmbito, apesar de a imprensa situar-se na esfera civil da sociedade, não a compreenderemos como um mero peão no xadrez do governo. Conforme as regras tradicionais do xadrez, ao avançar até a oitava linha do tabuleiro, o peão transforma-se em qualquer outra peça, exceto o rei, movimento chamado de promoção ou coroação. Dessa forma, equiparamos a imprensa a um peão que avançou dentro do jogo e tomou forma de *bispo*¹¹⁶, peça que se desloca sempre em diagonal, o que implica certa limitação aos seus movimentos, contudo, seu valor é inquestionável dentro de uma estratégia que busque vencer o jogo.

Dentro do “xadrez do governo”, os bispos também tinham limitações aos seus movimentos, observamos uma série de normas que a imprensa deveria seguir, regulando

¹¹⁵ LUCA, Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 129.

¹¹⁶ O Bispo é uma peça menor do xadrez ocidental de valor aproximado de três peões. Movimenta-se em diagonal, não podendo pular peças intervinientes.

o seu direcionamento através de normas censórias. É bem verdade que as regras desse jogo não foram inauguradas dentro do regime militar, podemos observar raízes profundas entrelaçando as atividades intelectuais e a regulação do Estado. Portanto, a princípio, não foi preciso plantar uma semente nova, podemos dizer que o regime militar hidratou essas raízes e fez germinar uma planta com folhas e galhos mais fortes.

O substrato dessa tal raiz é o Decreto nº 20.493, de 1946, assinado por Eurico Gaspar Dutra, o contexto de elaboração desse texto é marcado por uma narrativa de suprimir os “desmandos do Estado Novo”, entretanto a prática evidenciada no momento destoa do discurso alardeado.

O pós-1945 e o período de redemocratização nele inscrito poderiam anunciar uma legislação de ações mais liberais. O que se constatou, entretanto, foi a acomodação de antigas estruturas a esses ‘novos tempos’. Dentro desse panorama de ajustes, à Censura caberia zelar pela “moral e pelos bons costumes” e esses procedimentos estariam vinculados às questões policiais.¹¹⁷

Dessa forma, embora o Decreto nº 20.493 estivesse inserido na narrativa de uma “nova época”, carregava em si traços de uma política autoritária e restritiva. Composto de 136 artigos, subdivididos em 13 capítulos, perfilava condutas e dispunha sobre o funcionamento interno do Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP), a censura prévia, o cinema, o teatro e as diversões públicas, a radiofonia, os programas, as empresas, os artistas, o trabalho de menores, o direito autoral, a fiscalização, as infrações e as penalidades¹¹⁸. Trata-se de uma diretriz complexa e abrangente, desengavetada no pós-64 e utilizada pela maioria dos censores, tanto para autorizar como para vetar matérias publicadas na imprensa. A historiadora Beatriz Kushnir não esconde a frustração: “Difícil é lidar com o fato de que, feito em um período de redemocratização, justificou proibições ditatoriais.”¹¹⁹

No entanto, esse não foi o único elemento no qual as proibições se pautaram, conforme alertamos, o regime militar hidratou uma raiz e fez germinar algo maior. Lembremos que Daniel Aarão Reis observou, no ano de 1968 e no AI-5, “um golpe dentro do golpe, recobrando poderes discricionários, contudo, mesmo antes da instituição do ato, podemos observar avanços de um comando arbitrário. Menos de um mês antes do AI-5, o então ministro da Justiça, Gama e Silva, editou uma lei, a de nº 5.536, de 21/11/1968,

¹¹⁷ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 99.

¹¹⁸ Ibidem, p. 101.

¹¹⁹ KUSHNIR, op. cit. 2012, p. 101.

que ampliava as diretrizes da censura, acrescentando parágrafos relativos a “segurança nacional” e a “luta de classes”.

As inclusões dessas categorias na censura trazem à tona a tentativa de silenciar quaisquer palavras que ousassem se contrapor ao governo, logo as classificando como atentado à segurança nacional ou produto de ideais subversivos. Conforme podemos observar em registros de grupos que compunham a resistência, era latente a atuação militar na tentativa de desarticulação de organismos oposicionistas:

Desde abril de 64 os generais fascistas mostraram suas garras, transformando cassações e prisões políticas em rotina; ao mesmo tempo, surgiram os primeiros casos de tortura e assassinatos. Como isso não bastasse para conter a revolta popular, eles foram aos poucos transformando também as torturas em atividade cotidiana nas prisões do país. Recentemente, inconformados com o vigor do repúdio popular ao seu regime, nossos generais fascistas resolveram dar mais um passo em sua carreira de bandidos: adotaram assassinatos políticos como forma ordinária de repressão e multiplicaram seus crimes de morte contra o povo, especialmente contra os elementos destacados da oposição ao regime. (sic)¹²⁰

Nesse circuito de violência e combate às forças oposicionistas, era de suma importância uma imprensa controlada: impedia-se a notificação de informações relativas aos crimes cometidos pelo governo e transpassava-se, ao restante da população, uma sensação de estabilidade.

Consideramos que o acirramento no silenciamento da imprensa é diretamente proporcional à ampliação dos instrumentos de violência. Observemos o ano de 1968, no qual se circunscrevem o AI-5 e a lei nº 5.536: “nos primeiros seis meses de 1968, milhares de estudantes foram caçados e encarcerados pelas forças de segurança interna.”¹²¹ O uso da truculência foi um instrumento utilizado pelo governo, na tentativa de reprimir vozes que ousavam desafiá-lo por meio de manifestações. O marco inicial do que viria a ser essa onda de protestos aconteceu no Rio de Janeiro, mais especificamente na Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), em que secundaristas organizavam assembleias, pedágios nas ruas, esclarecimentos ao povo, pressão junto às autoridades em busca de melhorias para o cursinho e o restaurante que os atendia e dava nome ao coletivo.

No dia 28 de março de 1968, reuniu-se mais uma assembleia da FUEC. Como sempre, chegou a polícia Militar para tentar impedir a concentração. Os estudantes se defenderam com uma chuva de pedras. Das janelas dos edifícios vizinhos, populares vaiavam os soldados. A

¹²⁰ GUISONI, Divo (org.) **O livro negro da ditadura militar**. São Paulo: Ed. Anita com co-edição com a Fundação Maurício Grabois, 2014, p. 10.

¹²¹ HUGGINS, op. cit. 1998, p. 168.

tropa recuou. O general Osvaldo Niemeyer, superintendente da Polícia Militar que estava dirigindo a repressão amedrontou-se e ordenou ao comandante da tropa de choque, aspirante Aloísio Tavares, que dissolvesse a manifestação a bala. Os soldados começaram a atirar e uma bala calibre 38 atingiu o jovem Edson Luís de Lima Souto, matando-o. Segundo jornais da época, também uma pessoa que assistia os acontecimentos da janela de um edifício foi morta na ocasião. Outros 25 estudantes são em seguida selvagemmente espancados pelos policiais, sofrendo ferimentos graves.

Edson Luís, menino de 16 anos, órfão de pai e muito pobre, tinha vindo de Belém do Pará. Estudava no cursinho do Calabouço, trabalhava no restaurante, lutava ao lado de seus companheiros para defender seus direitos.¹²²

Os relatos da morte de Edson Luís, levados a público no dia 29 de março, causaram comoção e o tornaram mártir da resistência à ditadura militar. Seu enterro parou o Rio de Janeiro, seguido por 50 mil pessoas, e deu início a jornadas de protestos por diversas capitais do país. Na missa de sétimo dia por Edson, houve uma grande manifestação no Rio de Janeiro. Perto de vinte mil policiais e militares haviam sido mobilizados para controlar os que comparecessem à cerimônia. Conforme relatos daquele dia, a “cavalaria da Polícia Militar esperou pelo fim da missa *in memoriam* para atacar a população desarmada, à medida que ela deixava a igreja, usando cassetetes e até espadas, contra os que assistiam à missa”.¹²³ No mesmo dia, durante à tarde houve uma nova missa, quando a polícia novamente atacou e prendeu civis e até mesmo clérigos.

Um relato da OPS-Brasil sobre os acontecimentos daquele dia oferece uma narrativa muito mais atenuada desses acontecimentos “de segurança pública”, explicando que “a cavalaria e outras tropas da polícia [havam] dispersado a multidão que começara a fazer manifestações” na catedral. Segundo a OPS-Brasil, “a polícia tomou medidas de segurança sem precedentes... só permitindo que um número relativamente pequeno de pessoas entrasse na igreja”, sem qualquer menção à violência policial que se seguiu.¹²⁴

Constatamos, nesse momento, dois duelos: um travado em vias públicas por meio do confronto direto, e um segundo, travado por meio de narrativas, no qual a palavra tem um poder significativo. Uma das técnicas adotadas pelo governo, para levar vantagem nesse confronto, era identificar os participantes das greves e manifestações que emergiam, através da identificação, poder-se-ia punir os manifestantes e até mesmo atemorizá-los para desencorajar a participação em futuros atos. O desenvolvimento dessa

¹²² GUISONI, op. cit. 2014, p. 38.

¹²³ ALVES, Maria Helena. State and Opposition in Military. Apud. HUGGINS, op. cit. 1998, p. 165.

¹²⁴ HUGGINS, op. cit. 1998, p. 166.

técnica contou com o apoio da OPS que se envolveu profundamente com a “ajuda à polícia brasileira, para que ela se tornasse mais eficiente no monitoramento dos supostos subversivos mediante infiltração, vigilância e fotografia das multidões.”¹²⁵ A tentativa de induzir a disciplina pelo “jogo do olhar” traduz aspectos do panoptismo na sociedade, conforme pontuamos, quando falávamos acerca do SNI, em que se articulam o vigiar e o punir, na busca do adestramento de forças.

Entretanto, o meio de fotografar manifestantes não obteve os fins esperados, acontece que os estudantes se articulavam para revidar, fotografando o espancamento de seus companheiros pelos militares, o que, por sua vez, levaria a polícia a atuar prendendo estudantes fotógrafos juntamente com jornalistas profissionais que cobriam os atos, aumentando as acusações de censura à imprensa.¹²⁶

Observamos o contexto que antecede o AI-5 marcado por uma instabilidade política, quando o comando do regime militar observava seu prestígio em declínio junto à sociedade brasileira.

Para completar seus infortúnios, a ditadura estava sofrendo derrotas na área parlamentar. O deputado Márcio Moreira fizera um discurso na câmara denunciando a repressão dirigida pelo Exército. E o deputado Hermano Alves denunciara no jornal “correio da manhã” as tramas para um novo golpe militar. Ofendidos, vários grupos militares exigiram do Congresso a cassação do mandato de Márcio e prometeram punir Hermano. E o que mais os irritava é que o Congresso, mesmo acuado, vacilava em obedecer às ordens militares.

No dia 12 de dezembro, o Congresso votou o pedido do ditador para processar o deputado Márcio Moreira Alves. E o congresso disse “não”. A votação foi surpreendente: 216 “não” e somente 141 “sim”, num Congresso onde a ARENA, partido oficial da ditadura, era amplamente majoritária.¹²⁷

No dia seguinte, 13 de dezembro, foi promulgado o AI-5, numa movimentação precária para manter o controle do jogo no xadrez do governo. Aumentaria, ainda mais, o controle sob a imprensa e suas pautas, no entanto, parte dos jornalistas e donos dos jornais apoiaram essa atitude e tornaram-se ao mesmo tempo “colaboradores” e “vítimas” dessa conjuntura.

Permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade. Por isso esses **jornalistas colaboracionistas** são aqui vistos como *cães de guarda*. À soleira, montaram a guarda e fizeram autocensura no governo Médici, e mesmo antes dele,

¹²⁵ Ibidem, p. 16

¹²⁶ TOAID, 1968f. Agency for International Development, Public Safety Report for July. Apud. HUGGINS, op. cit. 1998, p. 169.

¹²⁷ GUISONI, op. cit. 2014, p. 76.

colaborando para construir e difundir uma imagem irreal, inverídica do país. E seguiram o fluxo quando o tabuleiro do poder mudou a disposição das peças.¹²⁸

A partir da leitura de Antonio Gramsci, compreendemos esses jornalistas colaboracionistas como “funcionários” intelectuais dentro do plano de organização da cultura traçado pelo governo. Gramsci aponta que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, mas sim “mediatizada” por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas nas quais eles se inserem¹²⁹. Nessa conjuntura, entendemos que, ao colaborar com o governo, esses jornalistas convergem para assegurar essa estrutura.

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.¹³⁰

Essa elucidação nos permite entender aspectos importantes das relações estabelecidas entre o governo e jornalistas, em várias circunstâncias, apontando o contexto social como um dos fatores primordiais, isto é, a atuação dos periódicos não deve ser descontextualizada como um elemento isolado do social ou do político. O historiador Jean-Jeanneney argumenta que alguém pode alegar que isso foge ao político *stricto sensu*, contudo nos convoca a observar a vida cotidiana desses locais: o patrão e sua equipe, o contrapoder dos sindicatos, a influência dos técnicos, o ritmo da ação e seus limites, o peso dos ritos e da memória coletiva das diversas famílias, o calendário da eficácia e do fracasso. Após isso, faz um lembrete:

O jogo de espelhos pode funcionar até quase o infinito. Sempre se esbarra no político, de uma maneira ou de outra, no interior desses estabelecimentos, porque na vida cotidiana de um jornal, de um rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política de um país.¹³¹

¹²⁸ KUSHNIR, op. cit. 2012, p. 52.

¹²⁹ GRAMSCI Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 10.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 11.

¹³¹ JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia; In: REMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996, p. 225.

A historiadora Anne-Marie Smith aponta que, nesse contexto, o consentimento da imprensa aos atos censórios era virtualmente total, a vasta maioria sujeitou-se às rotinas anônimas, banais, burocráticas, havia continuamente o consentimento cotidiano e as modalidades diárias de inércia¹³². Nesse âmbito, ao adentrarmos na análise desses periódicos, podemos observar jornalistas embutidos numa ordem política que orientava seus escritos.

Haveria duas orientações gerais para a imprensa: o apoio ao regime, que levaria a imprensa a endossar até sua própria repressão; ou um medo tão grande do poder coercitivo do regime que paralisaria a imprensa e a impediria de considerar qualquer rejeição ou resistência. Qualquer uma delas poderia parecer, de início, uma explicação razoável da inércia, mas nenhuma se mostra satisfatória.¹³³

É importante observamos o último trecho registrado pela historiadora, em que ela aponta a insuficiência desses aspectos para compreender a inércia da imprensa dentro do regime militar. É verídico que muitos jornalistas apoiaram o movimento que culminou no golpe de 1964, todavia, “mesmo defensores ardorosos do regime expressaram sua aversão à censura, que consideravam uma farsa ilegal e imoral”;¹³⁴ o medo seria outra explicação razoável, contudo Anne-Marie observa que não se encontra nele o aspecto primordial da apatia perante os desmandos do governo, sua pesquisa aponta, ao contrário, para a ausência de autoridades censórias na maioria das edições de jornais, “a censura banalizou-se no cotidiano, sem agentes aparentes parecia funcionar automaticamente, de fato, a banalidade da censura era a característica básica sentida pela imprensa.”¹³⁵

A compreensão desses aspectos nos permitem fugir a uma análise estritamente simplificada que, conforme Robert Darnton, foi uma tendência geral nos últimos cem anos: “de um lado, a história da luta entre a liberdade de expressão e as tentativas das autoridades políticas e religiosas para reprimi-la; de outro, o relato sobre coerções de todo tipo que inibem a comunicação”¹³⁶. O historiador estadunidense argumenta que esse tipo de análise possui um teor maniqueísta, contrapõe os filhos da luz aos filhos das trevas e tem simpatia de todos os defensores da democracia que julgam que certas verdades são óbvias e dispensam explicações. Darnton complementa afirmando que, quando faladas

¹³² SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 11.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Ibidem, p. 12.

¹³⁶ DARNTON, Robert. **Censores em ação**: como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p.13.

ou escritas, as palavras exercem poder, sendo os poderes da fala operacionalizados de maneiras que não são fundamentalmente distintas das ações do mundo cotidiano.¹³⁷

Os estudos dos sistemas de censura são compreendidos como algo mais amplo que um embate entre jornalistas e censores, escritores da liberdade e um sistema autoritário, reprimidos e repressores. A análise acerca desses sistemas aponta que “a intervenção do Estado no reino literário foi muito além de riscos feitos no texto, ampliou-se a ponto de influenciar a própria literatura como uma força em ação em toda ordem social.”¹³⁸

[...] criou-se um duelo em que o censor ou é um tirano, um algo, ou é um incompetente, um despreparado intelectualmente para a função. Já o jornalista é descrito como o que realizava pequenos ou grandes atos (tidos como heroicos) de desafio a esse opressor. Nem tudo se explica só nesse jogo maniqueísta. Um dos intuitos desta reflexão é perceber uma atuação colaboracionista, realizada na grande imprensa, ante a imposição autoritária.¹³⁹

Retomemos, portanto, a questão institucional que pautava a ação censória. Observemos o Decreto 1.077/70, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, em 26 de janeiro de 1970. A portaria legislava sobre as comunicações, julgando intoleráveis publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes, visando à proteção da instituição da família, preservando-lhe os valores éticos e assegurando a formação sadia e digna da mocidade. Nesse sentido, considerava-se de suma importância o controle dos meios de comunicação para que esses não fossem utilizados como instrumentos para um plano subversivo que colocava em risco a segurança nacional. O decreto era composto de oito artigos, dentre os quais destacamos os quatro primeiros:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no

¹³⁷ Ibidem, p. 14.

¹³⁸ Ibidem, p. 16.

¹³⁹ KUSHNIR, op. cit. 2009, p. 39.

país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei. (sic)¹⁴⁰

A análise desse documento permite compreender a atuação da censura vinculada a uma estrutura burocrática que pode ser compreendida como uma tentativa de transpassar legitimidade política ao regime autoritário. Anne-Marie Smith aponta que os procedimentos e a linguagem das proibições arremedavam as formalidades jurídicas, sempre que possível, sustentava-se que a sua liberdade era protegida constitucionalmente e negava a existência da censura, embora impusesse novas limitações cotidianamente.¹⁴¹

Essa construção burocrática, formal, oficiosa e rotineira como a censura se apresentava contribuiria para internalização de alguns preceitos por jornalistas que, por muitas vezes, acomodaram-se a essa lógica e passaram a praticar a *autocensura*.

Conforme Anne-Marie Smith, a autocensura é uma subcategoria da censura. Em sua leitura pontua que, nesse cenário, o jornalista sabe que existe algo a dizer, mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou falta de discernimento, e sim o da abstenção consciente. Os resultados, para o público, são semelhantes aos da censura em termos de manipulação do conhecimento e do entendimento, mas com frequência acrescenta-se o elemento de que o público sequer sabe que lhe está sendo negada a informação. Isso representa um nível mais alto de distorção ao qual ele está sendo submetido.¹⁴² Conforme a autora, o público é uma vítima evidente, tanto na censura quanto na autocensura.

Retomando a metáfora do “xadrez do governo”, observamos que os movimentos do bispo têm um valor importante dentro desse jogo e acabam por implicar o rumo de muitos peões dispersos nesse tabuleiro. O controle e limitações aos passos do bispo são preocupações latentes das principais peças desse jogo, o rei e a dama, aos quais equiparamos, respectivamente, a poder executivo federal e estadual.

Em determinados momentos da partida, torna-se mais perceptível a tentativa de traçar uma estratégia que faça mover em harmonia as peças nesse tabuleiro, a delegação do comando da dama é, definitivamente, uma tarefa importante dentro desse jogo. O campo de atuação de uma dama é um estado e seus movimentos mostram-se intimamente importantes para que o rei não sofra um xeque-mate. Ao analisarmos os movimentos da

¹⁴⁰ BRASIL. Decreto nº 1106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 17/6/1970, p. 4521.

¹⁴¹ SMITH, op. cit. 2000, p. 12.

¹⁴² Ibidem, p. 138.

dama, não podemos esquecer das demais peças dispostas no tabuleiro, pois seu campo de atuação/estado representa toda uma coluna do tabuleiro onde o jogo é traçado.

2.2. O alinhamento da estratégia na “coluna do Piauí”

A partir de agora, daremos ênfase à coluna do Piauí, dentro desse “xadrez nacional”. Dentro desse contexto, o engenheiro Alberto Tavares Silva é designado para o poder executivo do estado, com o discurso de *modernizar* a política local, assumindo-se como o outro das oligarquias que governavam o Piauí até então. Acontece que, nascido em Parnaíba, no litoral piauiense, cidade da qual foi prefeito em duas ocasiões (1948/1950 e 1955/1958), Alberto havia constituído carreira fora do estado. Adquiriu formação em engenharia civil, mecânica e elétrica pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá-MG, e tornou-se professor de máquinas elétricas da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará.¹⁴³ A historiadora Cláudia Fontineles, em seu livro *O recinto do elogio e da crítica*, afirma que essa trajetória profissional lhe possibilitou construir uma rede de aliados, sobretudo no Ceará, que o apoiou bastante em sua trajetória política, derivando disso sua indicação à chefia do Executivo Estadual no Piauí.

Ele recebeu apoio e indicação direta dos coronéis Virgílio Távora, César Carlos de Oliveira e Mario Ramos Soares, homens de poder e prestígio junto ao Comando do Exército Nacional, que ocuparam diferentes cargos durante o Regime Militar e que deram aval ao seu nome para assumir o governo piauiense. A força deles era tamanha que, segundo o ex-governador Djalma Veloso – primo e aliado político de Petrônio Portella – este teve que aceitar a indicação de seu adversário político ao governo que pretendia assumir porque na época “imperava a força dos coronéis”, contra a qual Portella não podia se opor, restando-lhe apenas a resignação para aceitar a decisão do governo central¹⁴⁴

Alberto ensaiava-se como moderno numa definição que se aproxima da noção esmiuçada por Bruno Latour, no livro *Jamais fomos modernos*. O autor ressalta que, de forma generalizada, ao empregar-se tal adjetivo, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Observemos, portanto, que esse termo tem um potencial discursivo,

¹⁴³ BASTOS, Cláudio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 119, p. 537.

¹⁴⁴ FONTINELES, Cláudia Cristina da. **O Recinto do Elogio e da Crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 80.

geralmente empregado em meio a um embate, em que há ganhadores e perdedores, os antigos e os modernos. Contudo, Latour problematiza o emprego do termo:

“Moderno”, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos. Se hoje há tantos contemporâneos que hesitam em empregar este adjetivo, se o qualificarmos através de preposições, é porque nos sentimos menos seguros ao manter essa dupla assimetria: não podemos assinalar a flecha irreversível do tempo nem atribuir um prêmio aos vencedores. Nas inúmeras discussões entre os antigos e os modernos, ambos têm hoje igual número de vitórias, e nada nos permite dizer se as revoluções dão cabo dos antigos regimes ou os aperfeiçoam.¹⁴⁵

De certo, ao assumir o governo estadual do Piauí, Alberto e seus partidários empregavam um discurso de modernização face à política local, todavia as articulações políticas que o levaram ao posto carregam traços marcantes de uma política de alianças. Descendente de família de prestígio político no estado, seu avô paterno, Claro Ferreira de Carvalho Silva, foi conselheiro de província e depois do estado, pioneiro no desenvolvimento da região do delta do Parnaíba, no norte do Piauí.¹⁴⁶ Como já citado, Alberto Silva também estava imbricado com a elite política cearense, sobretudo com a figura de Virgílio de Moraes Fernandes Távora, sujeito que ocupou variados cargos de poder (antes e após a instalação do Regime Militar).

Ainda em 1962, Távora elegeu-se governador do Ceará na legenda da coligação entre a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Embora partidário de algumas medidas empreendidas por João Goulart, Virgílio apoiou o movimento que levaria ao golpe de 1964. Em 1966, foi eleito deputado federal pelo Ceará, pela legenda da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). No pleito de 1970, elegeu-se senador pelo mesmo estado e partido político, obtendo a maior votação do Nordeste. Já sob o governo de Emílio Garrastazu Médici, tornou-se vice-líder da Arena e encarregado da defesa da política econômica do governo no Senado,¹⁴⁷ momento em que aponta o nome de Alberto Tavares Silva para o poder executivo do Piauí, no que foi atendido pelo presidente.

¹⁴⁵ LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994, p. 15.

¹⁴⁶ ALBERTO TAVARES E SILVA. **FGV CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-tavares-e-silva>> Acesso em: 05/12/2019 às 12:30.

¹⁴⁷ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/virgilio_tavora> Acesso em 5/12/2019 às 13:00.

As aproximações entre Alberto Tavares Silva e Virgílio Fernandes Távora extrapolaram o ambiente político e alcançaram o âmbito familiar, com o casamento de Juliana Tavares Silva (filha de Alberto e Florisa de Melo) e Carlos Virgílio Távora (filho do político cearense e Luísa Correa). A exemplo do pai, Carlos segue carreira política, ocupando por três mandatos o cargo de deputado federal pelo Ceará.¹⁴⁸ Os fios que compõe a teia dessa relação denotam uma estrutura política demasiadamente tradicional, em contraposição ao discurso *modernizador* adotado por Alberto Silva e seus apoiadores. Observaremos de forma detalhada como esses fios atravessam os discursos políticos publicados na imprensa, durante o mandato de Alberto Tavares, sem perder de vista que esses órgãos de publicação também estavam imbuídos na estrutura política.

A solenidade de posse do governador aconteceu no dia 15 de março de 1971, fazendo-se presentes as principais autoridades políticas do estado. O jornal *Estado do Piauí* enfatiza a presença de conterrâneos de Alberto Silva, com origem em Parnaíba, dando ênfase especial ao Ministro João Paulo do Reis Veloso¹⁴⁹. Na ocasião, também, foi notabilizada a despedida de João Clímaco (1970-1971), o Joqueira¹⁵⁰, exaltado pelo editorial: “Vai ficar na história com a consagrada despedida de um povo agradecido pela generosidade de um governador humanitário e popular que se findou, recebendo aplausos gerais, de gregos e troianos.”¹⁵¹

O jornal *Estado do Piauí*, dirigido por Josípio da Silva Lustosa, narra com entusiasmo a chegada do novo comando e assinala uma possível mudança de cenário na política piauiense, ilustrada através da escolha dos auxiliares do governo.

Escolha de auxiliares do governo: A escôlha do Secretariado do nôvo govêrno nos tranquilizou e convenceu dos melhores propósitos do Chefe do Estado de realizar uma fecunda administração. São homens selecionados, todos dígno e capazes e fora das injunções políticas das

¹⁴⁸ CARLOS VRIGILIO AUGUSTO DE MORAES TAVORA. **FGV CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-virgilio-augusto-de-moraes-tavora>> Acesso em: 05/12/2019 às 13:30.

¹⁴⁹ Com nascimento em Parnaíba no ano de 1931, constituiu carreira fora do Piauí, formou-se Bacharel em ciências econômicas (UF-Guanabara), com aperfeiçoamento na Fundação Getúlio Vargas (1962) e pós-graduação na Universidade de Yale-EUA (1964), ocupou cargos de alta patente junto ao comando militar, como a Superintendência e Presidência do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), Secretária Geral do Ministério do Planejamento (1968), Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (1969) e ministro Chefe da Secretária de Planejamento da Presidência d República (até 01/05/1974). Ver: BASTOS, op. cit. 1994, p. 399.

¹⁵⁰ Entrando em circulação pela primeira vez em 1928, com o lema “Político e Noticioso”, sob a responsabilidade de Hugo Napoleão do Rego, teve sua circulação paralisada em 22 de abril de 1930, após impedimento da polícia; o jornal retorna com o mesmo lema a partir de 1957, agora sob a direção e propriedade de Josípio Lustosa, sua redação se localizava na praça Rio Branco, no Ed. Rianil e sua oficina na rua Humberto de Campos, no centro de Teresina. Ver: BASTOS, op. cit. 1994, p. 293.

¹⁵¹ NOVO governo. 18/03/1971

oligarquias que queiram ou não, os poderosos infelicitavam o Piauí, de maneira cruel e impiedosa, jamais vista em todo o Estado. Que sua excelência o senhor Governador Alberto Silva e seus ilustres Secretários, sejam bem sucedidos na situação em que se encontram, sem compromissos com grupos políticos como bem salientou o eminente Ministro Reis Veloso no seu discurso no Palácio de Karnak.¹⁵²

Esse tópico de discurso, assinalado na matéria, pode parecer desprezível à primeira vista, todavia, conforme assinala a historiadora Cláudia Cristina Fontineles, seria uma fala corriqueira entre os aliados de Alberto Silva, “um dos elementos que relacionaram as suas ações diretamente ao caráter modernizador do Estado partia inicialmente do fato de ele não pertencer aos grupos majoritários e tradicionais da política piauiense, assumindo-se como novo em oposição ao antigo”.¹⁵³

Contudo, conforme pontuamos anteriormente, Cláudia Fontineles destaca que sua indicação à chefia do Executivo Estadual no Piauí deriva de uma rede de aliados construída, sobretudo, no Ceará¹⁵⁴. O vínculo estabelecido com coronéis cearenses o insere numa política similar à praticada pelas tradicionais oligarquias piauienses, todavia com nomes alternativos aos que o estado estava acostumado.

Embora Alberto Silva se apresentasse como um elemento novo na política estadual no ano de 1971, suas atuações políticas advêm de um período bem anterior a sua nomeação ao cargo de governador do Estado, como mostram sua eleição em 1948 e em 1954 ao cargo de sua cidade natal, Paranaíba, pela União Democrática Nacional (UDN). Foi eleito ainda deputado estadual na eleição de 1950, cargo do qual se afastou apenas para outras funções de direção de órgãos públicos ligados ao transporte público ou abastecimento elétrico [...] sua atuação política no início da década de 1970 não era tão inusitada quanto muitos, inclusive ele próprio, realçam quando tratam de sua condução pela primeira vez ao comando administrativo do Estado, nem tampouco sua rede de aliados era destituída de poderes, embora tivesse caráter exógeno.

De maneira geral, o discurso “modernizador”, levado adiante por Alberto Silva e seus apoiadores, não era algo específico da política piauiense. Ao contrário, essa narrativa ligava-se a um plano maior, vinculado ao poder executivo federal, cuja síntese era “o anseio pelo Brasil grande”¹⁵⁵. Carlos Fico adverte que “há países que se projetam como potências econômicas; outros, como potências bélicas. Porém, mesmo as nações

¹⁵² NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p. 1.

¹⁵³ FONTINELES, op. cit. 2015, p. 78.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 79.

¹⁵⁵ FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p. 73.

dotadas de grande poderio possuem mitologias que sustentam suas convicções generalizadas, inclusive sobre essas capacidades” .¹⁵⁶

Fico situa a pujança presente numa rede discursiva e sua importância para o desenvolvimento de um projeto político, mesmo sem potências econômicas ou bélicas, o papel desempenhado por essa rede de comunicações é fundamental na construção de um ideal geral, uma narrativa a ser difundida no meio social que congregue os ânimos. Nesse sentido, Carlos Fico estabelece uma conexão com o escritor estadunidense Harold Brodkey, ao observar um arsenal de instrumentos narrativos de que a nação necessitava para ter uma imagem de si mesma:

Otimismo. Esperança. Nós, americanos, gostamos de propaganda; nossa cultura exige dela que represente não o que funciona nem o que vale a pena preservar, e sim aquilo pelo qual vale a pena trabalhar. Isso substitui a tradição e, lá a seu modo neurótico, é vivificante, uma forma de liberdade. É também uma forma de loucura, um desejo ávido, e um tanto irreal, de que o futuro substitua o sentimento histórico.¹⁵⁷

Carlos Fico, ao retomar sua análise com ênfase no Brasil, observa essa “tensão entre as noções de passado e futuro”, irradiada a partir da “pressuposição de um venturoso porvir, justificado por um passado cheio de referências a esse tempo que viria, notando a abundância de recursos de quase todo tipo, previam brilhante futuro para o maior país da América Latina”.¹⁵⁸ Conforme o historiador, tais perspectivas positivas sempre retornam em fases de alguma estabilidade política e econômica e/ou políticas, pois não são simples instrumentalizações ideológicas, mas se inserem dentro do imaginário secular construído de forma paulatina.

Assim, não surpreende que o contexto do chamado “milagre econômico” tenha sido propício ao desenvolvimento da retórica sobre a “grandeza viável e tangível” do Brasil. Bastava ter olhos para ver: a “vocação de grandeza do Brasil” seria justificada facilmente pelos dados ao redor, pela dimensão concreta, natural do país; não era uma utopia. Nesse sentido, o Golpe de 64 deveria ser entendido por todos como o marco de um novo patamar temporal, qualificado e legitimado pelas conquistas que ia obtendo. Por isso, deveria ser reconhecido inclusive pelos que, num primeiro momento, não souberam compreendê-lo. Para Emílio Garrastazu Médici, “o futuro do Brasil pede dos que aceitaram a Revolução, dos que afinal reconheceram seus serviços, ou dos que somente a compreenderam ou a ela se inclinaram, a grandeza de tê-la como o começo de um novo tempo”.¹⁵⁹

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ BRODKEY, Harold. **Morte**: Um Rascunho. Apud. FICO, op. cit. 1997, p. 73.

¹⁵⁸ FICO, op. cit. 1997, p. 74.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 77.

Tomava nota um discurso otimista, no qual o país alcançaria um novo patamar mediante uma ação coesa dos governantes e dos cidadãos. A projeção desse discurso pode ser percebida – no Piauí – a partir da posse de Alberto Tavares Silva, quando o novo chefe do executivo se diz honrado pela escolha do presidente Garrastazu Médici e plenamente consciente do seu compromisso em alcançar benefícios para o estado e o seu povo, necessitando, para isso, do apoio de todos:

Quero proporcionar trabalho ao povo, em lugar de esmolas; quero que não faltem tarefas para as mãos de nossos artesões; quero para nossa juventude a educação, no sentido do desenvolvimento, energia para o interior, saúde para as comunidades, melhorias para os nossos rebanhos, estradas para circulação de nossos recursos.¹⁶⁰

O governador prossegue seu discurso ressaltando o vínculo com o poder federal, ao observar nele um meio para obtenção de recursos na caminhada do Piauí para o progresso. Evidencia também a importância que dará aos meios de comunicação, fundamentais na propagação dos ideais desse projeto.

A imprensa, a televisão e o rádio terão em meu governo todas as facilidades para que possam cumprir a sua alta missão de informar com rapidez e seriedade.

Na área federal, tem o Piauí o apoio sereno e firme do eminente Presidente Garrastazu Médici e dos seus Ministros, entre os quais este jovem e talentoso piauiense que dirige a Pasta do Planejamento; – o Ministro João Paulo Reis Veloso. No Parlamento, além de deputados e senadores operosos e altamente interessados na solução dos nossos problemas, contamos agora com a ação de outro homem público, elevado à culminância de sua carreira política – o senador Petrônio Portella Nunes, Presidente do Congresso Nacional.

É o momento, portanto, de todos juntos realizarmos a tarefa que os piauienses esperam de nós.

Aqui estou com minha equipe de chapéu de couro, como denominou o poeta e escritor Cel. Otávio Costa, assessor especial da Presidência da República, para iniciar o cumprimento de minha missão.

Deus nos ajudará a atingir nossos objetivos. O povo piauiense colherá os frutos do nosso labor.

Esta, senhores, é a hora e a vez do Piauí.¹⁶¹

Esse tipo de narrativa carrega uma eficácia comunicativa complexa, pois se baseia num mito póster, conforme adverte Carlos Fico, projeta no futuro um tempo de êxitos, de alguma forma, conquistando a aceitação do público.¹⁶² Prende-se o receptor na idealização de um futuro hipotético, em que o discurso do poder anuncia, através dos

¹⁶⁰ NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p.4.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² FICO, op. cit. 1997, p. 77.

meios de comunicação, diretrizes a serem seguidas para alcançar aquele destino. Podemos dizer que o presente passava a ser manipulado mediante a expectativa de um futuro próspero, levando a cabo a tradicional frase que afirma: “os fins justificam os meios”. Todavia, esse futuro narrado existia somente no mundo das ideias, como uma projeção do que poderia vir a ser realizado, proposição que nos remete a uma passagem de Italo Calvino, no livro *Cidades Invisíveis*:

Marco entra numa cidade, vê alguém numa praça que vive uma vida ou instante que poderiam ser seus; ele podia estar no lugar daquele homem se tivesse parado no tempo tanto tempo atrás, ou então se tanto tempo atrás numa encruzilhada tivesse tomado uma estrada em vez de outra e depois de uma longa viagem se encontrasse no lugar daquele homem e naquela praça. Agora, desse passado real ou hipotético, ele está excluído; não pode parar; deve prosseguir até uma outra cidade em que outro passado aguarda por ele, ou algo que talvez fosse um possível futuro e que agora é o presente de outra pessoa. Os futuros não realizados são apenas ramos do passado: ramos secos¹⁶³.

Nesse sentido, ao olharmos para os discursos políticos levados adiante pela imprensa, ao longo dos mandatos do governador Alberto Tavares Silva e do presidente Emílio Garrastazu Médici, veremos, nesses textos, “espelhos em negativo”¹⁶⁴. Oscilações de um futuro possível, contudo distante. O receptor “reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e o que não terá”¹⁶⁵. O comunicador, por sua vez, colabora para manutenção do governo pautado num discurso que, focalizando elementos do futuro, negligencia os acontecimentos do presente. Tal qual o *Eichman*, analisado por Hannah Arendt, jornalistas colaboracionistas viam seus atos como os de “um cidadão respeitador das leis, ele cumpria seu dever, ele não só obedecia ordens, ele também obedecia à lei; *Eichman*, com seus dotes mentais bastante modestos, era certamente o último homem na sala de quem se podia esperar que viesse a desafiar as ideia e agir por conta própria”¹⁶⁶.

Essa concepção transpassa uma problemática complexa dos regimes autoritários, onde os cidadãos que colaboram não são necessariamente monstros ou ‘demoníacos’, caracterizam-se basicamente por sua mediocridade, a incapacidade de pensar e de contrapor-se às ordens.

¹⁶³ CALVINO, Italo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 29

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ ARENDT, Hannah. **Eichman em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 152.

3. PAUTA II: “É A HORA E A VEZ DO PIAUÍ”: NARRATIVAS EUFÓRICAS DE UM TEMPO ENLEADO

*Negociar a possibilidade do futuro?
Aguardo uma versão melhor
Da nossa história
... o que significa estar apaixonado.
Detritos do minério
Outro mistério
Mete a mão espeta espreme
No ouvido de cada um.
Cada qual faz o que pode
Quem não pode se sacode
Fica frito
Quem não fode está fudido.¹⁶⁷*

Nesse capítulo buscamos analisar os discursos produzidos na imprensa teresinense, destacando a construção de um ideal de futuro otimista, daremos ênfases às matérias que discorrem acerca da intervenção estatal no cenário urbano e a fala de agentes políticos acerca do período vivenciado. Discutiremos a publicação desses textos em consonância com um projeto político, buscando entender as sutilezas que constituem essas narrativas. Prosseguindo a análise do primeiro capítulo, consideramos as palavras como fragmentos revestidos de poder e buscamos compreender o ritmo da sua ciranda.

Conforme o filósofo prussiano Friedrich Nietzsche, a moral foi um escrúpulo que surgiu tão cedo em sua vida, tão insolicitado, tão incontido que ele poderia denominar como “*a priori*”. Nietzsche emprega uma figura de linguagem em que nossas ideias, nossos valores, nossos sins e nãoos – todos relacionados e relativos uns aos outros, e testemunhas de *uma* vontade, *uma* saúde, *um* terreno, *um* sol – são colhidos como frutos de uma árvore, todavia damos pouca, ou nenhuma, importância às árvores propriamente.¹⁶⁸ Essa problemática acompanhou seu pensamento e marcou parte considerável da sua produção, mais do que resolver hipóteses acerca da origem da moral, o filósofo mostrava-se empenhado em compreender o *valor* da moral: “eu compreendi a moral da compaixão, cada vez mais se alastrando, capturando e tornando doentes até mesmo filósofos, como o mais inquietante sintoma dessa nossa inquietante cultura europeia.”¹⁶⁹ Nietzsche afirma ter avançado nessa compreensão a partir da interlocução

¹⁶⁷ CAMPELO, Viriato; MENDES, George (direção conceitual). **Fragmentos Poéticos**: a palavra em construção - Torquato Neto. Teresina: UPJ Produções, 2017, p. 3.

¹⁶⁸ NIETZSCHE. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 8.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 11.

com Schopenhauer, com o entendimento do valor do “não-egoísmo”, dos instintos de compaixão, abnegação, sacrifício, divinizados e valorizados como “valores em si”, com base nos quais se dizia *não* à vida e a si mesmo.¹⁷⁰ Uma leitura superficial pode interpretar essa problematização como algo meramente pontual, todavia Nietzsche adverte a potencialidade contida nessa inquietação:

Necessitamos de uma crítica dos valores morais, o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão – para isto é necessário um conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram, sob as quais se desenvolveram e se modificaram (moral como consequência, como sintoma, máscara, tartufice, doença, mal-entendido; mas também moral como causa, medicamento, estimulante, inibição, veneno), um conhecimento como até hoje nunca existiu nem foi desejado. Toma-se o *valor* desses “valores” como dado, como efetivo, como além de qualquer questionamento; até hoje não houve dúvida ou hesitação em atribuir ao “bom” valor mais elevado que ao “mau”, mais elevado no sentido da promoção, utilidade, influência fecunda para o *homem* (não esquecendo o futuro do homem). E se o contrário fosse a verdade? E se no “bom” houvesse um sintoma regressivo, como um perigo, uma sedução, um veneno, um narcótico, mediante o qual se vivesse como que *às expensas do futuro*? Talvez de maneira mais cômoda, menos perigosa, mas também no estilo menor, mais baixo?...¹⁷¹

As reflexões do filósofo estão situadas no século XIX e – embora possam parecer distantes temporalmente – ainda não foram superadas. Afinal, não teria sido o discurso “pela moral e os bons costumes” uma das principais pautas empregadas para legitimar medidas restritivas no transcurso da ditadura militar? E a exaltação pomposa de uma “possibilidade de futuro” levada adiante para endossar políticas do governo?

Friedrich Nietzsche considera que a noção básica de “bom”, e a partir dela, cria para si uma representação de “ruim”, observando que os dois valores contrapostos, “bom e ruim”, “bom e mau”, travaram na terra uma luta terrível e milenar.¹⁷²

Talvez, parte dessa constatação não represente uma grande novidade para nós, pois nos depararmos cotidianamente com embates que carregam essa linguagem maniqueísta: “direita e esquerda”; “deus e diabo”; “progresso e atraso”; “moderno e antigo”. Todavia, a chave de leitura proposta por Nietzsche nos leva a colocar em análise, não apenas qual lado é “bom” ou qual lado é “ruim”, mas averigua o motivo pelo qual se considera “bom” um valor elevado. O filósofo desnaturaliza a ideia duma “fé” na

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ NIETZSCHE, op. cit. 2009, p. 12.

¹⁷² Ibidem, p. 39.

possibilidade de o futuro como algo superior, e escancara os perigos carregados nessa narrativa:

A impotência que não acerta contas é mudada em ‘bondade’; a baixeza medrosa, ‘em humildade’; a submissão àqueles que se odeia em ‘obediência’. O que há de inofensivo no fraco, a própria covardia na qual é pródigo, seu aguardar-na-porta, seu inevitável ter-de-esperar recebe aqui o bom nome de ‘paciência’, chama-se também a virtude; [...] vivem ‘na fé’, ‘no amor’, ‘na esperança’.¹⁷³

Conscientes dessa perspectiva, observamos o caráter problemático inculcado numa vasta quantidade de matérias políticas publicadas em periódicos da imprensa, na primeira metade da década de 1970. Nesses textos, por vezes, eram ressaltadas ideias de que propunham um sacrifício momentâneo, em função de uma bem-aventurança futura, mesmo que, para isso, se precisasse de uma vida longa. Conclamava-se um trabalho pautado no esforço de todos, de forma harmônica, tendo em vista um futuro abençoado ou mesmo a realização de um “milagre”. De certo, essa retórica religiosa ganhou contornos bem espessos com o presidente Emílio Garrastazu Médici, já que, em sua posse, o orador adotou tal narrativa, num discurso tipificado como “messiânico”:

E, homem de fé, creio nas bênçãos de Deus aos que não têm outros propósitos que não sejam os do trabalho da vida inteira, os da justiça e os da compreensão entre os homens. E creio nos milagres que os homens fazem com as próprias mãos! E nos milagres da vontade coletiva. Creio na humanização da vida dos severinos do campo. E na solidariedade da família brasileira. Creio na alma generosa da mocidade. Creio na minha terra e no meu povo. Creio na sustentação que me haverão de dar os soldados como eu. Creio no apressamento do futuro. E creio em que, passados os dias difíceis dos anos 60, amanhecerá na década de 70, a nossa hora. E creio na missão de humanidade, de bondade e de amor que Deus confiou à minha gente. E, por que o creio, e por que o sinto, no arrepio de minha sensibilidade, é que, neste momento, sou oferta e aceitação. E aceito, neste símbolo do Governo da República, a carga imensa de angústias, de preocupações, de vigílias – a missão histórica que me foi dada. E a ela me dou, por inteiro, em verdade e confiança, em coragem, humildade e união. E a ela me dou, com a esperança acesa no coração, que o vento de minha terra e de minha infância, que nunca me mentiu no seu augúrio, está dizendo que Deus não me faltará, está me trazendo o cheiro de minha terra e de minha gente. E, com a ajuda de Deus e dos homens, haverei de pôr na mão do povo tudo aquilo em que mais creio.¹⁷⁴

O trecho citado remete ao último tópico do discurso de Médici, em que as menções à religiosidade se tornam mais diretas. Todavia, todo o texto é transpassado por esses

¹⁷³ Ibidem, p. 34.

¹⁷⁴ MÉDICI, Emílio Garrastazu. Apud. BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente: Discursos de posse de Deodoro a Lula**. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 292.

valores, personificando, na sua figura, um ideal superior, quase onipotente e onipresente: homem do campo, homem da fronteira, homem da família, homem do povo, homem da caserna, homem de minha terra, homem de meu tempo, homem da Revolução, homem da lei e do regulamento e, por fim, homem de fé.¹⁷⁵

A subdivisão do discurso em tópicos é estratégica, cada item sendo visto como uma oportunidade para criar empatia/identidade com o receptor, mostrando seus passos como um modelo a ser seguido, assinalando sua posição no governo como uma “missão histórica” a serviço da redenção nacional.

Quando falamos nesse discurso como algo “estratégico”, o fazemos tendo em vista a conceituação proposta por Michel Certeau, cuja essência consiste na possibilidade de um “lugar”, do qual um sujeito, dotado de poder e querer, pode gerenciar suas relações com o exterior.¹⁷⁶ De forma mais clara, Certeau chama de “*estratégia* o cálculo das relações de forças que se torna possível, a partir do momento em que um sujeito de poder (uma empresa, um exército, uma cidade) pode ser isolado.”¹⁷⁷ Esse local específico é entendido como um fundamento que permite uma posição privilegiada na relação com os demais, com a exterioridade, com aqueles que não estão inseridos no lugar. “Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ ‘um próprio’, isto é, lugar do poder e do querer próprios.”¹⁷⁸ Nesse sentido, o discurso que acompanha o poder e colabora para manutenção desse lugar isolado é entendido como estratégico, pois “permite capitalizar vantagens conquistadas.”¹⁷⁹

Um aditivo curioso, ainda, acerca do discurso de posse de Emílio Médici, está no seu redator, conforme Carlos Fico, essa função foi entregue ao coronel Octávio Costa, então convidado para chefiar a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), “o discurso teve grande repercussão e provavelmente ajudou a marcar o destino de Octávio no que se refere às dificuldades que tinha para atuar no Palácio do Planalto”.¹⁸⁰ Fico argumenta que, até a ocasião, o coronel era tido como “um sonhador, utópico, pretendente

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994, p. 45.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 93.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 94.

¹⁸⁰ FICO, op. cit. 1997, p. 76.

a poeta”, ascendendo substancialmente para coordenação “do mais significativo sistema de propaganda política que já houve no Brasil.”¹⁸¹

Essa forma de linguagem se tornaria o esquema geral no qual os líderes locais deveriam buscar as referências para balizar suas falas, conforme podemos observar, se retornamos ao discurso de posse do governador do Piauí: “Aqui estou com minha equipe de chapéu de couro, como denominou o poeta e escritor Cel. Otávio Costa, assessor especial da Presidência da República, para iniciar o cumprimento de minha missão”.¹⁸²

A maneira como Alberto Tavares Silva selecionava suas palavras e a relação que seu governo estabeleceria com a imprensa pode ser entendida, tendo em vista os objetivos e métodos que pautavam a atuação da AERP, como uma técnica sutil que analisaremos de forma mais detalhada, a partir de agora.

A AERP/ARP lançou mão dessa técnica. Afirmar a inevitabilidade do futuro grandioso do país, reiterar a autenticidade de certos “valores nacionais”, sugerir que “finalmente” o Brasil havia encontrado seu “rumo certo” – tudo isso correspondia a uma lógica simbólica que buscava afirmar como perene, como “histórica”, uma configuração civilizacional que, afinal, era apenas desejada pelos militares, ou seja a “antecipação” de uma certa história: “esse Estado precisava alimentar-se de uma falsa ideia da estabilidade social e política, da perenidade do presente. Esse Estado pressupõe a cristalização do *status quo*”. Vale dizer: a construção, igualmente, de um dado entendimento daquele presente – leitura que, é claro, situava o regime militar como o próprio meio de acesso, como garantidor de tal configuração civilizacional renunciada no passado e construída no presente. Construção esta, assim, anunciada desde então como “fato relevante”, como “fato histórico”. É nesse contexto que se entende melhor a opção pela propaganda diferenciada, que não utilizava sinais típicos do poder e da política, nem queria parecer oficial ou doutrinária.¹⁸³

Essa constatação é valiosa, pois descentraliza a propaganda política de um caráter oficialista e nos permite observá-la em discursos tidos como cotidianos ou banais. Propomos uma “desbanalização” dessa leitura, observando como uma vasta quantidade de matérias publicadas em periódicos contribuíram para uma manutenção e capitalização de recursos num lugar, ou mesmo distraíram o foco de determinados assuntos. Retomamos Michel de Certeau e o que ele classifica como a epopeia do olho e da pulsão de ler: “da televisão ao jornal, da publicidade a todas as epifanias mercadológicas, a nossa

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p.4.

¹⁸³ FICO, op. cit. 1997, p. 118.

sociedade canceriza a vista, mede toda a realidade por sua capacidade de mostrar ou de se mostrar e transformar as comunicações em viagens do olhar.”¹⁸⁴

Não podemos perder de vista que esse período estava marcado por uma estrutura censória, conforme trabalhamos no capítulo anterior. Bernardo Kucinski considera que o padrão predominante no controle da informação, durante a ditadura militar, baseava-se na autocensura, sendo os demais métodos – inclusive a censura prévia – acessórios e instrumentais à implantação da autocensura:

Sua prática prolongada pode ter gerado uma cultura jornalística na qual se destaca a compulsão à unanimidade, o simulacro, o desprezo pela verdade nos momentos críticos ao processo de criação do consenso e, especialmente, a autocensura. Chamaremos esse comportamento de “síndrome da antena parabólica”.

A autocensura é a supressão intencional da informação ou parte dela pelo jornalista ou empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes. Trata-se uma importante forma de fraude porque é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção de esconder a verdade.¹⁸⁵

A problemática levantada por Kucinski, no que diz respeito à censura da imprensa em tempos de ditadura, é de grande importância, pois considera tanto os jornalistas quanto as empresas jornalísticas. Essa observação permite colocar em foco uma diretriz relevante, trata-se da “censura empresarial”, realizada no âmbito interno dos grupos de publicação. Conforme a historiadora Maria Aparecida Aquino, essa censura responde a “pressões econômicas, às quais, particularmente, os órgãos da imprensa cedem, já que parcela significativa de suas receitas se origina da publicidade.”¹⁸⁶ Essa compreensão aponta para limitações mediante os interesses, tanto dos proprietários do periódico quanto de seus anunciantes. “Ambos podem sentir-se incomodados com a divulgação de determinadas notícias e, assim, interferir na veiculação da informação.”¹⁸⁷ Esse tipo de censura não é uma especificidade de períodos autoritários, estando intrínseca à lógica do capital econômico e aos interesses provenientes dele.

O historiador Paolo Marconi, ainda em 1980, escrevera um trabalho contundente acerca da censura exercida aos órgãos de imprensa, delimitando como recorte a década de 1968-1978. Esse trabalho de fôlego é avultado pela proximidade com o período

¹⁸⁴ CERTEAU, op. cit. 1995, p. 47.

¹⁸⁵ KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética do jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998, p. 52.

¹⁸⁶ AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999, p. 222.

¹⁸⁷ Idem.

analisado, carregando traços característicos de uma memória vivida e uma linguagem denunciativa. Nessas circunstâncias, Marconi situa as pressões econômicas e administrativas sofridas pelos meios de comunicação após a consumação do golpe de 1964 como um dos modos de camuflar a censura.

Virtuais senhores da Nação, cultores de um olímpico desprezo pela opinião pública, os militares que se sucederam no poder a partir de 1964 também lançaram mão de não menos condenáveis pressões econômicas e administrativas, capazes de reinquadrar os meios de comunicação na dócil linha traçada pelo governo. Essas represálias contra a independência de certos órgãos da imprensa se materializaram na maior ou menor dificuldade de conceder empréstimos, na maior facilidade de permitir a importação de equipamentos vitais, na concessão ou não de publicidade oficial, nas pressões sobre anunciantes particulares e, em relação às rádios e televisões, cassar conceder as concessões ou então nas manobras para asfixiá-las operacionalmente. “Diversificaram-se as atividades com que o poder público no Brasil pressiona e proíbe a liberdade de informar: as estações não precisam mais sair do ar, ter seus transmissores lacrados ou mesmo sofrer a presença pouco amistosa dos agentes da Polícia Federal. Num país que a rádio e a televisão são concessões do poder público e em que a economia de mercado funciona como e quando o governo quer, a censura pode andar à solta sem deixar rastro e cheiro”.¹⁸⁸

Paolo Marconi faz referência a um depoimento de Pompeu Souza para apontar como as decisões da imprensa eram atravessadas por essas pressões econômicas: “o jornalista, o repórter, pode até ter o espírito público, espírito cívico, mas o empresário, por mais espírito cívico que tenha, tem primeiro seu capital, seu patrimônio para preservar”.¹⁸⁹ O jornalista Pompeu Souza observa essas condições como uma forma de precarização da imprensa, na qual até mesmo as maiores empresas estavam presas:

O governo sempre usa o seguinte recurso: ameaçar ou favorecer. É uma faca de dois gumes utilizada pelos dois lados. De um lado está o favorecimento, o pequeno favorecimento – não o favorecimento que gera a independência completa –, aquele que tira a corda do pescoço do cidadão e coloca na altura da orelha. Do outro, está a ameaça pura e simples. Exemplo: facilitar a importação de um equipamento gráfico ou impedir sua importação, ou então favorecer ou impedir o crédito para o capital de giro. Na verdade, o poder político aliado ao poder econômico que o sistema dá ao arbítrio é irresistível. Esse é um poder absoluto e nós sabemos perfeitamente que todas as empresas jornalísticas brasileiras estão submetidas a esse regime. Todas.¹⁹⁰

¹⁸⁸ MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1980, p. 127.

¹⁸⁹ SOUZA, Pompeu. Depoimento de 2/12/1978. Apud. MARCONI, op. cit. 1980, p. 152.

¹⁹⁰ Idem.

É interessante a observação feita por Pompeu Souza, ao destacar que “o jornalista pode ter até o espírito público”, entretanto, situa o abismo entre a sua forma de encarar o mundo e o publicado nas páginas dos periódicos. Essa questão incide em algo que extrapola o âmbito da escrita jornalística, sendo objeto de estudo entre os principais historiadores da leitura e do livro em diferentes recortes temporais.

Roger Chartier observa que há um universo a ser explorado entre a mão do autor e a mente do editor, em que até mesmo a decisão mais mecânica tomada na gráfica causa implicações no que ele chama de materialidade do texto:

A “mesma” obra não é de fato a mesma quando muda sua linguagem, seu texto ou sua pontuação. Essas importantes mudanças nos trazem de volta aos primeiros leitores de obras: tradutores que as interpretavam, carregando-as de seus próprios repertórios lexicais, estéticos e culturais, estéticos culturais, bem como dos do seu público: revisores, que fixavam o texto para prepará-lo para impressão, dividindo a cópia que recebiam em seções, acrescentando pontuação e estabelecendo a forma de escrita das palavras; compositores ou tipógrafos, cujos hábitos e preferências, restrições e erros também contribuíam para materialidade do texto; sem esquecer os copistas que produziam cópias limpas do manuscrito do autor, e os censores, que autorizavam a impressão do livro.¹⁹¹

Esses aspectos podem parecer um excesso de tecnicidade, não representando grandes alterações ao produto texto, todavia – se observarmos com frieza – são pontos que fazem diferença significativa quanto ao resultado final de uma matéria. Até mesmo a localização de um texto dentro do jornal é aspecto considerável, sendo a primeira página destinada a matérias tidas como mais relevantes. A escolha de palavras para descrever um acontecimento também possui uma carga representativa, como salientamos no primeiro capítulo. A respeito disso, consideremos alguns exemplos: a descrição de um loteamento como “ocupação” ou “invasão”, a narrativa de um levante como “revolução” ou golpe”, o discurso de um grupo de oposição como “terrorista” ou “resistência”.

Acerca dessas definições discursivas, o historiador da leitura, Roger Chartier faz considerações contrárias à análise do texto com ênfase apenas à sua forma, achando conveniente observar que o processo de produção dos textos envolve questões que vão do social ao cultural:

Contra essa abstração dos discursos, convém recordar que a produção não só de livros, mas também dos próprios textos, é um processo que implica, além do gesto da escritura, diferentes momentos, diferentes técnicas e diferentes intervenções. As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e

¹⁹¹ CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 12.

simbólica de objetos ordinários, de linguagens, de práticas rituais ou cotidianas, como quer o *New Historicism*. Referem-se, mais fundamentalmente, às relações múltiplas, móveis, instáveis, amarradas entre o texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições. O processo de publicação, seja qual for sua modalidade, sempre é coletivo, já que não separa a materialidade do texto da textualidade do livro. Portanto, é inútil pretender distinguir a substância essencial da obra, considerada sempre similar a si própria, das variações acidentais do texto, que se julgam sem importância por seu significado.¹⁹²

Esse entendimento traz para análise dos discursos um elemento importante: além da contextualização temporal da escrita, faz-se necessário considerar o processo de publicação do texto, nesse sentido, a teia de relações que circunda os órgãos de publicação é bastante significativa, pois implica diretamente na forma que o texto vai se materializar, sendo assim não podemos subestimar a capacidade de distorção presente numa censura empresarial.

Nesse sentido, ao analisarmos os discursos da imprensa não damos ênfase exclusiva aos textos, optamos por situá-los, considerando os periódicos em que foram publicados e, para isso, decidimos centralizar a análise em torno de três empresas jornalísticas. Os jornais selecionados para nossa análise encontram-se dentro do quadro da grande imprensa do estado do Piauí, durante o transcurso do governo de Alberto Silva. Em Teresina circulavam os diários: *O Dia*, *Jornal do Piauí*, *A Hora* e *O Estado*. Enquanto os semanários eram os seguintes: *Estado do Piauí*, *Correio do Povo* e *O Liberal*. No interior, poucas eram as cidades que possuíam jornais: Parnaíba contava com a *Folha do Litoral*, em Campo Maior circulava *A Luta*, em Picos figurava o *Correio de Pico* e, mais ao sul do estado, encontrava-se o *Correio do Sul*, na cidade de Floriano. Fora do circuito tradicional, é possível encontrar uma imprensa alternativa, com jornais mimeografados como *O Linguinha* (1971), em Parnaíba; *Boquitas Rouges* (1972) e *Gramma* (1972) na capital do estado; além dos suplementos culturais *Estado Interessante* (1972) e *Hora Fatal* (1972), vinculados aos jornais *O Estado* e *A Hora*, respectivamente.

Não existe linguagem neutra para definir a divisão entre grande imprensa e imprensa alternativa. *Grande* implica ser representativa e ou majoritária, embora ela pudesse ser apenas a dominante ou mais bem-sucedida comercialmente. *Alternativa* implica crítica, embora ela pudesse ser apenas não-conformista e idiossincrática. Nenhuma publicação jamais teve de registrar-se como grande ou alternativa. A grande imprensa abrangia os diários tradicionais das principais cidades. Os de reputação nacional e maior circulação ficavam em São Paulo e Rio de Janeiro: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e o

¹⁹² CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 40.

Jornal Brasil, bem como o *Correio da Manhã*, antes de fechar em 1969. As cidades principais tinham outros diários como a *Tribuna da Imprensa* e *O Dia*. Todas as capitais dos estados e as cidades de tamanho médio também tinham seus jornais, embora esses tivessem qualidade mais variável.¹⁹³

Nesse estudo, optamos por enfatizar quadros situados nesse quadro tradicional ou da grande imprensa, a partir dos seguintes periódicos: *O Estado*, *O Dia* e *Estado do Piauí*.

Desses periódicos, o de tiragem mais antiga é o *Estado do Piauí*, entrando em circulação pela primeira vez em 1928, com o lema “Político e Noticioso”, sob a responsabilidade de Hugo Napoleão do Rego, e que teve sua circulação paralisada em 22 de abril de 1930, após impedimento da polícia.¹⁹⁴ O jornal retornaria com o mesmo lema a partir de 1957, agora sob a direção e propriedade de Josípio Lustosa, tendo sua redação localizada na praça Rio Branco, no Ed. Rianil e sua oficina na rua Humberto de Campos, no centro de Teresina.¹⁹⁵ O periódico contava com oito páginas e seu custo variou entre 0,30 e 0,90 cruzeiros no período analisado, conforme pode-se observar nas páginas do próprio jornal.

O segundo jornal trabalhado é *O Dia*, fundado em 1951. Esse órgão mantém-se atuante até o momento em que este trabalho está sendo escrito. Sua fundação deu-se sob a direção e propriedade de Raimundo Leão Monteiro, tendo como redator-secretário Orivaldo Bugyja Brito, sucedido por Alencar Soares, Solfieri de Alencar Araripe, Teixeira da Silva e Aldir Miranda. O jornal contou com a colaboração de sujeitos que ganhariam renome na sociedade piauiense, como Eurípedes Clementino de Aguiar e José de Arimathéa Tito Filho.¹⁹⁶ No contexto que estudamos o jornal ele se encontrava sob a propriedade do Cel. Octávio Miranda, possuindo quatorze páginas por edição (não foi possível identificar seu preço).

Por fim, analisaremos o jornal *O Estado*, fundado em março de 1969, por Venelouis Xavier Pereira e dirigido por Helder Feitosa Cavalcanti e, posteriormente, por Teresinha Belchior Cavalcanti. A edição ficava a cargo de Feitosa Costa, recebendo colaboração de nomes como Francisco Viana, Pedro Alcântara, Elvira Raulino, Climério Lima, Iracema Santos Rocha e Josias Clarence Carneiro da Silva.¹⁹⁷ O jornal era uma

¹⁹³ SMITH, op. cit. 2000, p. 50.

¹⁹⁴ BASTOS, op. cit. 1994, p. 293.

¹⁹⁵ BASTOS, op. cit. 1994, p. 303.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 300.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 304.

extensão do *Estado-CE*, fundado em 1936, por um grupo de políticos do Partido Social Democrata - PSD, tendo, em sua primeira fase, o deputado federal José Martins Rodrigues à sua frente. O jornal possuía caráter substancialmente partidário, alinhado ao PSD. Em 1963, o periódico seria adquirido por Venelouis Xavier Pereira, delegado civil, advogado e jornalista que prometia dar uma nova dinâmica ao jornal, “focado na publicação de notícias, análises, comentários e opiniões que primam pelo pluralismo e pelo apartidarismo, priorizando o interesse do leitor”.¹⁹⁸ O jornal possuía 10 páginas (salvo em edições comemorativas, quando a quantidade ampliava-se) e custava 1,00 cruzeiro, conforme informação disponível nas suas próprias páginas.

3.1. O “ressurgimento do Piauí” toma as páginas da imprensa teresinense

Não demora muito, a contar da posse do governador Alberto Silva, para as páginas dos periódicos da capital serem preenchidas por narrativas eufóricas de um novo futuro possível, em contraposição aos desmandos que impediram o progresso em governos passados. O jornal *Estado do Piauí* deu o pontapé inicial nesse jogo político e, em matéria publicada no dia 1º de abril, duas semanas após a posse do novo chefe do executivo – no transcurso da comemoração do que se narrava como “7º aniversário da Revolução” –, não poupou elogios ao governador.

É interessante observar que essa matéria não foi assinada, o que se mostraria uma prática recorrente nos textos publicados nesse periódico. Essa ausência de assinatura é recurso jornalístico, tendo em vista o receptor; “cria um efeito de distanciamento e objetividade, permitindo que o narrador coloque-se na posição de porta-voz da verdade, da ciência, do fato, ao assim fazê-lo, opta por disfarçar sua participação no texto.”¹⁹⁹ Em contrapartida, nas matérias assinadas, “quando o enunciador instala o ‘eu’ em seu discurso, esse ganha em proximidade e familiaridade, permitindo o surgimento de certa cumplicidade entre narrador/leitor”.²⁰⁰

Nesse sentido, os elogios tecidos ao recém-governador aparecem como uma narrativa do real, da verdade palpável, algo que bastava abrir os olhos para enxergar e não como uma opinião individual de um jornalista. Essa percepção torna-se mais curiosa, ao

¹⁹⁸ SANTOS, Luís Sérgio. *Intimorata: a saga do Jornal O Estado, de José Martins Rodrigues a Venelouis Xavier Pereira*. Fortaleza: Omni Editora, 2016, p.16.

¹⁹⁹ FLÔRES, Onici. *Teorias do texto e do discurso*. Canoas, Rio Grande do Sul: Ed. Ulbra, 2006, p. 82.

²⁰⁰ Idem.

lembrarmos que sequer tinha findado o primeiro mês de mandato, e os atos de Alberto Silva ainda estavam concentrados no campo verbal.

Nestas condições é de se esperar que o governo que se instala em condições invejáveis sob o ponto de vista de independência, na escolha de seus secretários acabe mesmo com os favoritismos que nos dois passados governos (Petrônio e Helvídio) oficializaram o Estado. [...] O fato do ilustre Senhor Governador não ter composto todo o seu secretariado tem sido motivo de comentários e zum-zum-zum contra a atual administração. Mas achamos que sua excelência está certo, esperando que o seu Secretário de Finanças seja indicado por sua excelência o Senhor Ministro da Fazenda uma vez que o primeiro indicado desistiu. [...] Se o governador Alberto Silva tivesse a mentalidade dos governos oligárquicos, ele não hesitaria um só instante, já teria convidado os economistas, os juristas do grupo sindicalizado, que andam por aí farejando que só cão vira-lata.²⁰¹

Observamos que até mesmo a atitude do governador em não escolher um nome para a secretaria de finanças é motivo de elogio e distinção, em relação aos antigos mandatários. Conforme essa narrativa, a decisão de Alberto seria um indicador de uma mentalidade diferente que permitiria o Piauí avançar, não perdendo de vista a comparação com os governos passados, cuja marca seria a corrupção e troca de favores: “foram roubos maiores do que as Sete Pragas do Egito. Repetimos, há esperança de maiores dias para o Piauí com governo que se inicia”.²⁰²

É interessante notarmos a narrativa religiosa entrando em pauta novamente, ao ser invocada a ideia de “Pragas do Egito”, que aliás foram dez, conforme a narrativa bíblica. É curioso observarmos o alcance dessa analogia, tendo em vista que essas pragas são interpretadas como calamidades que antecederam a libertação do povo hebreu, até então escravizado pelo faraó egípcio. Conforme a narrativa bíblica, após as pragas, deu-se o êxodo dos filhos de Israel que se encontravam em situação de aflição, achando na fé a força motriz para cruzar o deserto com destino à terra santa. Nessa analogia, que pode parecer desprezível dentro do texto, observamos a associação do governo de Alberto Silva a um período de redenção, quando o povo piauiense cruzaria seu deserto com destino ao lugar ideal, para tanto precisaria ter fé e fazer sacrifícios, pois só assim milagre aconteceria.

O jornal *Estado do Piauí* fazia duras críticas aos antecessores de Alberto Silva, considerando que o governador encontrou um Piauí desolado mediante a desordem dos líderes anteriores. As matérias publicadas no periódico diziam-se independentes e

²⁰¹ O GOVERNADOR está certo. Teresina: **Estado do Piauí**, 01 abr. 1971, p. 1.

²⁰² O GOVERNADOR está certo. Teresina: **Estado do Piauí**, 01 abr. 1971, p. 1.

chegavam a questionar outros suplementos informativos, sobretudo, no que diz respeito ao mandato de Helvídio Nunes (1966-1970).

O ex-governador Helvídio e Petrônio conseguiram galgar posições, as mais destacadas no cenário nacional junto aos chefes supremos da Revolução, como grandes administradores e realizadores de obras suntuosas no Piauí. Os jornais estão cheios de realizações. Não há uma cidade no Estado, ou uma fazenda no Piauí, que não tenha realização do governador Helvídio, (segundo disse ele) mas isto é somente nos jornais que eram pagos para publicar expediente do governo. A realidade, porém, é outra. Pois se assim fôsse o governador Alberto teria encontrado a casa arrumada que a oligarquia pregou e prega como propaganda das suas administrações. (sic.)²⁰³

As críticas não se findam por aí, a matéria aponta como incompatíveis com a realidade os discursos referentes aos supostos investimentos em infraestrutura do governo de Helvídio. Por conseguinte, assinala que Alberto Silva e seus secretários encontraram uma terra arrasada e um árduo trabalho a fazer.

Pagaram centenas de quilômetros de estradas para o norte e para o sul, mas todos que viajam dizem que não temos estradas. [...] As rádios locais não cessavam os seus programas, diariamente falavam de inauguração de hospitais, escolas e o diabo a quatro, matérias autorizadas pelo governo. A oligarquia só não mandava anunciar os enriquecimentos de muitos há pouco tempo eram pobres diabos e hoje figuras de projeção, levando vidas de nababos. Os novos ilustres Secretários que assumiram e que ainda assumirão suas pastas que se precavenham. (sic.)²⁰⁴

A forma como o discurso é construído nessa matéria é significativa, o jornal *Estado do Piauí* constrói um texto permeado de discordâncias em relação aos moldes políticos adotados pelas antigas elites dirigentes e à forma como os meios de comunicação agiam. A partir disso, o jornal aponta os percalços que o governo de Alberto Silva poderá encontrar, antecipando-os como consequências dos mandatos anteriores, quando predominava uma elite oligárquica e corrupta. A partir desse momento as contestações dirigem-se à mídia, definindo-a como falseadora da realidade, produtora de narrativas mediante o pagamento por parte dos mandatários.

Através disso, o jornal *Estado do Piauí* buscava internalizar em seus receptores a ideia do governo de Alberto Silva como o oposto da política desenvolvida no estado, até então. Reafirma a dificuldade da missão desenvolvida pelo novo chefe executivo, tendo em vista as condições encontradas, ao tomar posse. Todavia, o conteúdo não se encerra

²⁰³ OS NOVOS secretários que se precavenham. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 abr. 1971, p. 1.

²⁰⁴ OS NOVOS secretários que se precavenham. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 abr. 1971, p. 1.

nisso, o jornal também coloca em xeque a credibilidade de outros meios de comunicação, apontados como subservientes ao antigo governo. Nesse ponto, o periódico busca se distinguir dessa forma de jornalismo, colocando-se como uma imprensa crítica e independente, o outro da imprensa tradicional. Esse não é, porém, um discurso ingênuo.

Conforme pontuamos anteriormente, com a chegada de Octávio Costa no comando da AERP, houve uma reorganização no plano de comunicação do governo, agora a propaganda deveria pautar-se na impessoalidade. “Em síntese, a estratégia retórica consistia não só na negação do “mal” que pode ser a propaganda (lavagem cerebral), mas também numa postura de antecipação às críticas possíveis.”²⁰⁵ Notemos como isso é perceptível no texto analisado: o jornal tece julgamentos ao uso da propaganda pelo governo anterior, ao passo que antecipa as dificuldades que Alberto Silva encontrará para exercer seu mandato, atribuindo à gestão passada a responsabilidade por entregar o Piauí em condições precárias.

A ideia de independência da imprensa é uma pauta quente no semanário *Estado do Piauí*, o jornal chega a publicar um longo texto, transcrito do *Jornal do Brasil*, de autoria de Tristão de Athayde²⁰⁶, cujo tema era a relação entre o Estado e a imprensa. Essa informação pode ser difícil de digerir, tendo em vista que Tristão é reconhecidamente um intelectual progressista símbolo no combate às transgressões à lei e à censura que o regime militar impôs, após o golpe de 1964, todavia seu texto é utilizado, nesse periódico, como um mecanismo para ressaltar a desvinculação entre o *Estado do Piauí* e o governo, buscando gerar no leitor uma sensação de liberdade.

A democracia liberal sacrificou a justiça e a liberdade. E o socialismo radical tende a fazer o oposto, sacrificando a liberdade a justiça.

Ora, só a imprensa verdadeiramente livre é capaz de exercer o papel de vigilância que lhe cabe, para a difícil entrosagem desses dois polos de uma política do bem comum. Esse papel da imprensa exige, antes de tudo, que ela não se coloque exclusivamente a serviço dos interesses patrimoniais provado nem de intrêsses políticos partidários e muito menos ditatoriais. Exige, acima de tudo, não ser monopolizada pelos

²⁰⁵ FICO, op. cit. 1997, p. 97.

²⁰⁶ “Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro, em 1893. Bacharelou-se em 1913 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e em seguida viajou para a Europa, onde fez cursos na Sorbonne e no Collège de France. De volta ao Brasil, trabalhou como advogado e como adido ao Itamarati antes de assumir a direção jurídica de uma fábrica de sua família. Em 1919 iniciou sua colaboração em *O Jornal* como crítico literário, passando a utilizar o pseudônimo de **Tristão de Ataíde**. Após o golpe militar de 1964, notabilizou-se por seu posicionamento contrário ao novo regime em sua coluna no *Jornal do Brasil*. Seu enorme prestígio intelectual possibilitou-lhe, inclusive, romper o cerco da censura imposto ao país. Em 1967 foi nomeado pelo papa Paulo VI membro da Comissão de Justiça e Paz, com sede em Roma”. Ver: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

poderes públicos, de modo confessado ou inconfessado, direto ou indireto.²⁰⁷

Além da ideia de um jornalismo independente, o periódico também ressaltava a importância de uma estrutura profissional. Nesse sentido, o *Estado do Piauí* voltava a julgar a forma como ocorria o trabalho jornalístico no Piauí, dando-lhe a alcunha de “provinciano”, atribuindo, dessa forma, a si mesmo uma opção pautada em modelos ditos como modernos. O editorial publicado no dia 29 de julho de 1971 é transpassado por esse pensamento, em matéria não assinada, o jornal põe em conflito as gerações de jornalistas do Piauí.

Um parêntese acerca dessas matérias não assinadas – recorrentes nesse período – é feito por Beatriz Kushnir tomando como parâmetro o jornal *Folha da Tarde*, publicado em São Paulo a partir de 1967. Conforme a historiadora, a ausência de assinaturas em matérias poderia ser entendida como base nas empresas, pois “o jornalista ganhava mais se não tivesse registro em carteira, o que eximia o contratante dos impostos legais.”²⁰⁸ Além disso, Kushnir observa que entre os jornalistas a prática de assinar matérias não era muito usual e restringia-se às colunas fixas.²⁰⁹ Evidentemente não podemos afirmar com absoluta certeza que o modelo adotado na *Folha da Tarde* aplicava-se a todos os jornais do período, todavia essa observação amplia o leque da nossa análise e permite pensar um pouco nos bastidores que antecederiam a publicação do texto. Ademais, consideramos o efeito discursivo produzido pela ausência de assinatura nessas matérias, imbuído do projeto impessoal e profissional.

Feito esse parêntese, voltemos ao jornal *Estado Piauí* e ao polêmico editorial:

Queiram ou não, o empirismo domina e continuará dominando por mais algum tempo a Imprensa das pequenas comunidades do interior do país. Ainda se passarão algumas décadas até que desapareça completamente aquela mentalidade que vê com desconfiança, o jovem saído de escola de comunicação. O jornalista formado é visto da mesma forma com que o lavrador rude encara o agrônomo, <êsse mocinho da cidade, de gravatinha, que nunca pregou em cabo de enxada>.

As mais velhas gerações de jornalistas do interior não podem aceitar o jovem que não vai para a oficina sujar os dedos de tinta na paginação e que não cursou a escola clássica; revisão, reportagem geral e assim por diante. Até mesmo a diagramação cuidadosa é malvista.²¹⁰

²⁰⁷ ATHAYDE, Tristão de. O ESTADO e a imprensa. Rio de Janeiro: **Jornal do Brasil**, 03 jun. 1971. Apud. Teresina: **Estado do Piauí**, 06 jun. 1971, p. 6. *Transcrito*.

²⁰⁸ KUSHNIR, op. cit. 2012, p. 236.

²⁰⁹ KUSHNIR, op. cit. 2012, p. 236.

²¹⁰ A EXISTÊNCIA empírica do jornalismo de província. Teresina: **Estado do Piauí**, 25 jul. 1971, p. 1.

A matéria é preenchida por uma disputa que coloca em combate jornalistas recém-formados *versus* jornalistas experientes: os primeiros são narrados como portadores de novos conhecimentos técnicos em busca de oportunidade. Os seus opositos são representados como ranzinzas, contrariados com as mudanças. Nesse sentido, até mesmo a linguagem utilizada pela velha geração é questionada.

Da mesma forma está longe de ser erradicado o hábito dos chavões das frases (*capotou espetacularmente, violenta cena de sangue, ilustre parlamentar etc*). A elementar técnica do *lead*, da pirâmide invertida, é simplesmente ignorada, por uma questão de comodismos e vaidade dos que se recusam a administrar sua condição de superados.

O resultado é que, nas pequenas comunidades, a imprensa muito pouco difere dos moldes de 30, 40 anos atrás. Valorizam se, êsses sim, os longos artigos cáusticos, repletos de citações literárias, cheios de preciosismo e frases latinas: <Este é o jornalismo sério> — dizem os editôres da velha guarda.²¹¹

Podemos traçar um paralelo entre essas narrativas e o projeto político em pauta no estado do Piauí. Conforme a historiadora Cláudia Fontineles, a história piauiense teria sido marcada por uma incansável procura pelo novo, essa noção transpassava o corpo social e ganhava projeção até mesmo na arquitetura da cidade. Nesse sentido, os planos de infraestrutura eram tratados como sintomas da inserção do Piauí no moderno. A batalha entre jornalistas que se diziam “novos” e aqueles ditos como “velhos” era um dos *fronts* dessa ampla guerra narrativa.

Essa incessante procura pelo novo não consegue, todavia, suplantar o convívio com o antigo e com a tradição, mas os ameaça a todo instante, pois ao mesmo tempo em que procura inscrever-se na eternidade, procurando o novo em toda oportunidade, o projeto moderno pretende tornar-se alvo das celebrações compartilhadas pela sociedade que são símbolos da duração e trazem em si a ambição do eterno. Daí seu paradoxo: embora anseie por inovação, continua sonhando e reivindicando a duração, a permanência.

Isso é muito comum na história do Piauí. Mais especificamente, nas administrações de Alberto Silva esse paradoxo é encontrado com frequência. Em suas construções discursivas ele faz questão de apresentar-se como símbolo do novo na política piauiense em oposição às oligarquias lideradas pelos Portella, apresentando seus governos com o emblema do novo, os atos de sua administração são proclamados como uma alternativa ao antigo.²¹²

Observamos, nessas circunstâncias, um amplo teatro de operações onde a bandeira do “moderno” era defendida com ímpeto. Nessa analogia, podemos comparar o jornal *Estado do Piauí* a uma trincheira, em defesa do discurso modernizante. Contudo, como

²¹¹ Idem.

²¹² FONTINELES, op. cit. 2015, p. 213.

bem salienta a historiadora Cláudia Fontineles, essa guerra é paradoxal. Alberto Silva e seus apoiadores carregavam a narrativa da novidade, ao tempo em que buscavam se fixar na história: “o novo torna-se o alvo de seu desejo, mas não consegue silenciar os encantos gerados pela duração através do tempo, afinal, de alguma forma, todos desejam conquistar um espaço na galeria do durável e da resistência ao tempo.”²¹³

Nessa ótica, é interessante analisar como o discurso conduzido nesse período possui forte ligação com o clássico “mito do Renascimento”. A percepção de filhos que se rebelam contra a geração dos pais, frequentemente, denunciando-a como “Idade das Trevas”, referenciando-a como um tempo em que a consciência humana repousava sonhadora ou semiacordada; congregava-se, portanto, em prol duma fórmula de regeneração ou renovação da “Antiguidade Clássica”, para assinalar o início de uma nova era, uma era de reestruturação, reabilitação, rememoração, renascimento, ou ressurgimento, em direção à luz, sob o signo da modernidade.²¹⁴

Os marcos referenciais de “Antiguidade Clássica” ressaltados no Piauí desse período remetem ao período colonial conhecido como “bandeirante”:

O Governador do Piauí, Sr. Alberto Tavares da Silva, falando em São Paulo, onde estêve a fim de manter contato com autoridades e empresários locais, no sentido de atrair a colaboração bandeirante para a realização dos planos de desenvolvimento daquele Estado do Meio Norte, lembrou ser o Piauí uma das únicas unidades da Federação que deve sua origem exclusivamente aos paulistas. Realmente os bandeirantes Domingos Jorge Velho e Domingos Mafrense foram os primeiros a chegar ao Piauí, entrando pelo Sul.

Dessa maneira, ao contrário dos demais Estados, o Piauí é o único que teve sua colonização iniciada no sertão para se completar na orla marítima.²¹⁵

A busca por marcadores da “origem” do Piauí, tendo em vista a história dos colonizadores, é algo que devemos problematizar, essa narrativa demonstra uma escolha, afinal estudos apontam o sertão-sudeste do estado como a região de povoamento mais antiga das Américas. Conforme a historiadora Claudete Dias, a área foi comprovadamente povoada por povos caçadores-coletores e ceramistas-agricultores, entre 70.000 a 2.000 anos a.C., tomando como base pesquisas arqueológicas da Fundação Museu do Homem Americano – FUNDAHAM. As referências encontram-se em

²¹³ Idem.

²¹⁴ BURKE, Peter. **O Renascimento**. Lisboa: Edições Textos & Grafia, 2008, p. 09-16.

²¹⁵ O RESSURGIMENTO do Piauí. Teresina: **Estado do Piauí**. 25, jul. 1971, p. 1.

numerosos vestígios nos sítios arqueológicos da Serra da Capivara, Serra das Confusões, Serra Branca e Serra Vermelha.²¹⁶

Apesar desses indicadores, do longínquo histórico de povoação, a “origem” do Piauí é narrada como produto exclusivo das expedições paulistas. Esse discurso assinala a preferência por buscar marcadores na história dos colonizadores algozes da população originária que habitava a região, “em dois séculos de colonização, os nativos foram dizimados por uma verdadeira guerra, contínua e violenta, comandada por desbravadores do sertão nordestino, paulistas e baianos, predadores de índios.”²¹⁷

O filósofo e psiquiatra Frantz Fanon avalia que a colonização é atravessada por fenômenos psicológicos que norteiam as relações nativo-colonizador, no que ele analisa como o “pretenso complexo de dependência do colonizado”. O ensaísta avalia que todas as formas de exploração têm algo similar, “todas elas procuram sua necessidade em algum decreto bíblico. Todas as formas de exploração são idênticas, pois todas elas são aplicadas a um mesmo ‘objeto’: o homem.”²¹⁸

Frantz Fanon constata que os colonizadores carregam um ideal de superioridade, como se fossem os representantes mais qualificados da civilização. “Um branco, nas colônias, nunca se sentiu inferior ao que quer que seja; o colonizador, se bem que ‘em minoria’, não se sente inferiorizado”.²¹⁹ Nessas circunstâncias, a diminuição do nativo é entendida como um produto correlato à superiorização do colonizador, “é o racista que cria o inferiorizado”²²⁰. A narrativa hegemônica tumultua os horizontes e mecanismos psicológicos dos indivíduos nativos, provocando uma ferida: “faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco”.²²¹

Essa estrutura desenvolve um complexo de inferioridade no colonizado, impõe-se uma adequação ao modelo de mundo superior, um fazer-se branco, sob o risco do desmantelamento psíquico do sujeito, ao mesmo tempo em que se reforça a “figura do paternalismo colonial”²²². Conscientes dessa perspectiva, podemos observar, na matéria citada, a manutenção desse pretenso complexo de inferioridade do colonizado, que se

²¹⁶ DIAS, Claudete Maria Miranda. **História dos índios no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 73

²¹⁷ Ibidem, p. 72.

²¹⁸ FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 87.

²¹⁹ Ibidem, p. 90.

²²⁰ Idem.

²²¹ Ibidem, p. 94.

²²² Ibidem, p. 101.

torna ainda mais forte ao passo que conclamam os paulistanos da década de 1970 para uma nova expedição bandeirante em auxílio ao Piauí na adequação a esse dito mundo superior.

O Piauí está situado exatamente na área de transição entre o Nordeste e o Norte. A pluviosidade oferece variações. Partindo do Rio Parnaíba na direção leste, vão se encontrando áreas cada vez menos chuvosas. São João do Piauí, Picos, Jaicós têm um clima que se aproxima do predominante no Nordeste. De qualquer maneira, a ecologia piauiense é mais favorável que a do Ceará. [...]

Estão ali reunidas, assim, as condições suficientes para os paulistas de hoje renovem o esforço de seus antepassados no desbravamento do Piauí. Assumirão eles o papel de novos bandeirantes, agora, em plena era industrial, vivificada pela ciência e pela tecnologia, para a realização das metas do desenvolvimento brasileiro, no cumprimento da orientação traçada pelo Presidente Médici.²²³

Essa narrativa da história do Piauí com ênfase na memória dos bandeirantes evidencia algo que Júlio Benvoglio analisa como a produção e o direito ao esquecimento no Brasil. O historiador observa que “certas interpretações e eventos são destacados em detrimento de outros quando se acessa o passado, produzindo, necessariamente, esquecimentos de toda sorte e extensão.”²²⁴ Todavia, o problema não se resume a esse ponto, Benvoglio leva em conta a produção deliberada do esquecimento: “é um mecanismo para manipulação da memória coletiva por indivíduos e grupos que pretendem controlar a sociedade. Uma coisa é esquecer, outra produzir esquecimento.”²²⁵ Dessa forma, a idealização de uma “origem” piauiense com base nas expedições bandeirantes produz esquecimento em torno do passado indígena. Isso ocorre dentro de uma conjuntura política cujas marcas são um discurso civilizatório e modernizador, que opta por estar ao lado dos colonizadores nesse embate da memória.

Consideramos que o discurso dos “novos bandeirantes” para renovar os esforços dos seus antepassados – encontrando no Piauí as condições para desenvolvimento das suas atividades – muito se assemelha à narrativa civilizatória empregada na “Carta de Pero Vaz de Caminha”, em que o colonizador autoproclamava-se salvador dos povos tidos como inferiores, carregando a marca da benevolência e do desenvolvimento.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a

²²³ O RESSURGIMENTO do Piauí. Teresina: **Estado do Piauí**, 25 jul. 1971, p. 1.

²²⁴ BENTIVOGLIO, Júlio. Os pontos cegos da história: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil – breves notas para uma discussão. **Opsis**, v.14, n.2, 2014, p. 380.

²²⁵ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Apud. BENTIVOGLIO, op. cit. 2014, p. 384.

terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.²²⁶

Os bandeirantes da década 1970 situam as condições tecnológicas de seu período e reforçam o novo aspecto industrial da economia, contudo – assim como Pero Vaz – não perdem de vista os aspectos ecológicos que o local a ser explorado possui, ressaltando nisso uma potencialidade para galgar o desenvolvimento. De forma geral, tanto o jornal quanto a carta, conclamam o ideal de um “mito” salvador que elevaria a forma de vida daquelas pessoas e conclui exaltando a figura do líder que guiaria esse projeto.

Conforme o historiador Mircea Eliade, a narrativa do mito possui um forte efeito discursivo, pois “viver” os mitos implica uma experiência verdadeiramente “religiosa”, pois ela se distingue da experiência ordinária da vida quotidiana. Em outras palavras, o indivíduo sente-se impregnado pelo poder sagrado e exaltante dos eventos rememorados e reatualizados.²²⁷

O indivíduo evoca a presença dos personagens dos mitos e torna-se contemporâneo deles. Isso implica igualmente que ele deixa de viver no tempo cronológico, passando a viver no Tempo primordial, no Tempo em que o evento *teve lugar pela primeira vez*. É por isso que se pode falar no “tempo forte” do mito: é o Tempo prodigioso, “sagrado”, em que algo de *novo*, de *forte* e de *significativo* se manifestou plenamente.²²⁸

Nesse sentido, o mito não é um elemento meramente abstrato, trata-se de um recurso ao qual se pode recorrer incessantemente como forma de orientação e enaltecimento a certos projetos, à medida que ele possui íntima ligação com o conjunto de crenças dos sujeitos. Nessas circunstâncias, Alberto Tavares Silva e o jornal *Estado do Piauí* apropriaram-se desse conceito, atribuindo ao passado bandeirante um momento áureo que deveria ser revisitado pelos cidadãos piauienses.

O novo governo piauiense seria incessantemente narrado como o oposto do passado recente. O período que o estado fora administrado por elites políticas que antecederam Alberto Silva passa a ser situado como uma espécie de “idade das trevas”,

²²⁶ CORTESÃO, J. **Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil**. Texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2003.

²²⁷ ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1991, p. 21.

²²⁸ *Ibidem*, p. 22.

em que o Piauí padecia e abateu sua autoestima. A nova administração prometia movimento e transformação para expurgar todos os males. Nesse âmbito, a imprensa exerce papel colaboracionista e narra o governador como a personificação desse projeto.

Fazendo um balanço dos primeiros três meses de governança, o jornal *Estado do Piauí* leva a público – no dia 8 de julho de 1971 – uma ampla matéria que situa os esforços e os desejos do chefe executivo estadual. O texto é iniciado com um trecho da entrevista realizada com o governador no dia 1º de julho:

– Posso dizer que o objetivo central do meu governo consiste na conquista da elevação da renda <per capita> do povo piauiense e tôdas as medidas constantes de meu Plano de Governo visam atingir essa meta fundamental: proporcionar trabalho efetivo, perene, ao maior número possível de pessoas, num aproveitamento tanto quanto possível, total da mão de obra que dispomos.²²⁹

A matéria prossegue a partir desse tópico e pontua que, “na verdade, o aumento imediato e constante da renda *per capita* do povo piauiense constitui como numa obsessão do novo governador”.²³⁰ A viabilidade desse projeto é compreendida, a partir da interlocução com o Presidente Médici, visto como um exemplo a ser seguido por Alberto Silva:

– Pessoalmente, procuro seguir, na medida do possível, o exemplo do próprio Presidente Médici: assim como êle faz para estender a todos os brasileiros as possibilidades de usufruir uma vida melhor, também eu procuro, guardadas as devidas proporções, criar condições para que todos os piauienses participem, efetivamente, dos benefícios que a civilização moderna nos proporciona.²³¹

Além disso, enumera uma série de medidas e áreas de atuação a serem exploradas para realização desse/a objetivo/obsessão, em que a geração de empregos e renda para os cidadãos piauienses ocupa o centro da narrativa. O governador situa a cera carnaúba como um produto a ser recuperado na economia do estado, ao afirmar que o produto possuía potencial para ser exportado. Assim como fizera com o “mito dos bandeirantes”, novamente Alberto Silva busca jogar com a historicidade dos piauienses, consciente do lugar de destaque ocupado pelo extrativismo no final do século XIX e início do XX, quando a cera de carnaúba, juntamente com a maniçoba e o algodão predominaram na

²²⁹ AUMENTO da renda per capita do Piauí é o objetivo do Governo Alberto Silva. Teresina: **Estado do Piauí**, 08 jul. 1971, p. 4.

²³⁰ Idem.

²³¹ Idem.

economia piauiense.²³² O chefe executivo busca então vincular o produto ao seu governo e afirma-se confiante no seu ressurgimento: “a cera de carnaúba tem condições de obter, no mercado internacional, preços ainda maiores que os atuais. E quando isso ocorrer há que se refletir diretamente sobre os produtores e os trabalhadores.”²³³

A matéria prossegue e faz referências aos projetos de construção do Porto de Amarração, em Luís Corrêa, assim como da construção de rodovias integrando todas as regiões do estado, permitindo o escoamento da produção. Afirma-se que o governo buscará explorar o setor de pesca e contará com o apoio de grupos cearenses, para isso. E novamente mencionando o passado piauiense – “em épocas anteriores, o Piauí possuiu um dos maiores rebanhos do País, exportando gado para todo o Nordeste e, especial para a Região Amazônica”²³⁴ –, Alberto Silva aponta a importância que dará à reabilitação da pecuária, afirmando que buscará erradicar o botulismo e trabalhará na recuperação do Frigorífico do Piauí S/A – FRIPISA.

O chefe executivo exalta que a imagem do Piauí será restaurada e, conseqüentemente, o estado será “visto com bons olhos pelos empresários do Sul do País, e até mesmo do estrangeiro”.²³⁵ O texto é finalizado sob uma atmosfera otimista, com a narrativa de que “os piauienses eufóricos, afirmam que chegou a hora e a vez do seu Estado. E apontam numerosos fatos que comprovam isso.”²³⁶

Essas palavras ligam-se de maneira bem íntima ao discurso levado à frente no âmbito nacional. Conforme o próprio Alberto Silva mencionou, é perceptível o decalque ao molde do presidente Médici e a tentativa de adaptar essa forma às condições do Piauí. O otimismo e a projeção de um futuro próspero seriam as marcas primordiais desse projeto. Carlos Fico aponta que, nessas circunstâncias, “o pessimista, o realista ou o crítico do governo era compreendido como impatriótico”.²³⁷ Nessas circunstâncias, a imprensa teria um papel essencial, mesmo que fosse notoriamente influenciada pelo governo.

A percepção de que aqueles cadernos especiais eram simplesmente comprados por governos ou empresas públicas não é tão importante quanto a compreensão de que eles causavam efetivo impacto. Milhares

²³²QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. Teresina: EDUFPI, 2006, p. 38.

²³³ AUMENTO da renda per capita do Piauí é o objetivo do Governo Alberto Silva. Teresina: **Estado do Piauí**, 08 jul. 1971, p. 4.

²³⁴ Idem.

²³⁵AUMENTO da renda per capita do Piauí é o objetivo do Governo Alberto Silva. Teresina: **Estado do Piauí**, 08 jul. 1971, p. 4.

²³⁶ Idem.

²³⁷ FICO, op. cit. 1997, p. 81.

de imagens de canteiros de obras, de radicais intervenções na paisagem natural, de construção de usinas, estradas e barragens foram divulgadas por todo o país através de revistas como a *Manchete*. E colaboraram para a *reinvenção do otimismo*, para consolidar e re-significar a convicção de que vivíamos uma época superadora do atraso, como simbolizava a foto das águas de Furnas cobrindo o passado, pobre e melancólico, das casas de camponeses que preferiram ficar até o momento da inundação. Poucos se perguntavam sobre os sacrifícios necessários a essa “modernização”: como questionar, contudo, “1.200.000. kW contra o subdesenvolvimento”?²³⁸

Nesse sentido o uso das imagens não pode e não deve ser limitada à “evidência”, no sentido estrito do termo. Conforme salienta o historiador Peter Burke, deve-se também deixar espaço para aquilo denominado como “o impacto da imagem na imaginação histórica”. A análise das imagens traz elementos importantes para o estudo histórico, em diferentes momentos, elas foram utilizadas como objetos de devoção ou meios de persuasão, sendo assim Burke propõe uma problematização desses registros e a crítica ao “olho inocente”.²³⁹

No que diz respeito às imagens de paisagens das cidades, como as veiculadas através dos edifícios públicos e das intervenções no espaço urbano – conforme tornou-se recorrente no período analisado –, historiadores do urbanismo há certo tempo se dedicam ao que eles chamam de “a cidade como artefato”.²⁴⁰ O registro visual é detalhadamente explorado nessa abordagem histórica. Peter Burke argumenta que esses historiadores trazem para dentro da sua análise a posição política do produtor da imagem, citando o caso das campanhas de reforma urbana: “certos fotógrafos escolhiam representar as casas mais deterioradas, a fim de apoiar a campanha pela extinção dos cortiços, já outros, escolhiam as de melhor aparência, para se opor a esse projeto.”²⁴¹

Sendo assim, a compreensão da “cidade como artefato” permite vislumbrar narrativas visuais e verbais que podem ou não se coadunar com um projeto político. Nessas circunstâncias, é importante observar a representação que se passava dar à cidade de Teresina, entendida pelo governador como pretensão “cartão de visitas” do estado. Para elevação da capital ao *status* de centro irradiador do projeto em execução, articula-se um valioso investimento, tendo em vista a adequação visual de espaços públicos aos preceitos desejados. Em matéria veiculada no jornal *O Estado*, ainda em 1971, no transcurso do

²³⁸ Ibidem, p. 84.

²³⁹ BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 24.

²⁴⁰ BURKE, op. cit. 2017, p. 127.

²⁴¹ Ibidem, p. 131.

primeiro ano de mandato de Alberto Silva, percebe-se o sonho de proporcionar novos olhares à cidade:

O governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Teresina firmaram convênio, na manhã de ontem; mediante o qual valores na ordem de Cr\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil cruzeiros) serão investidos em obras de urbanização e embelezamento da Cidade durante o atual exercício financeiro.

As obras a serem executadas constarão de desapropriação; recuperação; pavimentação; arborização; fontes de climatização com espelho d'água e iluminação ornamental das principais praças e avenidas da metrópole.²⁴²

A lógica empregada nessa matéria e nessa política nos leva novamente às *Cidades Invisíveis* de Italo Calvino, mais precisamente quando o literato narra a passagem de Marco pela cidade de Valdrada ou a “cidade e os olhos”. Nessa travessia, o viajante depara-se com duas cidades: “uma perpendicular sobre o lago e a outra refletida de cabeça para baixo; a cidade foi construída de tal modo que cada um dos seus pontos fosse refletido por seus espelhos”.²⁴³ A condição como fora arquitetada a cidade implica que seus formatos fossem reproduzidos simultaneamente no lago; nesse sentido os movimentos e atos exercidos pelos seus sujeitos ficam impedidos de lançarem-se ao acaso e ao esquecimento, pois, de forma primordial, o que importa, não são seus passos ou atitudes, mas suas imagens límpidas e frias no espelho. Nesse paralelo, consideramos que “a cidade e os olhos”, em Teresina, têm implicação similar, pois a forma como fora projetada essa política denota sobretudo a importância transpassada pela imagem da cidade, ficando em segundo plano os demais desdobramentos.

A conclusão, colocada no trecho final da matéria, reforça a tese de que o fundamental, nesse momento, era a consolidação de uma imagem a ser refletida e admirada no plano nacional:

O governador Alberto Silva fez uso da palavra para destacar a importância do fato, assinalando que ele materializará o propósito da atual equipe administrativa em estar Teresina de condições urbanísticas que possam equiparar às mais belas e modernas Capitais do País.

Com a execução do programa já elaborado com essa finalidade – declaro o Governador Alberto Silva – o Governo haverá transformado a metrópole no verdadeiro cartão de visitas do Piauí.²⁴⁴

A proeminência da pauta urbanística e de narrativas otimistas passa a ganhar ênfase na imprensa, sobretudo divulgando os acontecimentos de Teresina. Para alguns

²⁴² TERESINA será o cartão de visitas do Piauí. Teresina: **O Estado**, 08 jul. 1971, p. 8.

²⁴³ CALVINO, op. cit. 1990, p. 53.

²⁴⁴ TERESINA será o cartão de visitas do Piauí. Teresina: **O Estado**, 08, jul. 1971, p. 8.

indivíduos, isso representava a tão esperada arrancada do Piauí para os trilhos do progresso, já para alguns simbolizava um gasto desproporcional de recursos mediante a negligência das demais cidades. De forma geral, a imprensa dará proeminência à primeira narrativa, conforme poderemos observar de forma mais detalhada, agora, sobretudo, considerando o jornal *O Estado*.

3.2. O “embelezamento de Teresina” é o assunto da vez

Conforme pontuamos anteriormente, o jornal *Estado* chegou a Teresina no ano de 1969, como uma extensão do coletivo de informações sediado em Fortaleza. Operou na capital piauiense sob a direção de Helder Feitosa Cavalcanti e tornou-se emblemático por seus *cadernos especiais*.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, tomamos conhecimento do livro *Intimorata: a saga do Jornal O Estado*, de José Martins Rodrigues a Venelouis Xavier Pereira, fruto da árdua pesquisa desenvolvida por Luís Sérgio Ramos. O escrito ultrapassa as 700 páginas e aborda o jornal *Estado* no Ceará, desde a sua fundação – por políticos ligados ao PSD – até a aquisição por Venelouis Pereira.

Ao abordar a segunda etapa do jornal, sob posse de Xavier Pereira, o autor observa mudanças no aparato técnico e a expansão da companhia editorial por outras cidades. Luís Sérgio toma nota de uma entrevista realizada com o proprietário do jornal, em 1995, para fazer um balanço da sua gestão à frente do jornal:

Contando com o apoio de verdadeiros amigos comprei um parque gráfico novo, fundei o jornal *O Estado*, no Piauí. Mudei o sistema de impressão para *offset* e, no ano de 1976, fiz nascer *O Estado*, do Cariri. Hoje completamos 30 anos de luta, de percalços, de sofrimentos, quando tivemos nossa redação invadida por um grupo de celerados, que me sequestraram. Mas a covardia não me intimidou, não reduziu meu idealismo. Para os meus amigos, a razão e o mais profundo respeito. Aos inimigos, e eles existem, dedicarei a justiça dos meus artigos e editoriais. O ódio jamais medrou *O Estado*. Os que odeiam se consomem e se destroem por si mesmos, já nascem vencidos, porque o homem leal, ao viver, constrói sem destruir, vence sem vender a alma, sem alienar opiniões, sem sucumbir aos poderosos e sempre respeitando a dignidade e os direitos da pessoa humana.²⁴⁵

Nesse trecho, torna-se latente uma narrativa positivada de sua trajetória. O incidente do sequestro, relatado por Venelouis, teria ocorrido no dia 10 de novembro de 1972. O acontecimento demonstra que nem mesmo os apoiadores do regime militar

²⁴⁵SANTOS, op. cit. 2016, p. 391.

estavam imunes às forças repressivas. A agressão ao jornalista foi o estopim de uma semana de acirramento de ânimos entre o grupo editorial de *O Estado* e o Batalhão de Trânsito – BATRAN. Conforme matéria, publicada na revista *Veja*, Venelouis teria tomado as dores em defesa do seu editor-chefe, Augusto César Bevides, abordado por policiais do BATRAN, por estar com a licença do seu carro vencida. Xavier teria então telefonado para o comandante da força, o tenente-coronel Jarbas Botelho, mas o que seria a solução, acabou piorando a situação.

Segundo o jornalista, o comandante chamou-o de mentiroso e prometeu apreender o veículo assim que ele saísse da garagem. Pereira, no dia seguinte, revidou com a crônica em que prometia “um par de ferraduras” ao militar, caso ele aceitasse, deveria conformar-se em “voltar a ser 'otoridade'”, um simples delegado de interior. Mas não chegou a gozar muito tempo a vingança: de madrugada, seu gabinete foi invadido por doze policiais, comandados pelo tenente-coronel Jarbas Botelho, que o prenderam sem nenhuma demonstração de delicadeza (o jornalista perdeu um sapato e a peruca, e os papéis de sua mesa esparramaram-se no chão) e o levaram para um local ermo, fora da cidade.²⁴⁶

O acontecimento ressoou rapidamente, “o inquérito começou também a toda velocidade, com o governo empenhado em esclarecer os fatos, e rapidamente foram ouvidos todos os implicados”.²⁴⁷ Afirma-se que o jornalista ainda estava recebendo os curativos, quando foi ordenada a prisão dos policiais envolvidos e a demissão do comandante Jarbas Botelho, pelo governador César Cals.

A narrativa dramática, empregada pelo jornalista na entrevista, pode levar a crer numa atuação como resistência e combate ao regime militar que o levava a sofrer represálias, todavia as circunstâncias que norteiam o evento apontam para um sujeito intimamente ligado e respaldado pelas classes dirigentes, que se empenharam em rapidamente punir seus agressores. Constatamos ainda que a motivação da violência não está ligada a uma posição política oposicionista, tratava-se de uma desavença pessoal, no entanto, devemos salientar que até mesmo os apoiadores do regime não estavam imunes à violência.

O esforço do governado César Cals em rapidamente punir os agressores aponta para a posição social ocupada por Venelouis, um homem alinhado com os discursos governistas. De forma geral isso seria uma marca transpassada para seu jornal *O Estado*, tanto na sua edição cearense quanto piauiense. Marluce Férrer, esposa de Venelouis

²⁴⁶ Ibidem, p. 554.

²⁴⁷ Ibidem, p. 555.

Xavier, relata que a relação íntima com os governantes teria sido essencial para o florescimento do jornal em tempos de dificuldade econômica.

Os anos se passaram, ganhei muita experiência e chegou o momento decisivo em que eu iria fazer os contatos com os governantes, tanto no âmbito estadual como no municipal, para conseguirmos matérias pagas e “levantar” o que ele dizia ser nosso “jornal” — assumi o cargo de publicitária e Diretora Comercial do jornal. E levantamos! Quem trabalhava comigo durante o ano de 1975, até eu sair do jornal, foi minha irmã Marilde Férrer. A participação dela em nossos contatos de governo foi fundamental. Viajei várias vezes para algumas capitais do Nordeste como, por exemplo: Teresina, Recife e São Luiz, com grande sucesso. Sempre trazia autorização e material para publicarmos — tanto dos governos dos estados como dos prefeitos das capitais.

O dr. Alberto Silva, ex-governador do Piauí por dois mandatos, era muito nosso amigo e sempre publicava “Cadernos Especiais” no nosso *O Estado*, que sempre circulava nas Edições Especiais, em datas como 31 de março, aniversário do Jornal, Dia da Independência, Edição de Ano Novo etc. São as que mais lembro. Não conto as vezes em que nestas edições, nosso maquinário deixava a desejar e por conta disso, eu e ele, ajudávamos o pessoal da impressão em algumas coisas, inclusive até dobrar os exemplares, madrugada adentro.²⁴⁸

Ao nos debruçarmos sobre a análise do jornal *O Estado*, em Teresina, poderemos observar que as narrativas amistosas ao governo de Alberto Silva não se limitavam aos “cadernos especiais”. Conforme assinalamos no tópico anterior, ainda falando de 1971, o jornal pontuava que o governante se dedicaria ao embelezamento da capital, narrativa que passaria a ganhar contornos mais fortes e ocupar com mais frequência as páginas do periódico, a partir do ano seguinte.



Figura 1: Manchete do jornal *O Estado*²⁴⁹

Nessa manchete, publicada no dia 4 de fevereiro de 1972, podemos observar uma construção discursiva visando vincular a figura do governador a uma narrativa positivada através da cidade Teresina. O argumento central apresentado ao longo da matéria projeta na capital piauiense a ideia de “centro irradiador” que deve traduzir e representar o otimismo e progresso que o estado teria alcançado.

²⁴⁸ SANTOS, op. cit. 2016. p. 338.

²⁴⁹ ALBERTO instala órgão para embelezar Teresina. Teresina: *O Estado*, 04 fev. 1972, p. 8.

Conforme a historiadora Maria Stella Bresciani, a tentativa de centralização de uma narrativa de progresso com base na cidade evidencia, em grande medida, a redução do valor do indivíduo, do *ego*.²⁵⁰ Numa interlocução com Argan, a historiadora argumenta que a realidade deixa de ser mensurada em escala humana, podendo apenas ser pensada, concebida e compreendida pelo homem. Numa ilusão de manter-se no centro, o indivíduo confabula um mito:

O mito do sublime e do terrífico, não mais representado pelas forças cósmicas, transfere-se para as forças tecnológicas, portanto humanas, que submetem as forças cósmicas e as utilizam. É assim que o homem faz da sua técnica um mito, e o que é pior, um mito novamente tectônico.²⁵¹

Para Bresciani, projeta-se na técnica a ideia de um poder transformador das condições de vida urbana e moldador do cidadão, “essa aposta humana na potencialidade da técnica disponível certamente subjuga o homem e parece ganhar autonomia.”²⁵² Nessa leitura, a cidade é entendida como um espaço construído e objetivado, cujas potencialidades são praticamente ilimitadas. A base dessa argumentação é transpassada por um fundamento decepcionante, “a moderna intenção de projetar a cidade para um futuro que não nos pertence”.²⁵³ Nesse sentido, ao falar-se sobre o intuito de “embelezar Teresina”, novamente se desloca os olhos dos cidadão para uma projeção otimista de futuro e se esmaece o presente.

De maneira singular, o jornal *O Estado* colaborava, corriqueiramente, para propulsão de narrativas harmônicas desse período enleado. Situamos essa colaboração num período classificado por Bernardo Kucinski como “a autocensura como pacto para a criação do consenso”. Conforme o jornalista, esse momento teve proeminência entre os anos de 1972 e 1975, quando a concepção totalitária foi corporificada na Doutrina de Segurança Nacional, através do governo Médici²⁵⁴, transformando os jornais em um campo de batalha de uma guerra psicológica.

Mas a resposta do regime à sua própria visão totalitária dos meios de comunicação não era totalitária. O regime militar nunca estabeleceu um sistema oficial de censura, ao estilo DIP (Departamento de Informações e Propaganda), da ditadura de Getúlio Vargas. Hannah Arendt, ao analisar o totalitarismo, disse que nesses regimes o Estado tem uma “assustadora confiança na mentira”. A autocensura evita a mentira

²⁵⁰ BRESCIANI, Maria Stella. A cidade: Objeto de estudo e experiência vivenciada. **Revista Estudos Urbanos e Regionais**. V. 6, N. 2, 2004, p. 10

²⁵¹ Idem.

²⁵² ARGAN apud BRESCIANI, op. cit. 2004, p. 10

²⁵³ BRESCIANI, op. cit. 2004, p. 12.

²⁵⁴ KUCINSKI, op. cit. 1998, p. 60.

direta, prefere a meia-verdade, o falseamento. O autoritarismo, sob esse aspecto, é um regime com baixa autoconfiança.²⁵⁵

Bernardo constata que, mesmo com os decretos institucionais, enquadrando a censura na estrutura burocrática do poder, o regime achava preferível que os jornalistas se autocensurassem. “Podemos postular que a autocensura foi necessária porque o regime não tinha coragem de se assumir como ditadura plena”.²⁵⁶ Além dessa vergonha atrelada ao governo, Kucinski pontua que a autocensura só foi possível “pelo caráter essencialmente antiliberal da burguesia proprietária dos jornais, por suas afinidades com o objetivo da repressão, ainda que não endossando explicitamente seus métodos, e por interesses mercantis”.²⁵⁷

A autocensura evitava riscos e prejuízos, pois uma edição não seria confiscada ou impedida de ser vendida.

Melhor que os próprios jornalistas se autocensurassem. Melhor fazer com que as empresas nomeassem elas mesmas um quadro de sua maior confiança para manter contatos com o Estado e assim auscultar os temas delicados, sensíveis, que deveriam ser cobertos, ou mesmo evitados. Para o Estado autoritário a autocensura era mais interessante do que a censura, porque lhe permitia não assumir a responsabilidade e, frequentemente, nem sequer admitir que controlava a informação. Assim, com base no mecanismo da autocensura, constituiu-se o pacto não-escrito entre os barões da mídia e a hierarquia militar. A autocensura passa a definir o padrão desse pacto e o padrão do controle da informação.²⁵⁸

A distorção provocada pela autocensura no jornalismo é impactante, tendo em vista que o leitor sequer tem consciência de que está sendo privado de informações, ao ter acesso a apenas narrativas harmônicas. A ignorância passa a ser vista como uma bênção, joga-se a poeira para debaixo do tapete. Falar sobre os problemas seria admitir que eles existiam, então os jornalistas optavam por silenciar. Nesse sentido, observaríamos uma multiplicação de narrativas otimistas na imprensa, no que parecia ser uma sociedade dos sonhos.

Observamos que, nessas circunstâncias, o jornal *O Estado* mostrou-se empenhado na confabulação de discursos harmônicos e alinhados ao governo executivo. Esse tipo de narrativa colaborava para uma pretensa ideia de legitimidade ansiada pelo regime militar. O silêncio acerca de certas pautas e sobre as arbitrariedades do governo parecia algo

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Ibidem, p. 61.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ KUCINSKI, op. cit. 1998, p. 62.

natural no cotidiano das empresas jornalísticas. Jornalistas interiorizavam essa apatia como a postura de um cidadão respeitador das leis. Todavia, podemos nos perguntar: sujeitos, ditos intelectuais, não chegaram a questionar a validade dessa ordem?

Conforme a historiadora Smith, embora a imprensa obedecesse às restrições de notícias impostas pelo regime, ela não considerava essa ordem legítima, mesmo entre os apoiadores políticos do governo, isso era motivo de desconforto, porém, perceber a ilegitimidade não habilitava ninguém a desafiar essa lei, provocando uma modalidade de inércia.

Embora a burocratização da censura não tivesse conseguido atribuir legalidade a essa prática, parece que gerou inércia, resultado não-intencional mas assim mesmo, para o regime, muito prático. As rotinas de censura, mais do que terror ou pânico, provocaram uma sensação de impotência entre os membros da imprensa, que se ressentiam da censura mas também cumpriam suas rotinas banais e abrangentes. Dessa forma, a imprensa brasileira ficou com esse legado singular. Não há dúvida de que as proibições de notícias e outras restrições constituíram um sistema complexo administrado pelo Estado, mas tanto a imprensa quanto os atores do Estado continuam a designá-lo como “autocensura”.²⁵⁹

Por essa leitura, passamos a compreender como a censura teria passado a ser um instrumento de coerção sutilmente camuflado pelo Estado. A opção por essa violência velada e, em alguns momentos, banalizada, pode ser entendida como uma estratégia política para confabulação de uma economia dos discursos. Conforme pontuamos, em diferentes momentos desse texto, os apoiadores do golpe militar insistiam numa narrativa do período como uma revolução ou um contragolpe, admitir o cerceamento autoritário à imprensa poderia afetar essa perspectiva positivada do momento.

Nessas circunstâncias, os governantes buscaram, a princípio, constituir princípios legislativos que atendessem as suas demandas e limitassem as comunicações de forma “legal”, em seguida, aproveitaram-se de sua posição hegemônica para criar dependência econômica nas empresas jornalísticas.

A organização dessas medidas torna quase nula a necessidade governamental de agir combativamente, considerando que as bases de resistência do inimigo já estavam minadas. O golpe final seria deixá-lo viver em condições precárias. Qualquer passo fora do mapa proposto poderia acionar uma mina e explodir todo o seu campo. Essa posição equivale a uma experiência de morte em vida: alguns jornalistas apenas respeitam o seu

²⁵⁹ SMITH, op. cit. 2000, p. 213.

itinerário, outros decidem por colaborar para exaltação dessa trilha (mesmo sendo reféns dela), poucos são os que desviam da rota e acionam o dispositivo explosivo.

Utilizando a mesma figura de linguagem de Pompeu Souza, dizemos: tratava-se de um constante alternar da posição da corda entre a posição do pescoço e da orelha, todavia todos sabiam onde a corda costumava apertar. Para alguns talvez tenha se tornado mais fácil tentar esquecer a corda, fingir que ela não estava ali, fazendo movimentos leves para ela não se mover. Outros talvez a tenham interiorizado e passaram a sentir-se culpados pelo seu aperto, talvez tenham dito: “eu agi errado, por isso a corda apertou, eu precisava dessa lição”. Alguns podem até mesmo ter pedido por mais corda, enquanto outros simplesmente agradeciam pela possibilidade de respirar.

A censura não é sempre, nem em todos os lugares, um esforço constante para suprimir a liberdade de expressão. Para melhor ou para pior (em geral para pior), está ligada a sistemas de cultura e de comunicação. Sua história é um registro de conflito e acomodação em um terreno sempre em mutação. Tem seus momentos de tragédia e de heroísmo, é claro, mas geralmente acontece em áreas nebulosas e obscuras, onde a ortodoxia se esbate em heresia e rascunhos fixam-se como textos impressos. Parte da história da censura leva à Bastilha ou ao Gulag, mas a maior parte pertence à zona crítica do controle cultural, onde o censor se torna colaborador do autor e o autor cúmplice do censor.²⁶⁰

A proposição de Robert Darnton não suaviza a censura e seu poder de distorção, entretanto desvia de uma leitura cristalizada na historiografia. Conforme sua análise, as relações entre jornalistas e censores não podem ser resumida através de uma perspectiva maniqueísta que situa a história da luta entre a liberdade de expressão e as tentativas das autoridades políticas para reprimi-la. Evidentemente, o historiador não nega a existência de momentos trágicos e heroicos, em que essa leitura se torna válida, porém os caracteriza como acontecimentos singulares. Sua chave de leitura situa a censura como uma estratégia de controle político que, por muitas vezes, teria provocado acomodação e cumplicidade entre agentes públicos e jornalistas.

Essa noção de cumplicidade pode ser percebida nos editoriais do jornal *O Estado*, durante o período que estamos analisando. O periódico mostrava-se empenhado em colaborar para construção de uma narrativa que harmonizava as relações de poder, atravessando do nível local/estadual até o federal.

Logo em seu primeiro editorial de 1972, publicado no dia 1º de janeiro, podemos observar a práxis colaboracionista.

²⁶⁰ DARTON, op. cit. 2012, p. 17.

Governador Alberto Silva, que conseguiu criar para o Estado o clima de otimismo e de grandes realizações, colocando o Piauí diante de novas perspectivas. Unindo a família política do Estado, Alberto Silva deu a maior lição de tino político do ano. Por muitos motivos, é a personalidade do ano de 1971.²⁶¹

Nesse fragmento, o chefe executivo passa a personificar o projeto político em andamento no estado, a sua imagem é reverenciada como criadora de um “clima de otimismo e grandes realizações”. Essa forma de narrativa seria alimentada incessantemente nesse periódico, antes mesmo que o governador tivesse completado o primeiro ano do mandato. Tais discursos denotam uma articulação estratégica, pois se estabelecem a partir de um local de fala isolado e reforça uma posição hegemônica.

O deputado Pinheiro Machado afirmou que o governador Alberto Silva tem uma excelente imagem junto aos diversos escalões da administração federal, a quem, conforme frisou, conseguiu transmitir o mesmo otimismo que vem transmitindo ao povo piauiense. Acentuou o deputado que ouviu do ministro Mário Andreazza – presente também o deputado Heitor Cavalcante – a declaração de que o governador piauiense está desenvolvendo uma administração muito apreciada pelo Governo Federal, principalmente porque vem resolvendo satisfatoriamente todos os problemas do Estado.²⁶²

Observamos nessas circunstâncias o recurso da repetição narrativa. Encaramos essa conduta como sintoma de uma possível concordância do jornal com esse projeto político. Conforme o filósofo Gilles Deleuze, “como conduta externa, esta repetição talvez seja o eco de uma vibração mais secreta, de uma repetição interior e mais profunda no singular que a alma”.²⁶³ Nesse sentido, compreendemos a repetição narrativa como a transposição para o campo discursivo de uma potência interna daquele que comunica.

O jornal *O Estado* mesclava palavras e fotografias em suas páginas, para relatar o clima de otimismo e euforia que havia invadido o Piauí. Observamos, nesse contexto piauiense, uma releitura, com base em suas especificidades, de um discurso propagado em nível federal.

Carlos Fico constata que o Brasil assumido pelo presidente Médici, em 1969, era descrito pela revista *Manchete* como um país assolado por problemas e dificuldades: “Mas, como o próprio novo presidente verá em nossas páginas, as potencialidades e as reservas brasileiras são tão extraordinárias que o caminho do otimismo e do trabalho

²⁶¹ OS MELHORES de 1971. Teresina: *O Estado*, 01 jan. 1972, p. 1.

²⁶² PINHEIRO Machado. Teresina: *O Estado*, 05 jan. 1972, p.1.

²⁶³ DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. 11.

construtivo se impões sobre todas as encruzilhadas”.²⁶⁴ O historiador aponta que “é nesse contexto de busca da construção de uma imagem grandiosa do Brasil que se torna compreensível a obsessão generalizada da noção de maior, mais”. Essa noção passaria a ser transmitida e alimentada no imaginário social através de diversos meios de comunicação, alcançando cidades como Teresina através dos jornais impressos.

A pauta política dos jornais passava a ser preenchida por discursos eufóricos que relatavam a grandiosidade e a predestinação brasileira ao sucesso. As cidades passavam a ser descritas como verdadeiros campo de obras, imagens que alimentavam a ideia de um “milagre” econômico.

Conforme o economista Jeniffer Herman, o período narrado como “milagre” está delimitado entre 1968 e 1973, momento em que o Produto Interno Bruto – PIB cresceu a uma taxa média da ordem de 11% ao ano, acompanhado da queda da inflação (embora moderada) e de sensível melhora do Balanço de Pagamentos – BP.²⁶⁵ A política econômica levada a cabo nesse momento foi encabeçada por Antonio Delfim Neto, professor de economia da Universidade de São Paulo – USP, que assumiu a pasta da Fazenda, ainda em 1967, quando se deu a posse do general Costa e Silva.

Em meados de 1968 foi lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), cujas prioridades eram: (1) a estabilização gradual dos preços, mas sem a fixação de metas explícitas de inflação; (2) o fortalecimento da empresa privada, visando à retomada dos investimentos; (3) a consolidação da infraestrutura, a cargo do governo; e (4) a ampliação do mercado interno, visando a sustentação da demanda de bens de consumo, especialmente duráveis.²⁶⁶

Vale ressaltar que, após o golpe, consumado em março de 1964, o comando militar estabeleceu gradualmente as reformas tributária e financeira. A reforma tributária objetivava o aumento da arrecadação do governo (através do aumento da carga tributária da economia) e a racionalização do sistema tributário, assim como o estabelecimento de uma política de caráter centralizador do ponto de vista federativo, limitando o direito de estados e municípios legislarem sobre tributos. Dificilmente uma reforma regressiva e centralizadora, nesses moldes, teria sido aprovada pelo Congresso e aceita pela sociedade em um regime democrático.²⁶⁷ A reforma financeira, por sua vez, teve como objetivo

²⁶⁴ FICO, op. cit. 1997, p. 82.

²⁶⁵ HERMANN, Jeniffer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fábio. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 62.

²⁶⁶ HERMANN, op. cit. 2011, p. 64.

²⁶⁷ Ibidem, p. 54.

primordial dotar o Sistema Financeiro Brasileiro – SFB de mecanismos de financiamentos capazes de sustentar o processo de industrialização já em curso; um aspecto importante para isso foi a ampliação do grau de abertura da economia ao capital externo de risco (investimentos diretos) e, principalmente, de empréstimo.²⁶⁸

A retórica do “milagre” econômico deve ser circunstanciada e problematizada, assim como suas consequências.

A forte expansão econômica em 1968-73 no Brasil refletiu também a forte entrada de capital no país: os investimentos externos diretos (aqueles aplicados diretamente à produção de bens e serviços) e os empréstimos em moeda cresceram continuamente nesse período. [...] Portanto, o “milagre” no campo das contas externas só foi possível porque o ingresso de capital no país elevou-se acentuadamente: a dívida externa bruta brasileira saltou de US\$ 3,3 bilhões para UU\$ 14,9 bilhões no mesmo período – um aumento de 332%.²⁶⁹

Com base nesses dados, podemos considerar que as mensagens de otimismo irradiadas nos periódicos brasileiros, ilustradas por obras públicas, tiveram um alto custo. O país afogava-se num regime de dependência financeira e endividamento externo. Todavia, nas páginas dos jornais, predominava o clima de entusiasmo, assinalando essa captação de recursos como feitos a serem exaltados.

O jornal *O Estado* noticiava, no dia 1º de março de 1972, a obtenção de recursos pelo governo piauiense junto à empresa inglesa *Anglo Brazilian Technical Services*. Conforme a matéria, o valor estipulado previamente seria 2 milhões de libras, porém o montante emprestado teria ficado na casa de 5 milhões de libras, equivalente a 90 milhões de cruzeiros. Esses recursos seriam direcionados a planos de eletrificação, pesquisas de mineralogias e drenagem do rio Parnaíba.²⁷⁰ Injetava-se capital estrangeiro em obras de infraestrutura, com ênfase na capital Teresina.

²⁶⁸ Ibidem, p. 58.

²⁶⁹ Ibidem, p. 68.

²⁷⁰ ALBERTO obtém de missão inglesa 90 milhões para obras no Piauí. Teresina: **O Estado**, 10 mar. 1972, p.1.

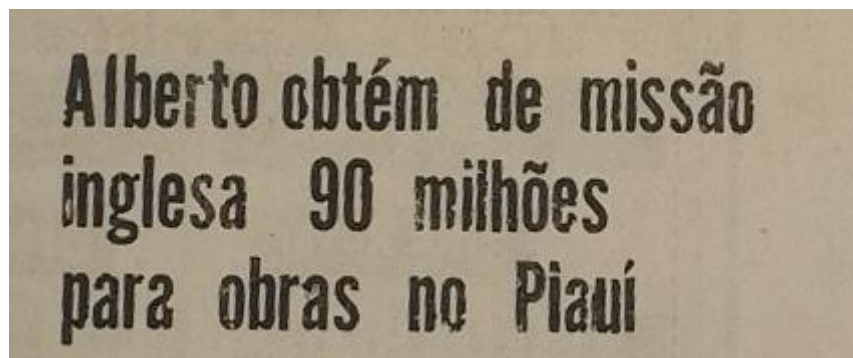


Figura 2: Manchete do jornal *O Estado*²⁷¹

Desde o início de 1972, a intervenção no espaço urbano ocupava o eixo central das matérias políticas no jornal *O Estado*. No dia 11 de janeiro, o periódico produziu um editorial especial preenchido por imagens informando: “O ‘Albertão’ está nascendo”.

Ao que consta, essas imagens foram capturadas na tarde do dia anterior, quando o secretário de obras, engenheiro Murilo Resende, visitou o espaço onde se edificaria o Estádio Governador Alberto Tavares Silva, acompanhado por diretores da empresa DELTA – Engenharia e Construções. Na ocasião, inspecionava-se o trabalho de terraplanagem executado em dez dias, tendo em vista a preparação do terreno para construção. O estádio era projetado para ser o maior do Piauí, com capacidade para comportar 60 mil pessoas, devendo possuir infraestrutura completa para atletismo e futebol.²⁷²

²⁷¹ Idem.

²⁷² O “ALBERTÃO” está nascendo. Teresina: *O Estado*, 11 jan. 1972, p. 7.



Figura 3: Fotografia acompanhada de texto descritivo no jornal *O Estado*²⁷³

Transcrição: À tarde de ontem o secretário de obras engenheiro Murilo Resende visitou as obras do Estádio Albertão quando em companhia de diretores da DELTA – Engenharia e Construções, verificou o trabalho executado em 10 dias. Na foto, os engenheiros Fernando Alcântara Mota diretor da Delta, dr. Paulo Marques, Tarcísio Muratori e técnicos conferem através das plantas do futuro Estádio de Teresina o desdobramento da obra. Os visitantes ficaram impressionados com os trabalhos executados em tão curto espaço de tempo.



Figura 4: Fotografia acompanhada de texto descritivo no jornal *O Estado*²⁷⁴

²⁷³ O “ALBERTÃO” está nascendo. Teresina: *O Estado*, 11 jan. 1972, p. 7.

²⁷⁴ Idem.

Transcrição: Homens e máquinas em ritmo acelerado dão uma nova visão aos que visitam o local das obras do futuro Estádio de Teresina, o ALBERTÃO, na foto, uma possante máquina da construtora DELTA, realiza o serviço de terraplanagem no centro do terreno onde já foram removidos em 8 dias de trabalho 10 mil metros cúbicos de terra.



Figura 5: Fotografia acompanhada de texto descritivo no jornal *O Estado*²⁷⁵

Transcrição: A paisagem está transformada, basculantes motorscrapers, tratores e compactadores, transformaram a bucólica paisagem do bairro Redenção num imenso canteiro de obras para erguerem o ALBERTÃO, que já é realidade, ao fundo, equipes de marcadores da construtora DELTA realiza serviços de marcação do campo.

Algo curioso a ser pontuado acerca dessas imagens, mais especificamente sobre suas legendas, é que os engenheiros têm seus nomes colocados em destaque; os técnicos, por sua vez, são apenas citados enquanto categoria, tendo suas identidades silenciadas. Infelizmente não se tornou possível ter acesso ao nome desses sujeitos, todavia esse é um questionamento que devemos suscitar.

É importante contextualizarmos politicamente essas imagens, muito embora comumente fotografias sejam evocadas como uma captura do real. Tal perspectiva pode significar um olhar inocente acerca das imagens, pois, no exercício histórico, devemos considerar, tanto o que essas imagens deixam transparecer quanto o que elas omitem. O historiador Peter Burke adverte que imagens representam um “ponto de vista” e isso não deve ser ignorado dentro de uma análise.

“Estude o historiador antes de começar a estudar os fatos”, disse a seus leitores o autor do conhecido livro *Whats is History?* [O que é história?]. Da mesma forma, deve-se aconselhar a alguém que planeje

²⁷⁵ Idem.

utilizar o testemunho de imagens para que inicie estudando os diferentes propósitos dos realizadores dessas imagens.²⁷⁶

Por essa leitura, consideramos a utilização de fotografias pelo jornal *O Estado* atrelada à construção de discursos desenvolvimentistas. O registro exibindo o secretário de obras junto ao grupo de engenheiros da empresa DELTA pode transmitir uma ideia de engajamento político e organização tecnicista do projeto. Ao passo que a captura de máquinas pesadas rasgando a paisagem permite suscitar mensagens de ruptura e potência. Estabelecemos essas apreciações com base naquilo que Francis Haskell denominou “o impacto da imagem na imaginação histórica”, tendo em vista que fotografias comunicam por uma linguagem não verbal e nos permitem “imaginar” o passado.²⁷⁷

O alinhamento das políticas desenvolvidas no Piauí com o projeto federal era constantemente ressaltado nas páginas do jornal *O Estado*. Nesse momento, a narrativa otimista situava o estado como um modelo de gestão a ser seguido pelo restante do país, alguns acontecimentos eram entendidos como sintomas desse sucesso, tipo a instalação da Agência Nacional em Teresina:

As notícias do Piauí serão levadas a todo o País a partir dos próximos dias, enquanto os jornais e emissoras de rádio do Estado serão abastecidos com informações sobre tudo o que se passa no Brasil graças à instalação da Agência Nacional em Teresina. Já chegou a Teresina o jornalista João Uchôa, que dirigirá o órgão no Piauí. Provisoriamente, a Agência Nacional funcionará no palácio do Governo. (AGÊNCIA... 1972, p. 4)

A instalação da Agência Nacional ocorreria no Palácio Karnak, edifício sede do governo estadual, localizado na região central da capital Teresina. Nesse sentido, é compreensível que a produção desenvolvida por esse órgão produzisse uma narrativa alinhada ao poder político em exercício, visto seu grau de dependência e interação em relação ao grupo governamental. Pontuamos essa conjectura com base em compreensões do pensamento gramsciano, já assinalado anteriormente, observando que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, mas sim “mediatizada” por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas nas quais eles se inserem.²⁷⁸

A hipótese de uma produção intelectual mediatizada por aspectos sociais é reforçada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, conforme sua análise, os campos de

²⁷⁶ BURKE, op. cit. 2017, p. 32

²⁷⁷ BURKE, op. cit. 2017, p. 24

²⁷⁸ GRAMSCI, op. cit. 1982, p. 10.

produção cultural ocupam uma posição dominada no campo do poder, isto é, os artistas e escritores seriam uma fração dominada da classe dominante.

Dominantes - enquanto detentores do poder e dos privilégios conferidos pela posse do capital cultural e mesmo, pelo menos no caso de alguns deles, pela posse de um volume de capital cultural suficiente para exercer um poder sobre o capital cultural -, os escritores e os artistas são dominados nas suas relações com os detentores do poder político e econômico. Para evitar qualquer mal-entendido, devo precisar que essa dominação já não se exerce, como em outras épocas, através das relações pessoais (como a relação entre o pintor e o comendatário ou entre o escritor e o mecenas), mas toma a forma de uma dominação estrutural exercida através de mecanismos muito gerais como os do mercado.²⁷⁹

A proposição de Bourdieu não desconsidera o poder existente nas produções intelectuais, todavia assinala condições nas quais esse poder está circunscrito, isto é, a quem serve esse campo intelectual.

Os produtores culturais detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir. Eles podem colocar esse poder a serviço dos dominantes. Eles também podem, de acordo com a lógica de sua luta no interior do campo do poder, colocá-la a serviço dos dominados no campo social como um todo. [...] Em todo caso, os interesses específicos dos produtores culturais, na medida em que estão ligados a campos que, pela própria lógica de seu funcionamento, estimulam, favorecem ou impõem a superação do interesse pessoal no sentido comum, podem levá-los a ações políticas, ou intelectuais, que se pode chamar de universais.²⁸⁰

Por essa leitura, podemos assinalar que as produções discursivas, produzidas por intelectuais da imprensa alocados no jornal *O Estado*, encontravam-se diretamente ligadas aos interesses dos grupos governistas dominantes. Conforme vínhamos pontuando, eram constantes as matérias que ressaltavam o modelo de gestão piauiense como exemplo para o restante do Brasil. O menor movimento era aproveitado ao máximo, sendo exaltado nas páginas do diário.

O jornalista Ervintonio Theodoro, correspondente de O ESTADO no Distrito Federal, virá a Teresina na próxima semana para fazer um documentário sobre o Piauí destinado a três emissoras de TV de Brasília. O documentário abordará a cidade de Picos como marco zero da rodovia Transamazônica e aspectos do desenvolvimento do Piauí. O

²⁷⁹ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 175.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 176.

filme a ser feito será exibido na TV Brasília, TV Nacional e TV Globo de Brasília.²⁸¹

A presença de assuntos como esse nos textos jornalísticos denota aquilo que Pierre Bourdieu assinala como “matéria-ônibus”, em que os veículos de informação optam por um conteúdo sem aspereza, com opiniões homogeneizadas, afastando-se de pautas que podem dividir, excluir ou levantar problemas (ou apenas problemas sem história). Esse trabalho “tende a homogeneizar e a banalizar, a ‘conformizar’ e a despolitizar”²⁸² as páginas dos periódicos.

O desenvolvimento da matéria é preenchido mediante um seleção do jornalista, isto é, “a essa formidável *censura* que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes *interessar*, de entrar em suas categorias e suas grades, que merecem atingir o conjunto dos cidadãos.”²⁸³

Conforme Bourdieu, determinados jornais ficam presos “ao aspecto mais anedótico e mais ritualizado da vida política (visitas de chefes de Estado estrangeiros, ou visitas de chefe de Estado ao estrangeiro etc)”, enfatizando que essa abordagem “têm por efeito produzir o vazio político, despolitizar e reduzir a vida do mundo à anedota e ao mexerico, fixando e prendendo a atenção em acontecimentos sem consequências políticas”.²⁸⁴

A tendência à homogeneização foi um aspecto estritamente presente no jornal *O Estado* no recorte observado, sua linha discursiva ressaltava a harmonia do poder público, simbolicamente representado através dos agentes políticos. Nesse âmbito, o “embelezamento de Teresina” voltava ao cerne da narrativa, sendo motivo da coalizão entre o governador Alberto Silva e o prefeito Joel Ribeiro.

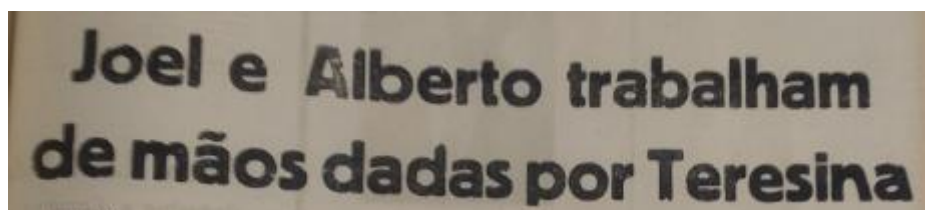


Figura 6: Manchete do jornal *O Estado*²⁸⁵

²⁸¹ TVS de Brasília vão apresentar documentário mostrando o Piauí. Teresina: **O Estado**, 05 jan. 1972, p. 6.

²⁸² BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 63

²⁸³ Ibidem, p. 67.

²⁸⁴ Ibidem, p. 73.

²⁸⁵ JOEL e Alberto trabalham de mãos dadas por Teresina. Teresina: **O Estado**, 15 mar. 1972, p. 6.

A manchete destacada acima comporta uma longa matéria, dividida em tópicos: urbanização; cemitério e mercados; limpeza pública; gabinete do prefeito; coordenação de planejamento; procuradoria geral, cujo destaque seria a referência ao Gabinete do Prefeito como “um instrumento de assessoramento do chefe Executivo estadual no que concerne à política global do governo coordenando as atividades dos demais setores da administração”.²⁸⁶ O texto informa, ainda, acerca do andamento de obras e reformas nos mais diferentes pontos da cidade, situando o levantamento da Prefeitura Municipal acerca das condições dos cemitérios, assim como a fiscalização e observância das condições sanitárias dos mercados abastecedores de carne.

Tal matéria foi publicada no dia 15 de março de 1972, exatamente no transcurso da comemoração do primeiro ano de governo e colabora para a criação de um clima de união e otimismo em torno do andamento político no estado. Vale ressaltar que em janeiro, do mesmo ano, Alberto Silva foi instigado a falar sobre uma possível desavença com Joel Ribeiro, em entrevista exclusiva ao jornal *O Estado*. Na ocasião, o governador buscou afastar as polêmicas e atribuir esses murmúrios a grupos que visavam “desarrumar a casa”:

O governador Alberto Silva desmentiu ontem a existência de quaisquer problemas entre seu Governo e a Prefeitura de Teresina. Afirmou que o prefeito Joel Ribeiro é um administrador honesto e capaz e vem trabalhando ao lado do governo.

Falando com exclusividade a O ESTADO, o governador Alberto Silva declarou que as informações sobre um iminente afastamento do major Joel Ribeiro partem de “pessoas interessadas em desarrumar a casa”. Depois de acentuar que “no Governo atual não existem ciúmadadas”, o engenheiro Alberto Silva afirmou que considera a Prefeitura de Teresina como uma secretaria do Estado, e que ela e o governo confundem-se. “Onde termina um começa o outro”, salientou o governante piauiense.²⁸⁷

Mesmo que houvesse desentendimentos, seria compreensível que o governador os negasse publicamente e se afastasse de quaisquer polêmicas. Essa máxima também aplica-se ao relacionamento com o senador Petrônio Portella, sujeito que teve seu nome preterido, em favor de Alberto, na ocasião de escolha da chefia executiva do estado piauiense²⁸⁸. Todavia, ambos mantiveram a cordialidade – ao menos no nível de aparência –, referindo-se mutuamente com respeito durante depoimentos oficiais.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ ALBERTO desmente problemas com a prefeitura. Teresina: **O Estado**. 13 jan. 1972, p. 5

²⁸⁸ Ao tratar acerca da indicação de Alberto Silva para o governo piauiense e da sua rede de aliados, a historiadora Cláudia Fontineles assinala o seguinte ponto: “A força deles era tamanha que, segundo o ex-governador Djalma Veloso – primo e aliado político de Petrônio Portella – este teve que aceitar a indicação

Petrônio Portella declarava oficialmente que o Piauí se encontrava num momento de grande oportunidade, pois, nos altos escalões do governo federal, homens piauienses ocupavam cargos de grande importância, ressaltando a figura do governador como um “homem movimentado que trouxe para o Piauí grande otimismo”:

O Senador Petrônio Portella afirmou ontem que na atual conjuntura o Piauí vem encontrando a sua grande oportunidade, pois que tem nos altos escalões da República cidadão desde a figura do admirável Ministro Reis Veloso e agora no exercício de um dos Ministério o conterrâneo Benjamim Baptista, além de dezena de outros piauienses em cargos importantes do segundo escalão governamental e que através dêle o Estado se promoveu à chefia do Poder Legislativo Federal. Acentuou que essas oportunidades tôdas se juntam a uma por todos os títulos de louvor, que é têmos à frente do Govêrno do Estado um homem movimentado, trazendo para o Piauí uma grande dosagem de otimismo, o de que precisamos, porque não basta trabalhar e abrir novos caminhos; mas é preciso também descortinar mais amplos horizontes através da fé, da confiança em melhores dias e levar a cada um dos conterrâneos a certeza de que há uma crença no seu desenvolvimento. “E isto é exatamente o trabalho que eu considero importantíssimo no que está sendo desenvolvido pelo Governador Alberto Silva”.²⁸⁹

Conforme podemos observar, a retórica do otimismo é retomada, nesse discurso, ressaltando a “grande oportunidade” apresentada no momento vivenciado, tendo em vista as figuras políticas piauienses que encabeçavam cargos políticos no cenário nacional. Essa narrativa deixa subentendido que o Piauí possui potencialidades outrora inexploradas, sendo possível ter fé e confiança para um futuro melhor através da ação de líderes engajados. A proposição de Portella integrava-se a um discurso ordenado e harmônico que, desde a posse de Alberto Silva, vinha preenchendo as páginas dos jornais teresinenses.

O Piauí passava a ser anunciado como um “canteiro de obras”, sob a ótica que o “progresso” - estampado na bandeira nacional - finalmente chegava ao estado. Afirmava-se que o programa de construções no Piauí, a cargo da Secretária de Obras Pública, não tinha precedentes na história do estado. Conforme a fala do governador, “a partir de 15 de marços de 1971 o Governo deflagrou a execução de esquema de construções tão vasto, que em se conhecendo sua extensão pode-se pensar no Piauí como um grande canteiro de obras”.²⁹⁰

de seu adversário político ao governo que ele pretendia assumir porque na época “imperava a força dos coronéis”, contra a qual Portella não podia se opor, restando-lhe apenas a resignação para aceitar a decisão do governo central. *Ver*: FONTINELES, Cláudia Cristina da. **O Recinto do Elogio e da Crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 80.

²⁸⁹ PETRÔNIO: No Piauí se aprende lição de brasilidade. Teresina: **O Estado**, 13 jan. 1972, p. 2.

²⁹⁰ PIAUÍ: Grande canteiro de obras. Teresina: **O Estado**, 15 mar. 1972, p. 2.



Figura 7: Manchete do jornal *O Estado*²⁹¹

Além do “progresso” também se afirmava que o Piauí buscava a “ordem” - numa nova referência ao símbolo da soberania nacional -, a partir da aliança entre o governo estadual e a Polícia Militar. O comando da força ostensiva policial estava a cargo do Coronel Canuto Tupy Caldas, ficando sob sua tutela a incorporação de 38 segundo-tenentes da Reserva do Exército e 130 recrutas, ainda no transcurso do primeiro ano do governo de Alberto Silva, tendo em vista suprir a deficiência de pessoal da corporação.

O jornal *O Estado* detalha os aspectos dessa união, apontando que o governador rompe a tradição de promessas e não espera acontecer, ele “desperta a gloriosa Corporação do pesadelo que tanto a afligia e marginalizava”, vejamos:

O Governo ALBERTO SILVA voltou as suas atenções para a polícia Militar, em termos objetivos arrancando-a do marasmo e da marginalização em que se encontrava há muitos anos, para o que contou e vem contando com a força de vontade, a capacidade e a decisão incontida numa rara inteligência do seu eminente Comandante Geral - Sr. CEL. CANUTO TUPY CALDAS, portador de invejáveis qualidades de militar e de larga experiência e visão no campo administrativo.

No seu esquema de operação o grande Governador foi por demais feliz na escolha que fez para o Comando da briosa Corporação – como para as demais secretarias – em razão do que, já no primeiro ano do seu Governo os piauienses se sentem – diante de uma equipe assim autêntica – confiantes, muito otimistas e até surpresos ao certificarem-se de que existem ORDEM e PROGRESSO tão avultados que preocupam os que estavam acostumados ao emprego do “paliativo”.²⁹²

Conforme o padrão observado em matérias desse cunho narrativo, publicadas nesse diário, o texto não apresenta assinatura autoral. A ênfase dada ao comando governamental não poupa elogios e incide novamente na mensagem de otimismo e confiança. Torna-se evidente a necessidade de afirmação do período vivenciado em contraposição aos anos antecedentes, registrando no presente vivido um momento de

²⁹¹ Idem.

²⁹² ORDEM e progresso no Governo de Alberto Silva através da Polícia Militar. Teresina: *O Estado*, 15 mar. 1972, p. 4.

ruptura e perspectivas promissoras, cujos sintomas poderiam ser observados através das ações do poder público.

Entretanto, não eram todos que concordavam com esse viés otimista, vozes dissonantes buscavam ser ouvidas num momento em que os discursos eufóricos imperavam. Uma dessas vozes pertencia ao deputado Nogueira Filho que, através de um pedido direto ao diretor do jornal *O Estado*, conseguiu ter sua opinião publicada. Contudo, o periódico deixou bem claro que se tratava se uma posição pessoal, diferentemente da postura adotada em textos pró-governo (predominantemente publicados sem assinatura).

Do deputado Nogueira Filho, do MDB, recebemos a seguinte missiva, com pedido de publicação:

Senhor diretor de O ESTADO

Não é preciso ser “expert” em política econômica para se chegar à dolorosa conclusão de que o Piauí não está se desenvolvendo, mas sim crescendo desordenadamente alguns dos seus centros urbanos, com o esvaziamento cada vez maior da zona rural. Aumenta o desemprego e o desespero, corrida da zona rural para as cidades. No Piauí, já se perderam muitas oportunidades de arrancar para o progresso porque os nossos Governadores foram incapazes de pensar e agir realisticamente. [...] Alardeia-se, nos 04 cantos do país, através dos jornais bem pagos do sul, que o Piauí é LÍDER em tudo, quando, em verdade, não vem acompanhando o ritmo acelerado do desenvolvimento nacional sem obras de luxo no campo das realizações do Poder Central, mas no alevantamento econômico da nação, com investimentos maciços nos setores de infra-estrutura.

O Piauí vai muito ruim. E o Governo, com a sua numerosa caravana, segue indiferente aos setores econômicos principais, que, frágeis, não podem reagir sozinhos. A situação é triste, dramática – do povo – do Governo, não!²⁹³

A dura constatação de Nogueira Filho assinalava um crescimento ilusório no estado do Piauí, irradiado a partir de alguns centros urbanos, enquanto a zona rural era negligenciada. A noção de Teresina como um “cartão de visitas piauiense” pode reforçar essa tese, tendo em vista a concentração de obras e o investimento orçamentário na capital. Todavia, a denúncia de Nogueira Filho não foi explorada pelo jornal, limitando-se apenas à publicação do texto numa das páginas finais do diário (página 6). A posição foi sufocada em meio a uma numerosa série de matérias otimistas que alardeavam: “Ninguém vai segurar o Piauí”; “O Piauí aceitou o desafio do progresso”; “O Piauí

²⁹³ DEPUTADO Nogueira: Piauí vai muito mal. Teresina: **O Estado**, 13 jan. 1973, p. 6.

participa do milagre econômico”; “Piauí na arrancada do progresso”; dentre muitas outras.

Vale ressaltar que Nogueira Filho foi um dos partidários políticos piauienses que teve o mandato cassado durante o transcurso do golpe de 1964, juntamente com Celso Barros Coelho e José Alexandre Rodrigues. Conforme levantamento feito por Francisco Alcides Nascimento, o deputado pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e representava a região norte do estado, proveniente da cidade Pedro II.²⁹⁴ Os deputados foram enviados à Comissão de Constituição e Justiça e ali tiveram suas condições apreciadas:

Assim, num ambiente de total e indisfarçável constrangimento, em um único voto contra as cassações, disseram SIM trinta e dois deputados. Na mesma ocasião sem chance de defesa, foram cassados os suplentes Honorato Gomes Martins, Antonio Ubiratan de Carvalho e José Francisco Paes Landin.²⁹⁵

Os parlamentares piauienses juntaram-se a uma vasta lista de políticos que tiveram seus direitos cassados pela “Operação Limpeza” que, sob o discurso de “eliminar subversivos”, buscava neutralizar os partidários do presidente destituído, Jango: “É como se, à medida que o regime ia se consolidando, fossem caindo, primeiro as garantias jurídicas, e, em seguida, as possibilidades de negociação política”.²⁹⁶

Conforme podemos observar, os deputados piauienses que tiveram seus mandatos cassados pertenciam ao PTB, sigla extinta com a criação do sistema bipartidário pelo comando militar brasileiro. Os filiados a essa legenda, em sua maioria, integraram-se ao MDB, muito embora demonstrassem descontentamento com o novo sistema, apontado um “descompasso entre o bipartidarismo e a diversidade de posições políticas existentes”.²⁹⁷

Essa reclamação ajuda a compreender a criação das sublegendas partidárias, permitindo que as lideranças dos antigos partidos, agora alocados num único (como no caso do PSD e UDN, base da ARENA), pudessem disputar os votos dos eleitores de cada município, sobretudo nas eleições para prefeitos, tendo em vista que o AI-2 acabou com as eleições diretas para governadores de estado e presidente da República.

²⁹⁴ NASCIMENTO, Francisco Alcides. A arte de narrar: memórias dos presos políticos em Teresina nos anos de 1964. In: EUGÊNIO, João Kennedy; RÉGO, Ana Regina. **Regimes ditatoriais**: comunicação, cultura e memórias. Teresina: EDUFPI, 2016, p. 225.

²⁹⁵ Ibidem, p. 226.

²⁹⁶ GRINBERG, op. cit. 2009, p. 54.

²⁹⁷ Ibidem, p. 63.

É certo que uma das dificuldades para a organização da Arena era o tamanho do partido. Muitas lideranças políticas naquele momento queriam e/ou precisavam apoiar o governo, enquanto o MDB passava pelo problema inverso. Faltavam nomes para o partido poder se inscrever oficialmente. Entretanto, os estudos acadêmicos não consideram esse fato como um sinal positivo, no sentido de apoio ao movimento de 1964, mas apenas como um indicador negativo, de adesismo. [...] A composição com as estruturas partidárias era extremamente importante porque organizava as disputas locais e estaduais. Assim, ao mesmo tempo que os militares formulavam uma composição entre políticos egressos dos variados partidos extintos, garantiam a representação das tradicionais oligarquias nos estados e nos municípios, assegurando extenso apoio civil ao novo regime.²⁹⁸

Essa diferenciação entre as lideranças políticas que formavam a ARENA em cada estado ajuda a compreender, por exemplo, as possíveis divergências entre Alberto Silva e Petrônio Portella, no Piauí. Ambos representavam grupos políticos com trajetórias distintas e com forte articulação no comando federal, sendo compreensível o descontentamento mediante a opção por qualquer um dos lados. Esse aspecto revela uma problemática bem específica de um cenário sem eleições diretas e expressão política do cidadão através do voto.

Todavia, essas contraposições deveriam permanecer silenciadas em prol de um discurso homogêneo que ajudasse o Piauí a enfrentar o “desafio da urbanização”. Essa seria uma das principais pautas discutidas pelo jornal *O Dia*, contemplando as vicissitudes inerentes ao projeto de reestruturação da malha urbana de Teresina e as opiniões de agentes políticos locais e federais.

3.3. “O desafio da urbanização” entra no plano editorial

O jornal *O Dia* iniciou seus trabalhos em Teresina em 1951, como um matutino dominical, com redação e oficinas próprias à rua Lisandro Nogueira. Nesse primeiro momento o seu diretor e proprietário era Raimundo Leão Monteiro; o periódico foi adquirido pelo Coronel Octávio Miranda em 1964, passando a circular diariamente sob direção do jornalista Deoclécio Dantas. Nessa segunda fase o jornal aumenta o seu formato, passando de 8 para 14 páginas, com tiragem de aproximadamente 500 exemplares.²⁹⁹

Conforme a definição de Cláudio Bastos, responsável pelo *Dicionário Histórico Geográfico do Piauí*, o jornal *O Dia* seria um órgão “político e noticioso”. Suas pautas

²⁹⁸ GRINBERG, op. cit. 2009, p. 85.

²⁹⁹ BASTOS, op. cit. 1994, p. 300.

contemplavam aspectos da vida cotidiana na capital piauiense e as principais movimentações políticas do cenário nacional.

Ao nos debruçarmos à análise dos seus números podemos observar a questão do desenvolvimento urbano como uma das principais chaves discursivas, partindo de um norte onde o poder executivo, estabelecido a partir de 1964, atuaria como coordenador dessas benéficas.

Em matéria publicada no segundo semestre de 1972, quando se aproximava o aniversário da capital piauiense, o jornal situava pela fala de agentes políticos que os principais êxitos obtidos naquele contexto eram produtos da “revolução”:

O senador Lourival Baptista (ARENA-SE) apontou a unidade de ação dos três Governos Revolucionários como principal fator dos êxitos obtidos, nesses oito anos, pelo Movimento de 31 de março de 1964. O Ex-governador do Sergipe fez um balanço das realizações da Revolução, mostrando que os frutos até aqui colhidos indicam que o nosso país está caminhando aceleradamente para o seu desenvolvimento, proporcionando a todos os brasileiros bem-estar social e tranquilidade.

Aludindo ao Governo Castello Branco, disse o parlamentar da ARENA sergipana que sua escolha para chefiar o Executivo “foi uma bênção da Providência divina”. Assinalou que com sua inteligência e capacidade política e raro conhecimento dos problemas brasileiros, Castello Branco foi o homem adequado àquele momento. Destacou as profundas reformas empreendidas em todos os setores da vida nacional pelo Marechal Castello Branco, dizendo que o mesmo se dá “com relação ao segundo Presidente da Revolução, o saudoso General Costa e Silva, a cuja memória devo, também, profundo sentimento de gratidão”.

Referindo-se, finalmente, ao Governo Médici, o Senador Lourival Baptista ressaltou que suas realizações em favor do desenvolvimento brasileiro são tantas que até os até os incrédulos as podem regar. Lembrou, a propósito, no campo social, o PROTERRA, o PIS, o PASEP, o PROVALE e tantos outros programas “com quem conduz o desenvolvimento econômico simultaneamente a integração sócio-econômico deste imenso País”.³⁰⁰

Ao esmiuçarmos a análise desse discurso poderemos constatar o emprego de mitos e mitologias políticas como o da “unidade”, apresentado em consonância com o fundamento religioso, propõe uma visão mística de uma grande integração a ser conquistada. Através dessa proposição constrói-se uma narrativa gloriosa, onde a “revolução” proporcionou uma maravilhosa transformação na estrutura do país, “o geral prevaleceu sobre o particular”³⁰¹, uma coesão dominadora.

³⁰⁰ NOTAS políticas. Teresina: **O Dia**, 11 ago. 1972, p. 3.

³⁰¹ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 157.

Sendo assim, “é preciso abarca-la em seu conjunto. Cada uma das partes que a compõem só pode ser compreendida em relação ao todo na qual se insere, enquanto elemento constitutivo de uma harmonia global que lhe confere e à qual fornece toda sua significação”.³⁰²

Essa composição narrativa situa as dificuldades e percalços como desafios a serem superados em prol do projeto integrador. Nesse sentido, o trabalhador assalariado é apontado como uma peça importante que compõe essa engrenagem rumo ao progresso: “o operário brasileiro já não é a parte fraca no jogo dialético do desenvolvimento e do progresso, mas o segundo polo de criação de riqueza, de que ele participa através de garantias legais.”³⁰³

As garantias mencionadas na matéria do jornal *O Dia* são associadas ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social que, conforme o texto, preferiu aproximar-se do homem brasileiro e dar um passo em sua direção, através de uma política trabalhista que evitasse o “vozerio de atos ruidosos e manifestações esfuziantes”³⁰⁴ como os vistos no passado recente. A matéria não destrincha os direcionamentos dessa política trabalhista, contudo é sintomático observarmos o desejo de silenciar o vozerio de falas dissonantes, conduta típica de um estado autoritário e repressivo.

Por outro lado, a narrativa da integração era amplamente destrinchada nas páginas do diário, colocada em pauta como um objetivo a ser alcançado tanto no âmbito nacional quanto local. Essa última se daria a partir duma aproximação entre a “urbes e a zona rural”.

A integração de Teresina em perfeita harmonia no conceito “cidade-campo”, interligados por estradas indispensáveis ao escoamento da produção agrícola, constituiu a tônica do discurso Sr. Prefeito Joel Ribeiro, comemorando o centésimo vigésimo aniversário da capital piauiense. Nota-se a preocupação do Governador da Cidade, com relação ao abastecimento de víveres suficientes à sobrevivência biológica, ao consumo inadiável e de importância vital.

Os municípios distantes: Corrente, S. Filomena, S. João do Piauí, Caracol e S. Raimundo Nonato, ainda não conseguem vender lucrativamente seus produtos, na razão direta da carestia dos fretes rodoviários. Alguns exportam gados, cereais e diversos gêneros para os mercados de Pernambuco, Goiás, Bahia, Maranhão e Ceará, conforme a distância, ou melhor, à proximidade.³⁰⁵

³⁰² Ibidem, p. 158.

³⁰³ VALORIZAÇÃO do trabalhador. Teresina: *O Dia*, 13/14 ago. 1972, p.3.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ LEÃO, Fabrício de Arêa. Vozes da cidade: a urbes e a zona rural. Teresina: *O Dia*, 20/21 ago. 1972, p. 3.

Conforme o apontamento de Fabrício Arêa Leão³⁰⁶, jornalista pertencente a uma tradicional família piauiense, o desejo da integração interestadual aparecia como um alvo a ser alcançado pelo prefeito teresinense, Joel Ribeiro; contudo, a prática evidenciava uma fragilidade na rede de transportes que ligava o interior à capital do Piauí. Nesse sentido, eram muitas as cidades piauienses que optavam por escoar a sua produção através do contato com estados vizinhos, evitando onerosos custos com fretes.

A questão do setor rodoviário piauiense passava a figurar como uma pauta importante, sendo inclusive levada até a Câmara Federal a partir da fala parlamentares como a do deputado Milton Brandão³⁰⁷:

Sr. Presidente. Srs. Deputados, o nosso pronunciamento na tarde de hoje se prende, mais uma vez, a assuntos da nossa região. Esou regressando do meu Estado, o Piauí. Durante um período de dez dias, pude entrar em contacto com a população piauiense, visitar empreendimentos que ali estão sendo feitos pelo Governo Federal. Passando pela cidade de Picos, hoje um grande entroncamento rodoviário e, em breve o maior de todo o Nordeste, foi-nos possível ouvir o Comandante do 3º BEC, Coronel João Almeida, a respeito dos trabalhos da Transamazônica e de outros serviços rodoviários confiados àquele Batalhão. [...] Aplaudimos por isso, a iniciativa do Governos de integrar efetivamente ao Território grande faixa do nosso País possivelmente, cobiçada por países estrangeiros. Trata-se de um gesto patriótico do Governo, uma atitude nobre e alto alcance social, político e administrativo.³⁰⁸

Nesse primeiro trecho do discurso o deputado optou por exaltar o andamento da obra rodoviária conduzida pelo governo federal, no tópico seguinte ele busca advertir acerca de alguns problemas que afligem o Piauí nesse mesmo setor:

Entre Picos e Floriano, dentro do território piauiense, que nós consideramos também como uma retaguarda da Transamazônica, porquanto em Picos está situada a estaca Zero daquela rodovia, esse traçado está há muitos anos abandonado, precisando de conservação em quase todos os seus trechos. Esta a razão por que, neste instante, permitimo-nos mais uma vez lembrar ao Ministério dos Transportes, através do seu titular Ministro Mário Andreazza, ao diretor do DNER Engenheiro Elizeu Resende, a necessidade da recuperação imediata, Aliás, devo dizer propósito desse comentário, que uma verba de 10

³⁰⁶ Fabrício de Arêa Leão de Carvalho – Nascido 22-08-1917 em Teresina, onde faleceu 05-12-1982. Motorista do Ministério de Agricultura (Rio de Janeiro), cidade em que fez os cursos de filosofia, teosofia e sociologia. Funcionário dos Correios e Telégrafos e da E. F. Central do Brasil. Redator chefe do “Diário Oficial”, de “O Piauí” (1945) e “A Luta” (1955). Colaborou, ainda, em jornais de notícias de São Luís e do Rio de Janeiro. Um dos fundadores de Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí (1953). **Ver:** BASTOS, op. cit. 1994, p. 43.

³⁰⁷ Tertuliano Milton Brandão – Nascido 29-07-1916 em Pedro II, faleceu 01-08-1985 em Brasília. Prefeito de Pedro II (1938-1945), deputado estadual (1935/7 a 1947/51), vice-governador e presidente da Assembleia Legislativa (1951/5). Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Deputado federal (1954/85, exceto 1975/9, quando ficou como 1º suplente). **Ver:** BASTOS, op. cit. 1994, p. 84.

³⁰⁸ MILTON Brandão na defesa do Piauí. Teresina: **O Dia**, 24/25 set. 1972, p. 4.

milhões de cruzeiros havia sido incluída no orçamento para conservação desse trecho. Desconhecemos as razões pelas quais não chegou ao Terceiro Batalhão de Engenharia, não lhe permitindo, portanto, conservar trecho tão importante para a economia piauiense e nordestina, porquanto possibilita a ligação das capitais do Nordeste com o grande centro amazônico.³⁰⁹

Os apontamentos do deputado Milton Brandão revelam uma face oculta do projeto desenvolvimentista, marcada pelo descaso com algumas localidades e o desaparecimento de recursos orçamentários. Apesar da linguagem respeitosa de Brandão para dirigir-se aos colegas parlamentares, torna-se notório o desafio enfrentado no setor rodoviário do interior piauiense.

Nesse sentido, o investimento em infraestrutura não era compreendido como mero empreendimento desenvolvimentista, mas também como um desafio.



Figura 8: Matéria do jornal *O Dia*³¹⁰

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ O DESAFIO da urbanização. Teresina: **O Dia**, 21/22 jan. 1973, p. 5.



Figura 9: Matéria do jornal *O Dia*³¹¹

Ao analisarmos o conteúdo veiculado no jornal *O Dia* no início de 1973 podemos observar uma série de matérias vinculadas ao plano urbanístico, onde são apontados alguns desafios atrelados a esse fenômeno. O primeiro tópico abordado é o crescimento populacional das capitais, em grande medida ligado aos fluxos de “migração interna”, onde grandes contingentes de cidadãos deslocam-se do campo com destino à cidade: “eis aqui uma resultante das migrações internas, que se fixam desordenadamente nos centros urbanos contribuindo para o acelerado crescimento populacional das grandes cidades e forjando o despovoamento da zona rural.”³¹²

Conforme a discussão do jornal *O Dia* esse contexto estava marcado por uma forma imprudente de migração, traduzida pela ideia de “tentar a sorte”, dos quais muitos sujeitos deslocavam-se e entregavam-se aos trabalhos braçais na esperança do enriquecimento, acabando por voltar às suas terras pobres e martirizados como saíram. Outros permaneceriam nos centros urbanos, todavia em condições precárias e “marginalizados”.

E explica mais o documento que grande parte desses deslocados vai construir o grupo dos habitantes marginalizados à urbanização desses grandes centros. Essa marginalização, como já dissemos anteriormente, é feita pela formação de aglomerados ou favelas, sem qualquer

³¹¹ O DESAFIO da urbanização. Teresina: *O Dia*, 21/22 jan. 1973, p. 6.

³¹² Idem

condição de habitação, saneamento, afinal, sem receber os benefícios de serviços públicos.³¹³

Apesar do apontamento dessa problemática prevaleciam as narrativas otimistas acerca desse cenário que o país vivenciava. Ecoavam, diariamente, os discursos de personalidade políticas que associavam esse período a um capítulo especial, que deveria ser comemorado, na história do Brasil:

Não resta a menor dúvida de que o Brasil experimenta, de uns anos para cá, extraordinário surto de progresso, o que pode ser comprovado pelo índice e pelas estatísticas econômicas – afirmou, o deputado João Linhares (ARENA – SC).

“Hoje estamos conscientizados que, para conseguirmos tal estágio econômico, conservá-lo e melhorá-lo cada vez mais, a fim de atingirmos a meta sonhada e desejada, todos deram e o farão até quando for necessário, a sua cota de sacrifício. Sem sacrifícios não há desenvolvimento.”³¹⁴

A narrativa vinculada ao plano religioso do sacrifício torna a emergir no discurso político. Nesse sentido ele ganha contornos como um *ato de comunicação*, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos: “aqui, o discurso político dedica-se a construir imagens de atores e usar estratégias de persuasão e sedução, empregando diversos procedimentos retóricos.”³¹⁵

Constatamos o prevalecimento de narrativas eufóricas nas páginas do jornal *O Dia* que situavam o Piauí como um estado em pleno desenvolvimento, caminhando junto ao progresso.

³¹³ Idem.

³¹⁴ DEPUTADO analisa desenvolvimento. Teresina: *O Dia*, 30 já. 1973, p. 2.

³¹⁵ CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 40.



Figura 10: Matéria do jornal *O Dia*³¹⁶

A fotografia anterior acompanha um editorial especial publicado no primeiro semestre de 1973, ocasião onde representantes públicos como o Ministro João Paulo Reis Veloso e o governador Alberto Tavares Silva se reuniam para confraternizar acerca dos direcionamentos políticos dados ao estado do Piauí. Conforme o texto que compunha essa matéria “o Piauí de hoje é um novo Estado onde o desenvolvimento implantou-se com toda a sua força pelo empenho de seu governo e de seu povo, dando a todo o Brasil o exemplo da tenacidade que somos capazes”.³¹⁷

Conforme a matéria essa “arrancada para o progresso” só teria sido possível devido ao comando militar e ao envolvimento dos cidadãos nesse projeto:

Dentro de uma programação objetiva e consciente com o plano de reorganização proporcionado pela Revolução, em todo País, o Governador Alberto Silva trouxe para o Piauí um novo sentido de vida e de progresso.

Levantando a opinião popular para um nível de autovalorização de sua capacidade, cabe ao Governador o grande mérito de ter despertado os piauienses para a arrancada do desenvolvimento nacional, livres de antigas e pesadas pejas e com ânimo renovado pela certeza de que, verdadeiramente, querer é poder, mesmo quando pouco se tinha para o início das grandes obras propostas pelo Chefe do Executivo estadual. E assim partiu o povo, seguindo o comando governamental, unido em seus propósitos rumo às realizações que, hoje, consagram o valor do Piauí.³¹⁸

³¹⁶ PIAUÍ caminha a passos largos com progresso. Teresina: *O Dia*, 19 fev. 1973, p. 4.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Idem.

Constatamos o destaque dado ao papel do indivíduo nesse projeto, compreendido como uma peça-chave na engrenagem que movimentava essa máquina rumo ao progresso. Seu envolvimento no projeto era visto como primordial, mesmo que em alguns momentos isso representasse um sacrifício para que o motor não pare.

Dessa forma, fazia-se necessário criar os contornos de um sujeito ideal que colaborasse com os objetivos políticos que se buscavam alcançar.

Ao longo de todo esse período, muitos brasileiros tiveram sua liberdade invadida, até mesmo ao ler um jornal podia-se ver aquilo que era definido como o comportamento ideal. O “cidadão ideal” devia amar a família, não cultivar vícios, frequentar a igreja e temer o comunismo.

Os jornais teresinenses ajudaram a traçar o pequeno perfil de um cidadão comum, alimentando diariamente suas colunas com uma verdadeira politização do cotidiano, articulando hábitos que deviam ser cultivados e condutas reprováveis. Sequer os cortes de cabelo escapavam a essa narrativa, apresentando aquilo que era adequado a cada gênero.

4. PAUTA III: “PEQUENO PERFIL DE UM CIDADÃO COMUM”: A POLITIZAÇÃO DO COTIDIANO

*Era um cidadão comum como esses que se vê na rua
 Falava de negócios, ria, via show de mulher nua
 Vivia o dia e não o sol, a noite e não a lua
 Acordava sempre cedo, era um passarinho urbano
 Embarcava no metrô, o nosso metropolitano
 Era um homem de bons modos:
 "Com licença, foi engano"
 Era feito aquela gente honesta, boa e comovida
 Que caminha para a morte pensando em vencer na vida
 Era feito aquela gente honesta, boa e comovida
 Que tem no fim da tarde a sensação
 Da missão cumprida
 Acreditava em Deus e em outras coisas invisíveis
 Dizia sempre sim aos seus senhores infalíveis
 Pois é, tendo dinheiro não há coisas impossíveis
 Mas o anjo do Senhor, de quem nos fala o Livro Santo
 Desceu do céu pra uma cerveja, junto dele, no seu canto
 E a morte o carregou, feito um pacote, no seu manto
 Era feito aquela gente honesta, boa e comovida
 Que caminha para a morte pensando em vencer na vida
 Era feito aquela gente honesta, boa e comovida
 Que tem no fim da tarde a sensação
 Da missão cumprida
 Que a terra lhe seja leve³¹⁹*

Nesse fragmento do texto buscamos analisar um outro lado dos discursos políticos veiculados na imprensa teresinense. No capítulo anterior centralizamos nossa análise a aspectos estruturais da política, narrados através de intervenções no espaço público e das falas de agentes políticos. Nesse momento nos dedicaremos à análise de uma política vinculada às sutilezas do cotidiano, diluídas em questões comportamentais, religiosas e familiares. Buscamos entender como essas questões se conectam a um projeto de poder e

³¹⁹ BELCHIOR, Antonio Carlos. Pequeno perfil de um cidadão comum. In: **Belchior ou era uma vez um homem e seu tempo**. Rio de Janeiro: WM Brazil, 1979.

como as palavras são organizadas para influenciar os hábitos dos sujeitos individualizados.

O poeta cearense Antonio Carlos Belchior descreve em sua canção as minúcias do cotidiano daquilo que ele considera um “cidadão comum como esses que se vê na rua”. Trata-se de um sujeito simples, preocupado com as normas sociais, seguindo os trilhos de uma vida adequada e sem desvios, dedicado ao trabalho e buscando sorrir no intervalo de tudo isso. O cidadão descrito pelo poeta é um sujeito de fé, crente em Deus e em outras coisas invisíveis, como o Estado. Dizia sempre sim aos seus senhores infalíveis, fosse o patrão, o padre, o pastor ou os dirigentes políticos. Condições que o levaram para a morte enquanto pensava em vencer na vida.

Nos capítulos anteriores, abordamos o discurso político através de diferentes aspectos, apontando a fé como um elemento narrativo empregado de maneira estratégica pelo governo militar, tendo em vista o deslocamento da resolução dos problemas para um momento póster, compreendendo o presente como um momento de abnegação e sacrifícios.

Cabia ao indivíduo, insuflado pelo espírito nacionalista, um exercício de renúncia em prol de uma causa maior: tanto dos seus direitos políticos, conforme vimos abordando ao longo do texto, como das suas liberdades individuais, os seus hábitos de beber, fumar ou cultivar uma cabeleira.

Nessas circunstâncias, os jornais que analisamos exerceriam um papel interessante, considerando que não somente noticiavam os eventos ocorridos, eles também se propunham a construir opiniões. Conforme o sociólogo Pierre Bourdieu, esses suplementos informativos podem ser considerados, ao mesmo tempo, de *news*, que dão notícias, variedades, e como de *views*, que dão pontos de vista, análises.³²⁰

Constataremos, portanto, uma confluência de análises e opiniões que desaguam num sujeito heterossexual, cristão, distante de vícios, trabalhador, centrado na família e, sobretudo, avesso ao comunismo. O pequeno perfil do cidadão comum é constituído pelo aprisionamento do indivíduo a um rótulo ideal que deve ser incessantemente ressaltado. O simples ato de um homem manter um cabelo longo era compreendido como um comportamento desviante que deveria ser repreendido e intimidado, como relata o poeta teresinense Torquato Neto:

- Polícia.

³²⁰ BOURDIEU, op. cit. 1997, p. 60

ora, eu agradei, mostrei meus documentos, o cara conferiu que era legal e estava em ordem e em seguida iluminou-se:

- olha, bicho, esse teu cabelo está muito grande.

aí eu saí na rua. primeiro na tijuca, onde as pessoas se divertem olhando. depois na cidade, onde as pessoas me cercaram na rua da assembleia e gritavam: *corta o cabelo dele* e tal. a gente pensa: vou tomar muita pancada dessa gente. eles olham com ódio para o meu troféu. meu cabelo grande e bonito espanta. espanta não, agride. e eu me garanto que eu não corto. um cara suado e de gravata, cara de ódio, passa por mim na conde de bonfim, cara de uns quarenta anos, cara de pai de família classe média típico nacional, passa no seu fusquinhasinho e quando me vê dá um berro: - cachorro cabeludo!

desci do ônibus e sai andando pela gomes freire. vinha uma senhora gorda fazendo compras com um garoto pequeno e um tipo – filho com jeito de funcionário sei lá de quê. de longe, enquanto eu vinha, eles já sorriam e cochichavam tramando. eu vi. bem na minha frente os três pararam e a vanguarda do movimento adiantou-se – era o garotinho. – é homem ou mulher? eu respondi: - mulher. o rapazinho, o outro, gritou. atenção: gritou. – cala a boca, cabeludo desgraçado! a mulher deu uma gargalhada e eu passei: inteiramente malucos, doidos varridos, doidos de pedra. aí, crianças, a gente declara novamente: são uns malucos. são uns loucos. são uns totalitaristas: cabeludo não entra. são uns chatos, são loucos, totalmente loucos e perigosos. ou não?³²¹

O relato do passeio, nada agradável, do poeta teresinense pela cidade do Rio de Janeiro nos permite compreender como o sujeito era intimidado a enquadrar-se no padrão desejado. Torquato aponta que seus documentos estavam legais e em ordem, ao ser abordado pelo policial, mesmo assim o agente da lei sentiu-se no direito de opinar acerca da sua aparência física, considerando seu cabelo muito grande para o perfil ideal de cidadão. Tal comentário mostrava-se recorrente onde quer que o transeunte passasse, gerando incômodo e represálias, alguns em tom mais acirrado.

A compreensão desse episódio nos permite entender a constância do olhar vigilante do estado, dissolvido através de cada indivíduo comum que exerce a função de sustentador da ordem, contestando aqueles que não se enquadram. Se falamos em “panóptico” no primeiro capítulo, pontuamos agora a noção de “sinóptico”.

O Panóptico, o grande instrumento para manter as pessoas juntas no que veio a ser conhecido como “sociedade” foi gradualmente substituído pelo Sinóptico: em vez de poucos vigiarem muitos, agora são muitos que vigiam poucos. A maioria não tem outra opção senão vigiar; com as fontes de virtudes públicas quase inexistentes, só se pode procurar uma razão para os esforços vitais nos exemplos disponíveis de bravura pessoal e recompensas para tal bravura. De modo que vigia de boa vontade, com gosto, e pede em alto e bom som mais coisas para vigiar.³²²

³²¹ TORQUATO NETO. Na segunda se volta ao trabalho. Coluna Geléia Geral, 13 de dezembro de 1971. Apud. CASTELO BRANCO, op. cit. 2005, p. 91.

³²² BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 64.

Conforme o sociólogo Zygmunt Bauman, o sinóptico constitui um panóptico tipo “faça você mesmo”, que seduz muitos a se preocuparem com poucos, ao invés de se contratar uns poucos para vigiar muitos. Seria a internalização do instrumento de vigilância no indivíduo comum, transformando o controle num método mais eficaz e econômico, desvinculada de um agente estatal. Assim, torna-se possível compreender que a repreensão ao cabelo de Torquato não seria apenas um comentário maldoso, mas a assimilação de um código político/social a ser seguido pelos cidadãos comuns do período.

Esse código era delimitado em torno duma postura “moral” a ser seguida, que para alguns sujeitos, como a hippie Thereza, constituía na verdade uma “pseudo-moral”. Thereza foi expulsa da capital piauiense em agosto de 1972, ao passar pela cidade enquanto “curtia o Brasil, sem lenço nem documento”. A hippie encontrou voz no jornal *O Estado* após ser repreendida acerca dos seus comportamentos por autoridades locais. Thereza foi enfática ao afirmar que para ela e suas amigas “de Porto Alegre a Fortaleza, a pior cidade pra gente foi Teresina, onde estamos sendo expulsas”.³²³

A justificativa para a expulsão não derivava de nenhum crime - muito embora elas fossem vistas como “fora-da-lei”³²⁴ -, devia-se simplesmente ao risco de suas condutas influenciarem a juventude local.

O DOPS entrou em nossa curtição! Temos instruções de nos separar no Piauí. Que jeito? Agora, cada uma vai curtir a sua. Depois, a gente se encontra no tempo e espaço. Legal? Tudo isso porque, ontem à noite, a turma parou o trânsito na Praça Pedro II. A autoridade achou que a gente podia contaminar “a juventude do Piauí”. Tem nada não!³²⁵

Ao empregar o termo “contaminar”, as autoridades teresinenses acabam por associar os hábitos *hippies* à uma doença, cujo o risco de contágio deveria ser evitado através do isolamento social, ou melhor: exclusão social. O tratamento dado a Thereza e as suas amigas enquadrava-as como pessoas acometidas por espécie de “doença moral”, mais estigmatizada que uma doença banal, tendo em vista que seria fruto de um desvio de conduta, um pecado. Nesse sentido, a separação do convívio social impunha às *hippies* uma condição semelhante à descrita por Franloise Beniac, ao analisar o medo da lepra na Idade Média:

³²³ HIPPIE diz que teresinense é quadrado. Teresina: **O Estado**, 10 ago. 1972, p. 07.

³²⁴ Um fora-da-lei, não porque tenha transgredido a lei, mas porque não há nenhuma lei que o possa reconhecer e proteger. Indivíduos, acrescenta Arendt evocando os apátridas, que são «supérfluos» aos olhos da comunidade das nações. Ver: TRAVERSO, Enzo. Usos políticos do passado, In: **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012, p. 115.

³²⁵ HIPPIE diz que teresinense é quadrado. Teresina: **O Estado**, 10 ago. 1972, p. 07.

A lepra permanece, portanto, como sinal da falta, ou pelo menos como o símbolo do pecado. A exegese medieval sublinha este significado e o vulgo fala de “lepra moral”. [...] Aceite ou rejeitado, o leproso é separado do convívio das pessoas sãs, expulso de casa.³²⁶

Esse estilo de vida, temido pelas autoridades teresinenses, é narrado pelo jornalista Zuenir Ventura como uma “viagem experimental”. A sua análise parte do ano de 1968 e contempla sujeitos que questionavam os valores institucionais que davam amarras ao dito “casamento burguês”: a monogamia, a fidelidade, o ciúme, a virgindade. Zuenir observa uma geração que abandona a segurança psicológica do lar e embarca numa aventura experimental, desvencilhando-se de compromissos impostos pela convenção social. Nesse âmbito, a experimentação comportamental não caminhava isolada de uma experimentação política.

A sua liberdade de “conhecer uma beleza que passa primeiro pelo feio” foi, aliás, uma experimentação revolucionária, que ajudou a criar um fenômeno na época: a valorização da estética kitsch. “Foi o ano em que experimentamos todos os limites” – lembra-se Cesinha – “em que as moças começaram a tomar a pílula, que sentamos na Rio Branco, que fomos para as portas das fábricas, que redefinimos os padrões de comportamento”. Parte dessa geração queria “trazer a política para o comportamento” e parte procurava levar o comportamento para a política. Um neo-existencialismo não pressentido na época convencia aquela juventude a rejeitar uma secular esquizofrenia cultural que separava política e existência, arte e vida, teoria e prática, discurso e ação, pensamento e obra.³²⁷

O jornalista Zuenir Ventura cita a fala de Luiz Carlos Lacerda, conhecido como “Bigode”, sujeito que personifica a transgressão ao modelo de cidadão desejado naquele contexto: “Você não pode imaginar o que sofria uma pessoa como eu, que era comunista, homossexual e transava droga.”³²⁸ É importante ressaltar que Luiz Carlos Lacerda era um diretor de cinema, pertencente a uma classe abastada da sociedade carioca, e filho do produtor de cinema João Tinoco Freitas. Apesar dessa camada protetora, Bigode não deixou de sofrer com os cerceamentos relativos a esse período, tendo militado junto ao Partido Comunista - PC, foi afastado após fumar maconha publicamente:

Bigode provou seu primeiro cigarro de maconha, um hábito então só reservado aos marginais de baixa extração social. Ele achava que podia ser ao mesmo tempo comunista, homossexual e consumidor de droga, por que não? “Eu não me conformava em transar essas coisas de maneira clandestina, eu não tinha noção de pecado.” O problema é que o PC tinha, e ele acabou tendo que abandonar a base na qual militava.

³²⁶ LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar – Editores, Distribuidores e Livreiros, 1985, p. 134.

³²⁷ VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p.19.

³²⁸ *Ibidem*, p. 18.

Uma de suas decepções foi reveladora da hipocrisia e do moralismo que o cercavam.³²⁹

O incidente envolvendo o afastamento de Bigode do Partido Comunista é emblemático, demonstrando como determinados comportamentos tornaram-se condenados e inadmissíveis em diversos núcleos sociais. Nesse sentido, o grande problema não seria o consumo de drogas, seria fazer isso de forma explícita, enquanto militante de um grupo político, por si só, estigmatizado como subversor dos costumes. O historiador Daniel Samways analisa arquivos acerca do *Comunismo Internacional* cujo discurso incide na associação da corrente política ao consumo de drogas:

Uma das armas mais sutis e sinistras do comunismo consiste em sua persistente atividade de corromper os costumes para debilitar o mundo democrático. A maior parte da produção de ópio e seus derivados é originária da China, e através de inúmeros canais clandestinos esparrama-se pelo mundo, produzindo lucros fabulosos e causando a desagregação das sociedades não comunistas. Um mundo dissoluto, entregue a drogas estupefacientes e alucinantes, não possui energia e integridade moral, indispensáveis para enfrentar a ameaça comunista.³³⁰

Conforme a análise de Daniel essa preocupação com a propagação de entorpecentes na sociedade emerge em meio as grandes transformações culturais da década de sessenta, que agitaram o mundo ocidental. “Em certa medida, essa difusão e aumento do consumo de drogas estava ligado mais diretamente a uma resposta da contracultura aos padrões morais e costumes burgueses, do que um grande plano comunista.”³³¹ As respostas oferecidas nos gestos da contracultura, desse contexto, podem ser interpretadas pela metáfora do copo-transbunde-libertário em oposição ao corpo-militante-partidário.

Pode-se dizer que, se o modo tradicional de fazer política pressupunha uma exclusão do corpo do cenário político, isto é, se o corpo-militante-partidário é uma máquina que apenas nos limites da política – estudantil, de partido, etc. – se torna dizível como, exclusivamente, um depositário da razão e da militância – ambas, como se depreende da fala de Augusto Boal, articulada à fé na existência de um “real verdadeiro” sob a capa do “real aparente” -, o corpo-transbunde-libertário, requebrante, desbundado, é um contraponto a este corpo militante. Mais do que gesticular dentro do universo político instituído por mudanças que não afetem aquele universo, mas apenas as posições dos sujeitos em seu interior – e naquele momento acreditava-se que o mundo era experimentado coletivamente, pela *classe* -, este corpo transbunde se oferece como depositário, em si, de uma nova possibilidade de relação

³²⁹ Ibidem, p. 25.

³³⁰ **Comunismo Internacional**. Setembro 1970. p. 1.4. Apud. SAMWAYS, op. cit. 2014, p. 113.

³³¹ RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 36. Apud. SAMWAYS, op. cit. 2014, p. 113.

não exatamente entre *nós* e *eles*, mas entre *eu* e o *mundo*, o que implicava uma politização do cotidiano que questionava as formas dominantes de pensamentos em suas dimensões microscópicas.³³²

Em grande medida, o corpo-transbunde-libertário inspirava muitos sujeitos e era incompreendido por outros. Podendo, até mesmo, fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Os próprios “transbundados” faziam questão de ressaltar, fosse através de letras musicais, poemas, desenhos e/ou quaisquer outros meios de expressão, o seu não-lugar³³³. Ressaltando as suas variadas formas de experimentar o cotidiano e achincalhando o modelo linear de identidade proposto pelas autoridades públicas, conforme podemos observar nessa canção/descrição do grupo *Novos Baianos* em 1972:

Vou mostrando como sou/ E vou sendo como posso /Jogando meu corpo no mundo/ Andando por todos os cantos/ E pela lei natural dos encontros/ Eu deixo e recebo um tanto/ E passo aos olhos nus/ Ou vestidos de lunetas/ Passado, presente/Participo sendo o mistério do planeta/ O tríplice mistério do stop/ Que eu passo por e sendo ele/ No que fica em cada um/ No que sigo o meu caminho/ E no ar que fez e assistiu /Abra um parênteses, não esqueça/ Que independente disso/ Eu não passo de um malandro/ De um moleque do Brasil/ Que peço e dou esmolos/ Mas ando e penso sempre com mais de um/ Por isso ninguém vê minha sacola.³³⁴

Nesse sentido, a expulsão da *hippie* Thereza da capital piauiense deriva propriamente do temor que a “lei natural dos encontros”, descrita na canção do grupo baiano, fosse levada a cabo em Teresina. As autoridades buscavam impedir que os jovens locais “recebessem um tanto” daquela conduta transgressora dos princípios pregados cotidianamente, através de meios como a imprensa escrita. Os periódicos em estudo apresentavam um empenho para delimitar o perfil desejado de cidadão comum, os *hippies* certamente distanciavam-se desse modelo.

4.1. “Tomara meu Deus, tomara. Uma nação solidária. Sem preconceitos, tomara. Uma nação como nós”

O enredo articulado pelas autoridades políticas e veiculado através da imprensa propunha uma conduta bem diferente à dos “transbundados”, em grande medida compreendidos como

³³² CASTELO BRANCO, op. cit. 2005, p. 78.

³³³ O espaço do não-lugar liberta de suas determinações habituais quem nele penetra. Ele não é mais do que aquilo que faz ou vive como passageiro, cliente, chofer. Talvez ele ainda esteja cheio de preocupações da véspera, já preocupado com o dia seguinte, mas seu ambiente do momento o afasta provisoriamente disso. Objeto de uma suave possessão, à qual se abandona com mais ou menos talento e convicção, como qualquer possuído, saboreia por um tempo as alegrias passivas da desidentificação e o prazer mais ativo da interpretação do papel. Ver: AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994, p. 94.

³³⁴ GALVÃO, Luís; PIRES, Antonio. Mistério do Planeta. In: **Acabou chorare**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1972.

sujeitos desconectados das convenções sociais e, portanto, isentos de nacionalismo. O “cidadão de bem”, por sua vez, deveria ater-se ao ideal de soberania nacional e conectar-se como peça da engrenagem que manteria o Brasil em movimento. Para tanto, representantes políticos, como o presidente Emílio Garrastazu Médici, faziam questão de manifestar-se em solenidades públicas, tendo em vista a exaltação desse espírito. A seguir poderemos analisar um trecho do pronunciamento presidencial, durante o transcurso das comemorações do Sesquicentenário da Independência, veiculado no Piauí através do jornal *O Estado*:

Voltamos o pensamento para os que, nas manifestações nativistas, nas lutas externas e fronteiriças nos movimentos precursores e nas guerras da Independência, ensinaram às sucessivas gerações que a soberania de uma nação não se outorga, não se recebe de presente, antes se conquista, se preserva e se amplia, com o trabalho, a inteligência, o idealismo, a renúncia e se preciso, o sangue de homens como todos nós. [...] Assim voltados para a História, sentimos que nós mesmos a fazemos com a nossa humildade, nossas canseiras e vigílias, nosso entusiasmo, nossas vidas. Daí por que estamos convencidos de que a Independência não foi o grande ato de um passado morto, mas que acontece todo dia no dever bem cumprido de cada um. [...] Voltando o pensamento a Deus, a quem devemos agradecer a inspiração, a altivez e a coragem, com que temos sabido ser nação livre e soberana, fazemos votos para que todos possam descobrir no encontro do Sesquicentenário, os caminhos da permanência deste momento, em que na união, na confiança; e na fé, os brasileiros de agora constroem a grandeza, vislumbrada no sonho dos precursores.³³⁵

Ao observarmos o discurso de Médici, podemos observar a constituição de alguns valores de referência voltados para si mesmo e para os cidadãos que o acompanham. Conforme Patrick Charaudeau, isso compõe uma estratégia do discurso político, denominada *ethos*, que utiliza, nesse cenário, imagens extraídas do afeto social, objetivando um processo de identificação junto ao projeto político: “essas imagens são destinadas a tocar o maior número de indivíduos, e viu-se que esse maior número é heterogêneo e vago do ponto de vista dos imaginários. É a razão pela qual, os políticos, jogam com valores opostos, até mesmo contraditório”.³³⁶ Essa estratégia pode ser observada no discurso presidencial quando Médici emprega ao mesmo tempo ideias de poder, ao falar da soberania, e ao mesmo tempo de modéstia, ao citar a renúncia; utiliza noções tradicionais, ao citar os antepassados, e planos de modernização, ao referenciar a fé na construção da grandeza nacional.

A partir da interlocução com Charaudeau, associamos a estratégia discursiva de Médici ao *ethos* de “potência”, um enredo denso composto de traços pessoais de caráter, corporeidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo relacionado às expectativas vagas do cidadão:

O *ethos* de “potência” é visto como uma energia física que emerge das profundezas terrestres, anima e impulsiona os corpos na ação. Ele nos remete à imagem de uma “força da natureza”, força telúrica contra a

³³⁵ A SOBERANIA de uma nação não se outorga, conquista. Teresina: **O Estado**, 25 abr. 1972, p. 3

³³⁶ CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 137

qual não se pode grande coisa. Esse imaginário não deve ser confundido como o do poder; este resulta de uma ação coordenada que tem por finalidade a organização da vida coletiva: “O poder jamais é um atributo individual; ele pertence a um grupo e continua a pertencer-lhe durante todo o tempo em que este grupo não for dividido”, enquanto a autoridade é relativa ao indivíduo.³³⁷

Nesse sentido, o *ethos* de “potência” adquire projeção através de um discurso uniformizante acerca dos corpos, que deviam trabalhar em consonância com o espírito nacional, tendo em vista a irredutível destinação do Brasil ao progresso, conforme podemos observar no trecho final do discurso de Emílio Garrastazu Médici: “na união, na confiança; e na fé, os brasileiros de agora constroem a grandeza, vislumbrada no sonho dos precursores.”³³⁸

Esse ideal, do indivíduo como peça da engrenagem que movimenta o Brasil, seria aguçado através de matérias na imprensa escrita, em jornais como *O Dia*. O discurso empregado declarava-se isento, ao passo que anunciava o homem como alvo essencial do Estado brasileiro, a partir de 1964, afastando-o de “atos ruidosos de manifestações esfuziantes ao gosto de um passado político já sepultado”.³³⁹

Quem quer que venha observando com isenção, o desenvolvimento e a dinâmica do Estado brasileiro, a partir de 1964, há de verificar que o homem é seu alvo essencial. O Estado o contempla como uma unidade substancial de corpo e espírito, cuidando, conseqüentemente, de assegurar-lhe saúde, condições de vida melhores, educação, segurança, enfim, uma situação de vivência compatível com a dignidade humana.³⁴⁰

Podemos observar, através dessa matéria, a centralidade que se busca dar ao indivíduo nesse contexto, focando simultaneamente no seu “corpo e espírito”, para construção de um cidadão “compatível com a dignidade humana”. A análise desse discurso, apesar de sua tônica situacionista, denota o desejo estatal de dominar as diversas esferas ocupadas pelo homem brasileiro, sob a justificativa de lhe proporcionar benefícios. O discurso impetuoso acerca do espírito ideal calhava práticas ligadas ao Cristianismo, conforme destacavam as matérias jornalísticas, ainda no transcurso das comemorações do Sesquicentenário de Independência:

Em parte alcançou o Brasil independência política e marcha para a conquista de independência econômica. Mas independência total está muito longe de ser alcançada. Em boa hora lançaram os batistas de nossa terra a campanha “Independência e Vida”. Visa esta um ponto

³³⁷ Ibidem, p. 138.

³³⁸ A SOBERANIA de uma nação não se outorga, conquista. Teresina: **O Estado**, 25 abr. 1972, p. 3

³³⁹ VALORIZAÇÃO do trabalhador. Teresina: **O dia**, 13 ago. 1972, p. 3.

³⁴⁰ Idem.

mais alto, infinitamente mais sublime em nossas aspirações. Queremos uma Pátria livre do jugo do pecado. E Só por Cristo alcançaremos esse supremo ideal. Veio ele ao mundo para debelar a força de Satanás na sua ânsia de escravizar os homens sob o jugo opressor do pecado. Cumpriu sua missão e voltou para o Pai. Sua Mensagem, entretanto, permanece no mundo como força propulsora do bem. O Homem é convidado a voltar-se ao Filho de Deus pela fé. E na proporção em que criaturas racionais vão aceitando o seu convite amorável e seguindo pelo seu caminho, libertam-se da opressão do pecado e alcançam a verdadeira independência e vida.

Bem disse Jesus: “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”.³⁴¹

Conforme esse escrito, publicado no jornal *O Dia*, o método para que o país alcançasse a “verdadeira independência” envolvia o vínculo das dimensões política e econômica às noções religiosas cristãs, pois apenas dessa forma seria erguida “uma Pátria livre do jugo do pecado”. A noção empregada nesse discurso aproxima-se daquilo que Raoul Girardet circunscreve como “idade do ouro”, no seu livro *Mitos e mitologias políticas*, “imagens de um passado tornado lenda, visões de um presente e de um futuro definidos em função do que foi ou do se supõe ter sido”.³⁴²

Girardet salienta que o passado a qual se referem nunca foi diretamente conhecido, confunde-se com um tempo não-datado, não mensurável, não-contabilizável:

Em suma, e de maneira geral, os contornos do mito revelam-se tanto mais difíceis de abarcar quanto os limites aparecem quase sempre singularmente impreciso entre o que pertence ao domínio apenas do pesar e o que pertence ao domínio também da esperança, entre o que não é senão evocação nostálgica de uma espécie de felicidade desaparecida e o que exprime a expectativa de seu retorno.³⁴³

Essa concepção pode ser esmiuçada ao observarmos o *pesar* do autor em relação ao pecado, que conforme seu discurso é uma mazela que escraviza os homens; ao mesmo tempo o autor situa uma mensagem de *esperança*, apontando a capacidade racional humana de compreender a ordem divina e seguir para um caminho amorável; tudo isso em consonância com a *evocação nostálgica* de um passado onde Cristo teria vindo ao mundo debelar as forças de Satanás. Nesse sentido, o mito da “idade do ouro” é cultivado como um sonho em direção a um passado de luz: surpreendente poder de reversibilidade do mito, participando ao mesmo tempo do retrospectivo e do prospectivo, no plano da lembrança, do pesar e no da espera messiânica.³⁴⁴

³⁴¹INDEPENDÊNCIA e Vida. Teresina: **O Dia**, 11 ago. 1972, p. 5.

³⁴² GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 97.

³⁴³ Ibidem, p. 103.

³⁴⁴ Ibidem, p. 104.

Ao analisarmos esse discurso, de um plano que lança os olhos sobre o futuro, torna-se latente a preocupação disposta às crianças e aos jovens, concebidos como os cidadãos do amanhã. A disciplina e a preservação infanto-juvenil tornaram-se assuntos sérios e dignos de atenção, contemplando debates acerca de sua saúde física e moral, noções de higiene corporal e educação cívica.

As discussões acerca do Sesquicentenário de Independência culminaram num “grande desfile” em Teresina, onde participaram os principais colégios da capital piauiense, exibindo faixas e cenas alegóricas, alusivas ao grito do Ipiranga. Na ocasião, a imprensa escrita, através do jornal *O Dia*, destacou a importância do engajamento juvenil, ao ressaltar a integração destes aos ideais governistas.

O esfuziante entusiasmo da mocidade, que se sente realizada e engrandecida em oportunidades como esta, mostra que ela realmente comunga dos ideais patrióticos com a plena consciência de sua missão na hora presente.

Nenhum povo pode prescindir do papel que desempenha a sua mocidade. Um povo de jovens, um povo que pode contar com um contingente valioso de moços e moças é o senhor do futuro. Alguns países da Europa defrontam-se hoje com um grande problema – a escassez de jovens em relação ao total de sua população. São países fadados a diminuir o seu potencial de grandeza material e espiritual.³⁴⁵

Conforme podemos observar, o discurso constrói a visão de um plano prospectivo, com ênfase na potencialidade juvenil, alinhada aos ideais cívicos. A matéria comparava, embora de forma vaga, a condição do Brasil e de países europeus, destacando seu vasto contingente de moços e moças, para afirmar a posição hegemônica que o país poderia ocupar no futuro. O jornal *O Dia* destacava que o Brasil não enfrentava o mesmo problema dos países europeus, cuja escassez de jovens indicaria uma crível diminuição do potencial:

Com o Brasil tal não acontece. A maior parte da sua população é constituída de gente jovem, o que dá ao futuro deste país uma dimensão ajustada às suas aspirações e aos seus objetivos. [...] Nas comemorações do Sesquicentenário é relevante o papel que desempenham os moços, não só pelas inumeráveis motivações que sugerem como pela direta participação, nas escolas e nas praças nas solenidades cívicas e nos circuitos de estudos, em tudo fazendo sobressair os traços marcantes de um idealismo que não se contenta com o circunstancial, com o meramente episódicos, mas procura projetar-se na perspectiva do tempo que é o responsável pelas objetivações da história.³⁴⁶

³⁴⁵ O GRANDE desfile. Teresina: *O Dia*, 06 set. 1972, p. 3.

³⁴⁶ *Idem*.

A relevância atribuída à participação da juventude nessas solenidades revela um trabalho de construção duma memória coletiva atrelada ao comando militar, analisada pelo cientista social Michel Pollak como um processo de “enquadramento da memória”. Conforme sua leitura, esse trabalho envolve por um lado a produção de discursos sistemáticos acerca de acontecimentos e personagens, e por outro a solidificação de resquícios materiais tais quais monumentos, museus, bibliotecas e até mesmo cerimônias cívicas: “vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade”.³⁴⁷ Nesse âmbito a memória exerce um papel aglutinador, através da confabulação de um sentimento de identidade.

Traçamos um paralelo com George Orwell, em sua obra literária *1984*, o autor assinala que as crianças eram instigadas sistematicamente a integrar as atividades do “partido”, passando a adorar tudo que tinha ligação a ele: as canções, as procissões, as bandeiras, as caminhadas. Em determinado momento da sua trama narrativa, Orwell avalia que as crianças passavam a adorar o partido de forma selvagem e incontrolável, de tal modo que “era quase normal que as pessoas de mais de trinta anos tivessem medo dos próprios filhos”³⁴⁸, tendo em vista que quase toda semana os “heróis-infantis”, como eram chamados, denunciavam os pais à “polícia do pensamento”, ao ouvir alguma declaração comprometedora dentro do lar.

Mostra-se substancial a energia despojada para circunscrever certos ideais tanto nessa juventude como nas demais parcelas sociais. A preocupação atribuída aos corpos jovens potencializava-se devido ao seu *status* em formação, ao qual se presumia uma suscetível inclinação para variadas experimentações. Nesse sentido, as autoridades políticas reprimiam possíveis fontes de subversão dos valores desejados, conforme podemos observar no episódio da *hippie* Thereza, considerada uma possível “contaminação” para a juventude do Piauí.

Prosseguindo na interlocução com a obra *1984*, de George Orwell, podemos traçar um paralelo entre os *Dois Minutos de Ódio* – veiculados diariamente pela *teletela* – e as matérias internacionais da imprensa escrita teresinense. Na obra literária o “inimigo do

³⁴⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 9.

³⁴⁸ ORWELL, George. **1984**. São Paulo: IBEP, 2003 p. 18.

povo” surgia na tela, apresentado como um renegado e traidor que provocava um misto de medo e repugnância no público.

O programa dos Dois Minutos de ódio variava de dia a dia, sem que porém Goldstein deixasse de ser o personagem central cotidiano. Era o traidor original, o primeiro a conspirar a pureza do Partido, todas as traições, atos de sabotagem, heresias, desvios, provinham diretamente dos seus ensinamentos. Nalguma parte do mundo ele continuava vivo e tramando suas conspirações: talvez no além-mar, sob proteção dos seus padrões estrangeiros; talvez até mesmo – de vez em quando corria o boato – nalgum esconderijo na própria Oceania.³⁴⁹

As matérias internacionais veiculadas no Piauí, por sua vez, variavam diariamente, sem que, porém, o Socialismo deixasse de ser o personagem central. Os escritos alternavam a localização, por vezes tratavam de Cuba, outrora da China ou da União Soviética, contudo mantinham um discurso permeado pela linguagem anticomunista.

O semanário *Estado do Piauí* publicava, arduamente, conteúdos que associavam territórios de inclinação comunista à fome e miséria. A importação de suplementos alimentícios, por países como a Rússia, era narrada como resultado da sua irresponsabilidade em gerir as prioridades produtivas da nação. A tônica anticomunista adotada nesses textos era capaz de deslocar a problemática da importação de produtos alimentícios para o campo político-ideológico, dando ênfase as supostas deficiências do sistema socialista:

O perito norte-americano em questões comunistas, Isaac Deutcher, analisando a política agrícola de Kruscher, explicou recentemente as causas reais do fracasso da agricultura russa: coletivização forçada, repressão policial e burocrática, falta de incentivos materiais aos camponeses, provenientes da natureza do próprio sistema socialista. A crise ainda é agravada pela prioridade que o atual governo russo está concedendo à indústria pesada de material bélico, apesar da dramática situação do povo.

Em palavra mais simples: um dos motivos, pelos quais os adeptos de Lenin produzem menos alimentos constitui o seu empenho em fabricar maior quantidade de armas.³⁵⁰

Embora as autoridades russas estivessem desembolsando valiosas quantias econômicas para importar cereais junto aos Estados Unidos, as matérias jornalísticas optavam por narrar o episódio como um ato solidário, e complementavam seu conteúdo problematizando a gestão da União Soviética e seu vínculo com países como Cuba.

³⁴⁹ Ibidem, p. 9.

³⁵⁰ CERAIS capitalistas para evitar a fome de comunistas. Teresina: **Estado do Piauí**, 20 fev. 1972, p. 2.

Contudo, enquanto Washington se prepara para derramar milhões de toneladas de cereais na infeliz pátria de Lenin, esta apressa-se a enviar armas e modernos navios de guerra para seu comparsa Fidel Castro, localizado nas barbas do gigante americano: esta íntima união foi reconhecida pelo próprio ministro da defesa de Cuba, Raul Castro, em transmissão da rádio Havana, captada em Miami, afirmou o ministro: “os estreitos vínculos entre Cuba e União Soviética vêm sendo reforçados dia a dia, enquanto Cuba desempenha um importante papel como primeiro país socialista da América”.

Cabe aqui uma pergunta: teria a Rússia possibilidade de auxiliar Cuba e outros países, do ponto de vista militar e econômico, se não fôsse as maciças e benévolas transações comerciais com os EUA?³⁵¹

A relação estabelecida entre os soviéticos e cubanos era constantemente criticada nas matérias publicadas pela imprensa teresinense. A localização geográfica de Cuba, próxima aos Estados Unidos, era sinônimo de preocupação para a corrente anticomunista. Temia-se que o movimento anti-imperialista, iniciado através da Revolução Cubana, servisse de exemplo para outros países na América. Conforme o historiador Florestan Fernandes, a experiência socialista de Cuba teria criado uma pequena *nação-problema* na América Latina que ousara ir longe, desafiando o colosso e derrotando-o.³⁵²

Florestan Fernandes observa que a posição egoísta, míope e agressiva dos Estados Unidos facilitou o “desenvolvimento de uma estratégia política que proporcionou à revolução cubana o próprio eixo pelo qual a descolonização poderia ser levada até o fundo e até o fim”³⁵³, a interferência estadunidense reascendia a *síndrome cubana*, o medo do retorno do colonialismo disfarçado.

Depois da conquista do poder pelos guerrilheiros, tanto privada quanto oficialmente os Estados Unidos responderam à guerrilha com guerrilha. Contavam com a hipótese de quem pode mais se desgasta menos e com a certeza de que os cubanos seriam incapazes de levar a descolonização até o fundo e até o fim. Ora, isso correspondia a encantar uma situação histórica nova à luz de experiências racionais políticas válidas para o *status quo ante*.³⁵⁴

Não tendo conseguido impedir o sucesso cubano, junto à experiência socialista, restava aos Estados Unidos a ação para dissuadir quaisquer possibilidades de proliferação dessa corrente ideológica que ameaçava sua hegemonia. Esse movimento anticomunista passava, em grande medida, pela descredibilização dos países socialistas através dos

³⁵¹ RÚSSIA receberá trigo norte-americano enquanto continua armando Cuba. Teresina: **Estado do Piauí**, 02 nov. 1972, p.1.

³⁵² FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1979, p. 93.

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ Ibidem, p. 92.

meios de comunicação. Hábitos e sentimentos considerados degradantes eram associados a esses territórios através de aparelhos como a Agência Boa Imprensa – ABIM, que tinha seus escritos republicados na íntegra através do jornal *Estado do Piauí*.

A ABIM mantém suas atividades no Brasil desde 1953 até os dias atuais e em sua plataforma digital define-se como “orientada pelo ideal evocado pela cruz e seu logotipo, com um jornalismo diferente, a ABIM procura apontar aquilo que muitas vezes é ocultado ou interpretado tendenciosamente”,³⁵⁵ suas colunas são divididas em tópicos no site, dentre os quais destacamos os seguintes: comunismo, criminalidade, cristianofobia, família, religião, revolução cultural, verdades esquecidas.

O envio de agentes soviéticos para a Cuba era narrado pela agência e compartilhado pelo jornal *Estado do Piauí* como “um exército de famintos”, associando a corporação militar desses países a um ambiente de “furto, embriaguez e frequentemente homossexualismo”.³⁵⁶ A matéria buscava provocar antipatia ao pensamento socialista e despertar o medo que outros países aderissem à corrente política.

Chegam da ilha aos centros de refugiados cubanos de Miami notícias de que em Cuba há um exército de 35 mil russos com cerca de 9 mil oficiais e muitos civis. Este enorme contingente mudou-se para Havana onde se instalou em centenas de casas especialmente construídas para recebê-lo nas proximidades da universidade de Villanueva.

Tantos russos lá certamente para contrabalançar os milhares de jovens cubanos que se recusam a prestar serviço e que por isso foram encarcerados. Estes jovens negam-se a pertencer à Coluna Juvenil do Centenário cujos milicianos se entregam ao furto, à embriaguês e frequentemente ao homossexualismo. (sic)³⁵⁷

A associação das baixas alimentícias à produção de armas, usada para referir-se à Rússia, seria adaptada para o contexto cubano, considerado um mundo alternativo: armado e faminto. Essas informações não apresentam dados que as confirmem, todavia são narradas como verdades estabelecidas, e jogam com a moral do pequeno cidadão comum, o trabalhador médio, heterossexual, sóbrio e honesto:

Por outro lado, persiste a escassez de alimentos na infeliz ilha. Enquanto o poder militar diminui tragicamente o poder alimentício de primeira necessidade. Os arados não sulcam a terra, mas nela se abrem trincheiras. Assim agem os comunistas cubanos como aliás todos os comunistas. Suas atividades fazem supor que preparam uma investida feroz de um mundo armado e faminto contra outro mundo desmobilizado. Terá o mundo livre possibilidade de escapar a essa ameaça?³⁵⁸

³⁵⁵ Disponível em <<https://www.abim.inf.br>> Acesso em: 30/12/2020 às 15:44.

³⁵⁶ CUBA: Um exército de famintos. Teresina: **Estado do Piauí**, 22 jun. 1972, p. 6.

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ Idem.

Observamos a construção de narrativas baseadas numa sociologia da angústia, que despertam o temor em relação às experiências socialistas. Podemos analisar esses discursos a partir do que o sociólogo Girardet considera o “mito da conspiração”, este se configura através de etapas, dentre as quais destacamos: a luta pela dominação do mundo; e o império das trevas.

Tais narrativas costumam denunciar a formação de um perigoso complô, a partir de uma fórmula carregada de um peso, singularmente penoso, de pavores ancestrais. O tom de ameaça pode ser representado de variadas formas: “a do vagabundo, do nômade que ronda as casas felizes, a do viajante sem nome que traz com ele a doença ou a epidemia, a do intruso que se introduz nos lares para levar-lhe a perturbação e a ruína”.³⁵⁹ A insegurança e o medo despontam como elementos aglutinadores em oposição ao desconhecido:

Todo mundo sabe: do terror jacobino ao terror stalinista, a acusação de complô não cessou de ser utilizada pelo poder estabelecido para livrar-se de seus suspeitos ou de seus opositores, para legitimar expurgos e as exclusões, bem como para camuflar suas próprias falhas e seus próprios fracassos. Mas de maneira muito mais precisa [...] fica igualmente fácil denunciar e demonstrar as preocupações manipuladoras às quais estes não deixam de corresponder.³⁶⁰

A sociologia da angústia, adotada em matérias relativas aos países socialistas, utilizava elementos presentes no imaginário social da população brasileira, como o Cristianismo. Conforme dados do censo demográfico de 1970, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, o Piauí possuía o total de 1.680.573 habitantes, destes 827.991 eram homens e 852.582 eram mulheres. A religião predominante era o catolicismo, possuindo 814.580 seguidores do sexo masculino e 838.027 do sexo feminino; em segundo lugar figurava a religião evangélica, com 10.608 homens e 12.281 mulheres.³⁶¹ Esses números apontam uma composição social marcada pelo Cristianismo, sendo reduzido o número de sujeitos desvinculados dessa doutrina religiosa.

Nessas circunstâncias, a associação do socialismo ao desvirtuamento do pensamento cristão era uma abordagem constante nas matérias da imprensa piauiense,

³⁵⁹ GIRARDET, op. cit.1987, p. 43.

³⁶⁰ GIRARDET, op. cit.1987, p. 50

³⁶¹ BRASIL. IBGE. Censo Demográfico Piauí, VIII Recenseamento Geral, 1970, p. 10. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10/05/2019 às 16:30.

jogava-se com o imaginário social ao colocar em contradição os princípios religiosos e a corrente política:

Crianças dos pais crentes foram escarnecidas e mesmo espancadas pelos colegas, sob instigação da direção escolar na aldeia de Stracheny, na Moldávia. [...] É curioso que depois de mais de meio século de educação socialista, os soviéticos precisam ainda usar métodos deste tipo para tentar inutilmente abafar o crescente sentimento religioso, na infância e na juventude. (ABIM- Agência Boa Imprensa)³⁶²

O argumento religioso é outrora alinhado a um fantasma que se tornou um clichê nesses textos: a fome. Ao falar sobre as reformas sociais realizadas no Chile, nos momentos que antecederam o Golpe Militar liderado por Augusto Pinochet³⁶³, o jornal *Estado Piauí* referia-se do vizinho sul-americano como um local de “miséria igualitária”.

O demagogo cristão qualificou o projetado jejum cívico de justo, digno, ordenado e estético. Sua sem-cerimônia é de desconcertar. Pois deixa sem explicação um fato básico. Antes havia fartura no Chile. Começou-se a dividir igualmente tanto as terras quanto as empresas, e as panelas começaram a ficar vazias – reforma igualitárias e panelas vazias – há uma relação de causa e efeito?³⁶⁴

A matéria prossegue na crítica à postura dos cristãos chilenos, acusando-os de tentar acostumar o povo à situação de miséria com base em passagens religiosas:

Os Cristão para o Socialismo, de Antofagasta, à vista da miséria criada pelas reformas socialistas chilenas, não levantam o menor protesto. Pelo contrário, mostram-se inteiramente conformados, e, por sua vez, recomendam aos católicos a resignação religiosa ante a pobreza generalizada no país: O cristão – dizem – não teme o jejum; está familiarizado com ele. O Jejum é a caderneta de identidade de seus profetas (...) Jesus iniciou a sua atividade pública com um jejum voluntário na liturgia (...) põe o jejum como estribilho de suas festas e reserva a sexta-feira para a abstinência.

Com esse argumento – conclui Prof. Plínio Corrêa de Oliveira – os Cristãos para o Socialismo tentam acostumar o povo com a miséria igualitária. E ao mesmo tempo acusam os burgueses de utilizar a Religião como ópio para o povo! (sic.)³⁶⁵

³⁶² PODE-SE ainda falar em liberdade religiosa na Rússia? Teresina: **Estado do Piauí**, 23 jun. 1972, p. 2.

³⁶³ Em 1973 o Presidente Salvador Allende, eleito constitucionalmente e democraticamente em 1970 à frente da *Unidad Popular* (coalizão de partidos de esquerda), foi derrotado por um golpe militar encabeçado pelos Comandantes das Forças Armadas e conduzido pelo Comandante do Exército, Augusto Pinochet. Terminava assim não só a experiência da “via chilena ao socialismo” – como se chamou o programa da *Unidad Popular*, que tentava transformar drasticamente a estrutura socioeconômica preservando o regime político democrático – mas também um longo período de estabilidade democrática que iniciara nos anos 30. Ver: GARRETÓN, Manuel Antonio. **Mobilizações populares, regime militar e transição para a democracia no Chile**. São Paulo: Lua Nova, 1889, p. 91.

³⁶⁴ CHILE: reformismo gera miséria. Teresina: **Estado do Piauí**, 29 out. 1972, p. 2.

³⁶⁵ Idem.

As críticas exercidas aos cristãos chilenos alinhados aos movimentos sociais assemelham-se aos comentários realizados acerca dos párocos brasileiros vinculados à Teologia da Libertação. Os discursos da imprensa tratavam esses eclesiásticos como traidores do Brasil e dos ensinamentos divinos, associados ao comunismo internacional. Conforme o historiador Sandro Silva, essa corrente de pensamento representava uma teologia para os novos tempos, com bases autônomas e em resposta à realidade latino-americana, que se tornou possível a partir da abertura do Concílio do Vaticano II, em 1962, pois a partir dele “esvaziou-se a concepção de que a modernidade seja má, e de que a Igreja – sociedade perfeita – não teria o que aprender com o mundo e as ciências”.³⁶⁶ Sandro Silva salienta que o concílio trouxe novos ares para dentro da Igreja e permitiu maior liberdade tanto no campo litúrgico-pastoral como na produção teológica.

O historiador observa que a atmosfera social receberia uma maior contemplação dos clérigos que, em grande medida, criticavam a Igreja por considerá-la demasiadamente afastada dos interesses sociais da população brasileira:

A mudança de mentalidade ocorrida dentro de uma parte cada vez maior do clero, da segunda metade da década de 1960 para frente e, principalmente na década seguinte, era fruto da nova práxis do clero, ao deixarem suas casas e igrejas, muitas vezes luxuosas, para atender ao povo na periferia, nas favelas, nos subúrbios, grande influência exerceram sobre essa atitude os princípios da Ação Católica – ver, julgar e agir – bem como, de forma bastante preponderante, o próprio concílio e os pontífices que o lideraram. A igreja deveria se despir de toda a ostentação e ir ao *povo*. Contudo, essa nova atitude ganhou maior legitimidade ao ser mediada por uma nova teologia: A Teologia da Libertação.³⁶⁷

No caso específico do Brasil a Teologia da Libertação vigoraria vinculada às Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, com ênfase no discurso progressista da construção de uma cidadania e da participação política, a partir de um *novo homem*. Esse modelo seria interpretado pelo historiador Sandro Silva como uma espécie de “romantismo revolucionário”:

No caso dos padres progressistas da Teologia da Libertação, esse *novo homem* estava no passado rural ou no caboclo, símbolo da brasilidade. Mas antes de tudo, forjado à imagem de Cristo, pelas dores causadas na cruz de um capitalismo acesso ao próprio homem, que escraviza, humilha e mata. Numa lógica que abandonava completamente qualquer resquício da ética protestante de Weber, e que considera o capitalismo anticristão e contra a vida, concebe-se o conceito de *guerra dos deuses*. De um lado o deus capitalismo, avassalador, ateu, branco e imperialista.

³⁶⁶ SILVA, Sandro Ferreira. **Teologia da libertação: revolução e reação interiorizadas na Igreja**. Niterói, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 31.

³⁶⁷ SILVA, op. cit. 2006, p. 36.

Do outro o Deus cristão que une, congrega, caminha com seu povo caboclo, moreno – como a Virgem em Aparecida e Guadalupe – heroico e disposto a mudar a História.³⁶⁸

A posição adotada por um razoável número de clérigos, em consonância com a Teologia da Libertação, os colocava na contramão do comando político brasileiro. Alguns casos tornaram-se enigmáticos na historiografia nacional, como Frei Betto, Dom Hélder Câmara, Dom Antonio Batista Fragoso, considerados algozes do regime militar. A narrativa empregada pelo comando político e pela imprensa escrita do período os situava como agentes do caos, traidores da pátria e também da fé, conforme podemos observar na seguinte matéria, publicada no jornal *Estado do Piauí*, acerca de Dom Fragoso:

Já sem discípulos aqui, partiu ele para a Europa e para a América, a fim de ensinar, não uma simples filosofia, mas o que denomina, pomposamente, de uma teologia da libertação. Não é, porém, uma libertação do homem do pecado, mas ao contrário, libertação da ordem e da lei, certamente dentro dessa “permissão total” pregada pelos vanguardistas de hoje, que colocam os instintos acima da razão, e pretendem revolucionar a ética e, com ela, as bases da sociedade. A tendência é comunista, mas sob certo ponto de vista, vai além do comunismo, pois este é adorador do Estado, que coloca acima do indivíduo ao passo que a teologia da libertação rebela-se contra a moral, contra a ética e contra Deus.³⁶⁹

A matéria prossegue desferindo golpes pessoais ao pároco, afirmando que ao despir a batina se podia revelar o seu “pé de bode, era o capeta em pessoa”; conforme o conteúdo veiculado no texto o interesse de Dom Fragoso, ao viajar para outros países levando a Teologia da Libertação, seria criar uma imagem negativa do regime político instalado no Brasil:

Dom Batista Fragoso, depois de repudiado pelo seu rebanho, resolveu correr o mundo, pregando a nova teologia da libertação, que tem como um dos seus capítulos principais denegrir o governo do país, acusando-o de ditadura porque não dá liberdade aos comunistas e subversivos, como antes de 1964, para destruir a República. É esta a missão de Dom Hélder Câmara e outros bispos vermelhos.³⁷⁰

Determinados tópicos dessa matéria são surpreendentemente similares a trechos do texto que se refere à situação chilena, até mesmo algumas figuras de linguagem repetem-se, como ao atribuir a ideia de “religião como ópio do povo” a clérigos desvirtuados, mesmo que em nenhum dos casos essa ideia tivesse sido manifestada publicamente:

³⁶⁸ Ibidem, p. 55.

³⁶⁹ “TEOLOGIA da Libertação”. Teresina: *Estado do Piauí*, 24 set. 1972, p. 2.

³⁷⁰ Idem.

E foi a Washington, gastando o dinheiro mitra, vingar-se do seu rebanho, pedindo aos americanos que deixem de dar ajuda financeira ao Brasil e aos outros países da América Latina, porque, segundo afirmou, o comércio e a assistência internacional estavam criando condições que estimulam a opressão. Essa ajuda internacional, acrescentou, é o ópio para a consciência do povo. A frase, aliás, é uma paráfrase de outro conhecido refrão comunista: o de que a religião é o ópio do povo.

O trecho final desse texto é preenchido por ataques estritamente pessoais a Dom Antonio Fragoso, naquilo que diz respeito ao seu estilo de vestir-se, incidindo, novamente, na desqualificação daquilo que fogia à norma do pequeno cidadão comum. Nesse sentido, o conteúdo da matéria aponta que o termo “teologia da libertação” era bastante simbólico, haja visto que o clérigo havia “se libertado da batina, que, outrora, era envergada com honra por bispos e padres, e que para ele se transformou em pesado fardo. Despiu-a para apresentar-se como um playboy, de camisa aberta, como se estivesse em um congresso de hippies.”³⁷¹

A ideia de traição era uma constante ao referir-se a esses cristãos que ousavam denunciar as condições do Brasil em solo internacional, conforme matéria do jornal *O Dia*, republicada pelo semanário *Estado do Piauí*, esses párocos eram “ovelhas negras” que saíam do rebanho. Esses sujeitos eram diretamente associados ao comunismo e a subversão, em determinado momento optando-se por omitir seus nomes, para evitar a sua popularização em meio as camadas sociais, isto é, tirando a face de suas ideias e os desumanizando:

Mais um bispo se ocupa do Brasil, no exterior mas para produzir as surradas calúnias e injúrias que, notadamente, os subversivos se comprazem em divulgar contra o ambiente político e social reinante no país. Ou então os mal informados e ignorantes, que ainda encontram guarida em certos jornais para alimentar a campanha que, de longa data, move contra nós, como povo e nação. Os cães latem e nós vamos em frente. Como grande país do Novo Mundo que somos, com honra e glória. Desta vez mais um nome se acrescenta ao rol dos maldizentes. Não o citamos para não alimentar a promoção que quis montar, levando o seu desejo do publicado a ponto de pedir a intervenção de Instituições filantrópicas internacionais para libertar índios e prisioneiros das torturas a que são submetidos pelas autoridades brasileiras. É o cúmulo. Mais uma ovelha negra sai desse rebanho de sacerdotes desviados da pregação da fé católica para palmilhar o caminho que conduz ao mundo esquerdizante ou esquerdista dos que negam os postulados da igreja.³⁷²

³⁷¹ Idem.

³⁷² MAIS uma ovelha negra. Teresina: **Estado do Piauí**, 24 set. 1972, p. 7.

Constatamos, através dessas matérias, que o valor atribuído ao discurso religioso só era validado quando proferido em consonância com o plano governista. Acerca disso, é curioso observarmos que a linguagem religiosa foi apropriada e ressignificada por diversas personalidades políticas, como Emílio Médici e Alberto Silva, aplicada como fator de coalisão ideológica, ao destacarem valores como fé e sacrifício, diante dos desafios encontrados; todavia, as denúncias sobre má apropriação dos ensinamentos divinos debruça-se justamente sobre aqueles, teoricamente, mais certificados nesses termos: bispos, frades e padres.

Os questionamentos, veiculado pela imprensa escrita teresinense, acerca da postura desses clérigos, veementemente, desaguavam num lugar-comum: o comunismo. A corrente política era associada a todos os males e desvios existentes na sociedade, como podemos observar nas matérias analisadas. Termos como fome, embriaguez, “homossexualismo”, furto, ateísmo e subversão eram diretamente referenciados como produtos da esquerda. Essa postura narrativa jogava com valores sociais enraizados na sociedade piauiense e brasileira, ao despertar o temor e a angústia perante o desconhecido.

Nesse sentido, além de situar aquilo que o pequeno cidadão comum não devia ser, a imprensa escrita da capital também se empenhava em delimitar os principais contornos que o dito cidadão respeitável devia trilhar. Aquilo que o doutor, padre ou policial faria para contribuir “com sua parte para o nosso belo quadro social”.³⁷³

4.2. Ouro de tolo: “Eu devia estar contente, porque tenho emprego, sou um dito cidadão respeitável e ganho quatro mil cruzeiros por mês”

Em maio de 1973 o, até então, pouco conhecido Raul Santos Seixas lançava seu primeiro álbum solo, intitulado “*Krig-ha, Bandolo!*”. Composto por 12 faixas musicais, dentre as quais se destacaria *Ouro de Tolo*, onde o cantor baiano se apresentava ao Brasil de forma impactante. A canção em destaque seria reproduzida intensamente, chegando a ocupar a lista das *100 Maiores Música Brasileiras*, produzida pela revista *Rolling Stones* em 2009 e atualizada em 2016, na 16^a (décima sexta) posição.³⁷⁴

³⁷³ SEIXAS, Raul Santos. Ouro de tolo. In: **Krig-Há, Bandolo**. Rio de Janeiro: Philips Records, 1973.

³⁷⁴ 100 MAIORES músicas brasileiras. **RollingStone**, São Paulo, 09 dez. 2009. Disponível em: <<https://rollingstone.uol.com.br/edicao/37/as-100-maiores-musicas-brasileiras/>> Acesso em: 26/12/2020 às 10:05.

Raul Seixas versava acerca de um sujeito que teria passado a maior parte de sua vida seguindo a caderneta de normas sociais: possuía um emprego e uma moradia; agradecia ao Senhor; conseguira comprar um carro (*Corcel 73*); frequentava o zoológico com a família. Contudo, tudo isso lhe gerava um desconforto ao invés de orgulho, o eu lírico confessava, abestalhado, que estava decepcionado e na verdade achava todas essas convenções uma piada perigosa. Por fim, protestava “eu é que não me sento no trono de um apartamento, com a boca escancarada, cheia de dentes, esperando a morte chegar”,³⁷⁵ extravasando o desejo de libertar-se dessas delimitações sociais e experimentar o mundo de forma mais intensa.

A sociedade cantada por Seixas ditava certos padrões que o cidadão respeitável deveria seguir, para ser considerado um sujeito de sucesso, como possuir um emprego, uma casa, uma família, seguir a Deus e adquirir bens de consumo. Todos esses critérios, em linhas gerais, passavam a preencher o pensamento e a visão dos indivíduos brasileiros, constituindo uma sociedade ordenada e docilizada.

Atos fora desse padrão eram considerados falhos, em certos casos seriam tidos, até mesmo, como subversão dos valores. Todavia, em episódios cotidianos, como momentos de exagero no álcool e/ou no cigarro, esses sujeitos eram apenas repreendidos pelo corpo social e recomendados a repensar seus hábitos.

O jornal *O Estado* advertia aos pais de jovens acerca dos cuidados necessários para que seus filhos não consumissem drogas, nesse sentido traçava uma lista dos principais fatores que acarretavam o contato com essas substâncias. Salientando que nem sempre os usuários de drogas eram “rebeldes ou emocionalmente transtornados, ainda que possa acontecer nesses casos”³⁷⁶, ao seu modo, desconstruindo um estereótipo:

Segundo trabalho de Deisher e colaboradores publicado na revista “PEDIATRICS” dos Estados Unidos, os principais motivos que levam os adolescentes a tomar drogas são os seguintes: 1) Para demonstrar seu valor e aceitar o perigo que ele implica; 2) Por motivo de rebeldia e hostilidade para a autoridade; 3) Para facilitar os desejos e atos sexuais; 4) Para fugir da solidão e proporcionar novas experiências; 5) Para tentar encontrar o significado da vida.³⁷⁷

Ao analisarmos o conteúdo dessa matéria podemos constatar a associação do consumo de drogas a atos de rebeldia, fuga, experimentação e, até mesmo, sexuais. A propósito disso, a educação sexual passava a ser incentivada nas páginas do jornal *O*

³⁷⁵ SEIXAS, op. cit. 1973.

³⁷⁶ O QUE leva jovens a usar drogas. Teresina: **O Estado**, 15 abr. 1972, p. 4.

³⁷⁷ Idem.

Estado, tendo em vista a prevenção de doenças venéreas que, progressivamente, se tornavam comuns entre os jovens da época. Em matéria publicada no periódico, durante setembro de 1972, advertia-se: “hoje o maior veículo de propagação de doenças venéreas são as universidades e escolas de 2º grau”.³⁷⁸

A propagação de doenças sexualmente transmissíveis na faixa etária dos 18 aos 25 anos era explicada, por especialistas do período, a partir da confluência de dois fatores: o excesso de liberdade e a falta de informação. A ausência de diálogo com os pais e a vergonha de profissionais da saúde seriam alguns dos problemas encontrados pelos jovens recém iniciados na vida sexual. Junto a isso torna-se notória a popularização de novos métodos contraceptivos, como a “pílula”, conforme explicara o médico Paulo Belfort, para o jornal *O Estado*:

O Dr. Paulo Belfort diz que a grande repressão em termos de sexo, antes do advento da pílula, foi trocada por uma liberdade intensa, mas a desinformação sobre a vida sexual continua dando margem a subprodutos como a gestação em jovens, aumento do aborto criminoso e a própria propagação das doenças venéreas. As pílulas anticoncepcionais surgiram no Brasil em 1963, mas a sua larga utilização começou em 1967. Seus efeitos colaterais inexistem, afirmam ginecologistas, e se, teoricamente, elas só poderiam ser vendidas com receitas médicas, na prática isso não acontece. Também o preço compensa, pois um estojo custa em torno de Cr\$ 5, enquanto que um aborto ilegal sai por Cr\$ 500,00.³⁷⁹

Conforme podemos observar na matéria, as pílulas anticoncepcionais passaram a adquirir, nesse contexto, primazia como método para evitar a gravidez. Todavia, o consumo das pílulas apenas impediria a ovulação, não sendo útil na proteção contra doenças sexualmente transmissíveis. A matéria torna perceptível a desinformação até mesmo entre os agentes de saúde, ao afirmar a inexistência de efeitos colaterais atrelados ao consumo desses medicamentos.

O consumo da “pílula” era um assunto polêmico que invadia o imaginário social e chegava a servir de inspiração para os compositores musicais do período, como Odair de José que, em 1973, lançou *Uma Vida Só (Pare de tomar a pílula)*, com o seguinte refrão:

Você diz que me adora/ Que tudo nessa vida sou eu/ Então eu quero ver você/ Esperando um filho meu/ Então eu quero ver você/ Esperando um

³⁷⁸ DOENÇAS venéreas têm altos índices entre os jovens universitários. Teresina: **O Estado**, 22 set. 1972, p. 3.

³⁷⁹ DOENÇAS venéreas têm altos índices entre os jovens universitários. Teresina: **O Estado**, 22 set. 1972, p. 3.

filho meu/ Pare de tomar a pílula/ Pare de tomar a pílula/ Pare de tomar a pílula/ Porque ela não deixa nosso filho nascer.³⁸⁰

A canção apresenta o pedido de um amante inconformado com sua companheira que insiste em aderir ao método anticonceptivo, impedindo o surgimento de um filho, conjeturado símbolo de representação do amor romântico. Contudo, o consumo das pílulas anticoncepcionais se proliferava Brasil adentro, considerado um método alternativo e prático em contraposição ao aborto, tido pela imprensa do período como um grande problema de saúde pública e econômico.

O semanário *Estado do Piauí* noticiava, em janeiro de 1972, um levantamento que registrava anualmente cerca de 1 milhão e meio de abortos no Brasil. Esses dados apontavam que os abortos correspondiam a 22% dos partos e ocupavam 25% de todos os leitos existentes na rede hospitalar.³⁸¹ Conforme o jornal essas informações foram produto de um estudo coordenado pelo Prof. Otávio Rodrigues Lima, catedrático da Clínica Obstétrica da Universidade do Brasil, tal pesquisa contou com o apoio 34 clínicas de todos os estados do Brasil e baseou-se no atendimento de 55 hospitais.

As 55 unidades clínicas pesquisadas representam cerca de 20% dos grandes hospitais do país, que possuem atendimento obstétrico. Calcula o professor Rodrigues Lima o custo médio do leito-aborto em 75 cruzeiros por dia. Feita a projeção do custo atendimento diário sobre o total de abortos exigindo socorros – acentua – verifica-se que anualmente no Brasil são despendidos mais de 110 milhões de cruzeiros para essa ação médica, levando-se em conta a permanência de um dia no hospital para cada paciente que apresenta complicações. Frisou que nesse cálculo não está computado o valor (bem maior) da saúde humana e do afastamento de suas atividades normais³⁸²

O estudo estima a quantidade específica de abortos anuais em 1 milhão e 488 mil casos, dentre os quais 56% diriam respeito às mulheres casadas e 44% solteiras. Na opinião do professor Otávio Rodrigues esse índice seria justificado pelas pressões socioeconômicas, “sendo causado pelo desejo de grande parte das famílias em não terem um número de filhos além dos que possam sustentar”.³⁸³

É possível observar uma transição cultural nesse período que, paulatinamente, vai desvinculando a imagem feminina do ambiente doméstico e de “chocadeira de filhos”,

³⁸⁰ ARAÚJO, Odair José. Uma vida só (Pare de tomar a pílula). In: **Odair José**. Rio de Janeiro: Polydor, 1973.

³⁸¹ 1 MILHÃO e meio de abortos no Brasil. Teresina: **Estado do Piauí**, 20 jan. 1972, p. 2.

³⁸² Idem.

³⁸³ Idem.

como assinala o jornal *Estado do Piauí*. Domingos Marcellini, em texto publicado no semanário, classifica esse momento como a “alforria às filhas de Eva”:

Alforria às filhas de Eva – A hora da mulher ignorante já passou. Nesta era atômica, não só o sexo está se libertando das trevas que trazia em seu cérebro, da boçalidade que dominava seu espírito, mas também a nossa cara metade. Esta, em nossos tempos, com formação igual à do homem, disputa com este o direito de viver, deixando de ser apenas sua serva e chocadeira de filhos.³⁸⁴

Apesar do protagonismo conquistado pelas mulheres, apontado na matéria, é curioso observar que o autor se dirige a estas como “nossa cara metade”, assumindo implicitamente que direciona seu texto para o público masculino. Apesar disso, dados do censo demográfico de 1970, levantados pelo IBGE, apontavam que no Piauí a maior quantidade de pessoas alfabetizadas era do sexo feminino. O índice levava em consideração cidadãos acima de 5 anos de idade, registrando uma população de 1.382.462, dentro os quais 439.899 sujeitos que sabiam ler. Desses leitores 224.172 eram mulheres e 215.727 eram homens.³⁸⁵ Essa conquista educacional feminina é narrada, na mesma matéria, como uma arma para enfrentar maridos tiranos.

Antigamente bastava mulher (tesouro de volúpias e que sente melhor do que o homem a íntima relação de dois afetos e que ama com mais sinceridade do que o varão), para atravessar a existência, o sexo e a bondade que fez de seu coração um tesouro sem preço. Hoje necessita ela de outras armas, que lhe são fornecidas pelo saber, para ser independente e não escrava de um tirano.

Os muitos maridos cruéis, egoístas e devassos, fizeram que milhares de esposas infelizes, não obstante tudo terem feito para a prosperidade da família, chegassem ao fim da vida sem nada seu, na extrema miséria.

A mulher passou do lado negativo para o positivo, adquiriu personalidade, tornou-se capa de iniciativas e de comando. Assume agora os cargos de chefe de escritórios, e com mais calma do que o homem; de secção de tecelagem, passou a ser caixa etc, tornando-se assim ganhadora de ordenados com que se pode manter até trocar de companheiro sempre que lhe convém.³⁸⁶

O texto de Domingos Marcellini aponta uma transição no comportamento feminino que contempla questões educacionais, profissionais e, até mesmo, amorosas. O autor afirma que a condição “positiva”, alcançada pelas mulheres, lhes deu liberdade para a troca de companheiros conforme a conveniência, não mais dependendo financeiramente

³⁸⁴ MARCELLINI, Domingos. *As travessuras do amor: A mulher moderna*. Teresina: **Estado do Piauí**, 13 maio 1973, p. 3.

³⁸⁵ BRASIL. IBGE. *Censo Demográfico Piauí, VIII Recenseamento Geral, 1970*, p. 22. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10/05/2019 às 16:30.

³⁸⁶ MARCELLINI, Domingos. *As travessuras do amor: A mulher moderna*. Teresina: **Estado do Piauí**, 13 maio 1973, p. 3.

de maridos. Essa proposição, em linhas gerais, se conecta com a declaração da atriz Raquel Weich, em janeiro de 1973: “Eu agora não quero mais ninguém para sempre. Tenho a hora que quero, uso e depois mando embora.”³⁸⁷

Conforme o jornal *O Estado* essa declaração foi proferida no Hilton Hotel, em Las Vegas, onde a atriz passava férias após ter participado das gravações do filme *Barba Azul*, ao lado do ator Richard Burton. A matéria aponta, ainda, que Raquel havia se tornado símbolo do sexo em todos os filmes que participou, nos quais ela rotineiramente aparecia “com pouca roupa e em cenas da mais sexys possíveis”.³⁸⁸ Weich aproveitava essas férias ao lado dos dois filhos, após divórcio de Patrick Curtis, que teria sido seu primeiro e último marido:

Casamento é algo que não vai acontecer mais comigo. Tenho dois filhos, tive um marido mas agora não quero mais saber de ficar a vida toda ao lado de homem. Mesmo quando há muito amor entre duas pessoas, é sempre difícil a vida a dois. Chega um determinado ponto em que é fácil se aborrecer. Daí surgem as brigas. Principalmente, quando uma das pessoas é casada e, como é no meu caso, uma atriz famosa. O marido com o tempo, passa a não compreender as obrigações da mulher-atriz. Então, surgem os choques. As brigas e, conseqüentemente, o nervosismo constante deixa a mulher envelhecida. Mas não será meu caso.³⁸⁹

Essa forma de conceber os relacionamentos é interpretada pelo sociólogo Zygmunt Bauman como característica de uma modernidade líquida, onde a ideia de estabelecer um vínculo sólido é interpretada como um desperdício de possibilidades, o indivíduo deve permanecer livre e desimpedido mediante as oportunidades que estão por vir. É compartilhada uma visão onde ao estabelecer-se num relacionamento o sujeito estaria “fechando a porta para outras possibilidades românticas”,³⁹⁰ junto a noção que “a longo prazo, as promessas de compromisso são irrelevantes... Como outros investimentos elas alternam períodos de alta e baixa.”³⁹¹ Nesse sentido, Bauman pontua que torna-se latente a concepção que ao desejar realizar-se no convívio não se deve exigir e nem assumir compromissos:

Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheia de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, “nem-um-nem-outro”, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma

³⁸⁷ CASAMENTO? Prefiro usar e mandar embora! Teresina: *O Estado*, 21 jan. 1973, p. 6.

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 36.

³⁹¹ Idem.

posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, “estar fixo” – ser “identificado” de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto.³⁹²

A ideia de uma modernidade líquida traçada por Bauman traz à tona um problema sobre a identidade que, para o sociólogo, oscila entre o sonho e o pesadelo. Essas duas noções coabitam na consciência de cada indivíduo, o que torna difícil discernir quando a identidade se torna uma coisa o outra. Para Bauman a facilidade do desengajamento não reduz os problemas, apenas os fragmenta em porções menores, ao passo que se acrescenta o exalar da ansiedade.

A questão da identidade fragmentada é um dos cerne do pensamento do sociólogo Stuart Hall, cujo argumento deriva da ideia que as velhas identidades estão em declínio, fazendo surgir novas identidades descentradas. Hall qualifica essa proposição através de um estudo detalhado da identidade cultural na pós-modernidade, onde traça um plano de nascimento e morte do sujeito moderno.

Nesse estudo, Hall observa que um dos fatores que acarretaram no “descentramento” do sujeito está ligado a instituição de “poder disciplinar”. O sociólogo estabelece conexões com os escritos de Michel Foucault para apontar que “o poder disciplinar está preocupado em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância é o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo.”³⁹³ Nesse sentido, o objetivo desse “poder disciplinar” incide em conservar “as vidas, as atividades, o trabalho e os prazeres do indivíduo, assim como sua saúde física e moral, suas práticas sexuais e vida familiar sob estrito controle e disciplina”³⁹⁴, produzindo um sujeito que possa ser tratado como um corpo docilizado. Todavia, embora esse poder seja fruto de novas instituições coletivas, suas técnicas envolvem um processo de individualização do sujeito:

Num regime disciplinar, a individualização é descendente. Através da vigilância, da observação constante, todas aquelas pessoas sujeitas ao controle são individualizadas... O poder não apenas traz a individualidade para o campo da observação, mas também fixa aquela individualidade objetiva no campo da escrita. Um imenso e meticuloso aparato documentário tornando-se um componente essencial do crescimento do poder [nas sociedades modernas]. Essa acumulação de documentação individual num ordenamento sistemático torna ‘possível a medição de fenômenos globais, a descrição de grupos, a

³⁹² Ibidem, p. 35.

³⁹³ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 40.

³⁹⁴ Ibidem, p. 41

caracterização de fatos coletivos, o cálculos de distâncias entre os indivíduos, sua distribuição numa dada população.³⁹⁵

Essa citação de Foucault na obra de Hall não precisa ser absorvida na íntegra, todavia sua descrição permite contemplar um curioso paradoxo, “quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual”.³⁹⁶ Nesse sentido a noção do individualismo torna-se uma chave importante para compreender a questão da identidade, visto que um sujeito isolado desprende-se de apoios estáveis nas tradições e nas estruturas.

Todavia torna-se perceptível que o “poder disciplinar” não desiste do seu objetivo, apesar da ambiguidade no seu método que, conforme observamos, produz efeitos colaterais. Nesse sentido, forças reacionárias manifestam-se em prol da conservação de valores em fragmentação, conforme podemos observar no depoimento de Nelson Rodrigues publicado no jornal *O Estado*, quando fala acerca das pílulas anticoncepcionais: “Sou a favor do filho, sou contra a pílula, seja do homem ou da mulher, sou contra todo tipo de anticoncepcional. Acho, também que, sendo o aborto um assassinato, a pílula é a arma do crime.”³⁹⁷

Na mesma matéria o escritor é indagado acerca dos relacionamentos instáveis face ao juramento “até que a morte os separe”, respondendo nos seguintes termos:

Ele acende um cigarro com os dedos amarelos de fumo: “Digo e repito sempre: todo amor é eterno, e, se acaba, não era amor. Conheci um homem que viveu da variedade sexual, teve 1.500 amantes e morreu virgem como uma solteirona de Garcia Lorca. Outra coisa: a mulher não pode ter jamais os mesmos direitos do homem. Para o homem, o ato amoroso é um piquenique, enquanto para mulher é uma provação vital trágica. O destino da mulher, tal como fez a natureza, é o da submissão mais completa ao homem e ao filho”.³⁹⁸

Ainda nesse texto Nelson Rodrigues emite sua opinião acerca da formação intelectual feminina, sugerindo que os movimentos feministas gerariam servidão:

Ele me olha quase com raiva, o lábio trêmulo e o olho rútilo: “Considero a mulher intelectual um monstro de circo de cavalinhos. A mulher ou é mulher ou é inteligente. Inteligência e mulher são coisas que não podem jamais ser misturadas. Escreva aí: o Womens Lib’ não é um movimento pela libertação da mulher, é o movimento pela servidão da mulher.”³⁹⁹

³⁹⁵ DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics**. Brighton: Harvester, 1982. Apud. HALL, op. cit. 2000, p. 43.

³⁹⁶ HALL, op. cit. 2000, p. 43.

³⁹⁷ “OS MOVIMENTOS feministas levam a mulher à servidão”. Teresina: **O Estado**, [?] dez. 1972, p. 12.

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ Idem.

Torna-se importante ressaltar que Nelson Rodrigues foi um escritor, romancista, jornalista, teatrólogo e cronista, considerado pela crítica especializada como o mais influente dramaturgo brasileiro. Nascido em Recife constituiu carreira no Rio de Janeiro, onde produziu peças teatrais como “*Toda nudez será castigada*”, inclusive os trechos de entrevista citados anteriormente remetem ao período de lançamento do filme homônimo à essa peça, sob direção de Arnaldo Jabor e produzido pela *Produções Cinematográficas Roberto Faria*, em dezembro de 1972.⁴⁰⁰

Essa posição, de notoriedade no relevo social, não o inibiu de manifestar tais opiniões publicamente, ao contrário, parecia lhe proteger e prestigiar. A atmosfera ideológica desse período permanecia, predominantemente, conservadora e policialesca acerca das liberdades individuais. Ao observarmos as matérias acerca de comportamento, nos jornais da imprensa teresinense, poderemos constatar a ênfase dada ao controle de hábitos como o consumo de cigarro e da bebida alcoólica.

No caso específico do álcool publicava-se os malefícios causados ao fígado, ressaltando que para pessoas com doença hepática o hábito de consumir tais bebidas seria equivalente “a tomar veneno”; contudo, até mesmo para pessoas saudáveis, a ingestão de álcool deveria respeitar alguns limites:

Tratando-se de uma pessoa que não tenha nenhuma doença hepática, a ingestão de álcool, dentro de certos limites, não causa males; mais, para um doente hepático crônico, beber qualquer quantidade de álcool equivale a tomar veneno. Esta é a opinião do Dr. Joachim Hagen, diretor da seção de doenças hepáticas do Hospital de St. Johan em Kranenburg.⁴⁰¹

Os jornais teresinenses advertiam que, além dos problemas de saúde, o álcool também acarretava em desvios sociais, associando-o à violência. Em março de 1973 o jornal *O Dia* publicaria o caso de Manuel Matildes que, conforme a matéria, matou seu colega – Pedro Pantera – por conta de uma dose de cachaça. Ao ser preso em flagrante admitiu o crime, alegando legítima defesa:

Disse Manuel Matildes que estava no bar do Salvador onde chegou Pedro pedindo para ele pagar uma dose de cachaça, por Cr\$ 0,20. Manuel falou que não tinha o dinheiro para dar cachaça a ninguém, sendo por isso agredido.
“Tenho 43 anos e nunca levei tapa de homem” – gritou Manuel, sacando de uma faca e furando o seu agressor. Manuel disse que já trabalhou com Pedro mas não tinha intimidade com ele.

⁴⁰⁰ TODA nudez será castigada. Arnaldo Jabor. Rio de Janeiro: Produções Cinematográficas Roberto Farias, 1972, cor, 102 min.

⁴⁰¹ O ÁLCOOL: Maior inimigo do fígado. Teresina: **Estado do Piauí**, 21 jan. 1973, p. 8.

[...] Pedro Pantera depois de esfaqueado foi levado para o Hospital Getúlio Vargas, onde morreu às 23 horas de sexta-feira, depois de operado. Até ontem não havia aparecido no HGV qualquer parente do morto, que foi sepultado como indigente no cemitério do São Cristóvão.⁴⁰²

A partir desse incidente podemos observar o bar revestido como um local de afirmação da virilidade masculina, a partir de um código de postura muito particular, onde a violência é empregada em “defesa da honra”, conforme torna-se notório na alegação de Manuel Matildes: “Tenho 43 anos e nunca levei tapa de homem”⁴⁰³. O historiador Pedro Vilarinho salienta que o bar é um ambiente marcado pelos jogos de masculinidade, onde os frequentadores constantemente desenvolvem conversas, trocam experiências, falam de mulheres e agem como homens: “mostrando-se mais macho, mais viril, mais esperto, mais resistente ao álcool, procurando ser superior aos que se deixam inferiorizar”.⁴⁰⁴

Esse ambiente, para quem está fora, é constantemente assimilado como um lugar perigoso, tido como o antônimo do lar e do labor. Numa sociedade marcada pela idealização do cidadão compromissado com a família e com o trabalho, o consumo de álcool passa a ser visto como um problema. Basta pensarmos na ideia do dia como oposto da noite: o primeiro destinar-se-ia à produtividade, numa cidade marcada pela árdua intervenção do poder público na construção civil; a noite, por conseguinte, deveria ser assimilada como um momento de descanso para o trabalhador desgastado.

A ideia de uma atividade noturna, por si só, seria problematizada como um impeditivo ao desempenho do operário compromissado. Ao adicionar-se o álcool a essa equação veremos efeitos fisiológicos como a “ressaca”, marcada por náuseas, dor de cabeça, tontura e sede, fatores que prejudicariam a performance do trabalhador. Além disso o bar, enquanto local público, contrapunha-se a vida familiar privada, conforme observara o historiador Bernardo Pereira:

O lar seria o espaço saudável, do equilíbrio, da paz, da felicidade e da vida conjugal harmoniosa, elementos imprescindíveis à identidade masculina, vista assim principalmente pelos olhos da Igreja e do Estado, enquanto o bar e os lugares da noite, de inspiração boêmia, eram tidos como espaços de degeneração do caráter masculino, desviantes da boa conduta e gerador de doenças do corpo e da alma, que levava muitos a uma relação de dependência física e mental e a certos vícios, como o alcoolismo, o jogo, o prazer ilícito, o sexo pervertido.⁴⁰⁵

⁴⁰² MATOU por uma dose de cachaça. Teresina: **O Dia**, 18/19 mar. 1973, p. 4.

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Masculinidades plurais**: a construção das identidades de gênero em obras literárias. Rio Grande do Sul: História Unisinos, 2005, p. 92

⁴⁰⁵ SÁ FILHO, Bernardo Pereira. A cidade do anoitecer ao romper da aurora. In: LIMA, Antônia Jesuíta. **Cidades Brasileiras**: atores, processos, gestão pública. São Paulo: Autêntica, 2007, p. 41.

Nesse sentido, o jornal *Estado do Piauí* destrinchava a fórmula secreta para “curar um alcóolatra”: não beber. Conforme matéria publicada, em fevereiro de 1973, apenas uma pessoa poderia dar cabo a esse vício: o próprio viciado.⁴⁰⁶ O texto discutia a importância do acompanhamento médico nesse processo, todavia individualizava a responsabilidade no sujeito:

O primeiro passo é procurar seu médico ou clínico geral. Ele lhe dirá se deve procurar um endocrinologista ou um psiquiatra. Mas nenhum dos três nada poderá fazer para ajuda-lo, se você não estiver disposto a deixar a bebida para sempre. Portanto, só uma pessoa tem o poder de cura: você.

O papel do médico é mais de apoio, principalmente nos primeiros meses de abstinência, quando você estará infernalmente tentado a tomar <um golezinho>, pois, nesse período, todos seus problemas físicos e psíquicos se manifestarão com maior veemência, já que não contam mais com o poder sedativo do álcool⁴⁰⁷.

Conforme podemos observar, a posição defendida nessa matéria situa o indivíduo como responsável por sua cura através de uma decisão. Todavia, essa escolha mostra-se limitada por uma agenda de opções: um conjunto de alternativas efetivamente disponíveis que restringem e operam a suposta liberdade individual. Conforme o sociólogo Bauman, estamos imersos numa sociedade onde torna-se notória a ausência de “um método coletivo de lidar com problemas individuais e resolvê-los.”⁴⁰⁸

As pessoas apresentam-se sozinhas com seus problemas e permanecem mergulhadas na solidão, aprendendo que os lances decisivos do seu futuro caberão propriamente a elas:

O público – reunião de outros indivíduos só pode aplaudir ou apupar, elogiar ou condenar, admirar ou depreciar, instigar ou dissuadir, estimular ou amolar, incitar ou abafar: jamais prometerá algo que o próprio indivíduo não possa obter por si mesmo, jamais atacará o problema *pelo* queixoso (não passando de um aglomerado de agentes individuais, o público ouvinte/opinante não é em si mesmo um agente), jamais assumirá a responsabilidade no lugar do indivíduo.⁴⁰⁹

Internaliza-se a ideia que, se algo der errado, o indivíduo só terá a si mesmo para culpar. Caso venha a padecer, por conta do vício no álcool ou no cigarro, isso teria sido causado por conta dos seus próprios erros ou negligência. Nesse sentido, jornais como o

⁴⁰⁶ SÓ uma pessoa pode curar o alcoólatra: êle mesmo. Teresina: **Estado do Piauí**, 04 fev. 1973, p. 3.

⁴⁰⁷ Idem.

⁴⁰⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 60.

⁴⁰⁹ Idem.

Estado do Piauí publicavam matérias antitabagistas ressaltando desde a manchete a culpa do fumante: “o pulmão voluntariamente prejudicado”.⁴¹⁰

A tosse matinal crônica, com ou sem expectoração, é sempre um sintoma de alarme de excessiva formação de catarro e, assim, do início do <pulmão de fumante>. Para o professor Otto, ainda nesta fase é possível a reversão das alterações, desde que se abandone o cigarro. Isto feito, o próprio fumante verá como desaparece sua tosse.

É estranho que poucos se utilizem de seu autodomínio para evitar males. Entre os que podem ser evitados com a renúncia ao cigarro está, ainda, o perigo de um câncer pulmonar.⁴¹¹

Conforme o autor da matéria, o médico Werner Pfeiffer, a principal estratégia a ser utilizada no controle de doenças pulmonares seria o autodomínio, tornando-se estranho para ele a decisão de alguns indivíduos em manter o consumo de cigarro, sujeitando-se a mazelas como a bronquite e a tuberculose. A respeito dessa última doença, a tuberculose, podemos observar uma árdua preocupação na cidade de Teresina, sendo vista como uma praga que invadia suas ruas centrais: “É uma triste verdade. Várias ruas de Teresina estão cheias de mendigos leprosos e tuberculosos sem que os poderes públicos se preocupem em tomar conhecimento”.⁴¹² Conforme essa matéria estava se tornando comum que pessoas morressem nas calçadas sem o devido tratamento, muitas vezes sendo enterradas como indigentes:

Há mais de duas semanas a pobre mulher, não podendo mais caminhar recolheu-se a uma calçada na esquina das ruas Lizandro Nogueira e Riachuelo, bem próximo ao mercado central e ali espera morte. Um comerciante das proximidades levou ao Hospital mas não sabemos porque ela foi pra fora e voltou ao seu lugar antigo. Transeuntes e comerciais reclamam a toda hora mas nada podem fazer.⁴¹³

Casos como esse elucidam que a individualização da culpa acaba por desamparar o sujeito que se encontra em condições de vulnerabilidade. Nesse âmbito, torna-se latente a compreensão de Bauman que “a liberdade humana traduziu-se em liberdade de cada um do seus indivíduos”,⁴¹⁴ a crença na sociedade “oferecendo a salvação” vai a cada dia se desintegrando, como o próprio conceito de sociedade, transmutado para o ideal de que cada um é responsável pelo seu destino. Dessa maneira, o sociólogo polonês é enfático ao observar que sujeitos dessa realidade “só têm a própria ambição e vontade para separar sucesso do fracasso e sabem que tudo que se conquista só pode ser alcançado *apesar da* e não *graças à* sociedade.”⁴¹⁵

⁴¹⁰ PFEIFFER, Werner. O PULMÃO voluntariamente prejudicado. Teresina: **Estado do Piauí**, 28 jan. 1973, p. 7.

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² TUBERCULOSE e fome infestam no Mercado. Teresina: **Estado do Piauí**, 13 maio 1973, p. 1.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ BAUMAN, op. cit. 2000, p. 62

⁴¹⁵ Ibidem, p. 63.

O esquecimento de alguns corpos, como esse abandonado entre as ruas Riachuelo e Lizandro Nogueira, do qual sequer o nome é identificado, traduz um projeto político superior – de direito de morte e poder sobre a vida –, elucidado pelo historiador camaronês Achille Mbembe como “necropolítica”. O “necropoder” poderia atuar de diferentes formas, fazendo surgir formas de crueldade mais íntimas, sinistras e tranquilas. Dessa forma, o Estado não precisava incorrer no ato de apertar o gatilho contra os sujeitos, ele atuava através de “uma sabotagem orquestrada e sistemática da rede de infraestrutura social e urbana”⁴¹⁶ tornando as condições de vida precária para alguns indivíduos.

Nesse sentido, Mbembe observa que a necropolítica reconfigura as relações entre resistência, sacrifício e terror, através da “criação de *mundos de morte*, formas novas e únicas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhe conferem o status de *mortos-vivos*.”⁴¹⁷ Na cidade de Teresina dos anos 1970 o “Morro da Esperança” representava um *mondo de morte* na práxis, conforme assinalava a matéria de J. F. de Oliveira no jornal *O Dia*, o local recebia tal nome pois ainda “esperava por tudo”⁴¹⁸.

O Morro da Esperança, um aglomerado humano situado entre a Primavera e a Vila Militar, que já conta com 2 mil habitantes, e onde tudo, ou pelo menos as exigências mais carentes como Escola, Posto Médico, Mercado, Farmácia – só existem na esperança das pessoas que lá residem.⁴¹⁹

Conforme a matéria, que é preenchida por entrevistas com moradores da região, inexistem recursos públicos aplicados no bairro. As crianças precisam deslocar-se caminhando para buscar educação em lugares vizinhos. Até mesmo as condições de acesso ao morro incomodam alguns moradores idosos, estes afirmam sentirem-se cansados de subir e descer, por vias desestruturadas, para realização de tarefas corriqueiras. O jornal *O Dia* chega a publicar o trecho da fala de um morador, identificado como Antonio Pereira, que se deslocava a pé todos os dias para trabalhar: “se tirasse do que ganho para pagar ônibus o que sobrava não dava para comprar o pão. Minha casa, como muitas do bairro, é feita de taipa e coberta de telha; tudo aqui é pobre, é miséria.”⁴²⁰

Observa-se ainda a inexistência de abastecimento de luz elétrica e água na região, conforme publicado no texto os moradores recorrem a um chafariz público para conseguirem um pouco de água e ao anoitecer só é possível observar luz elétrica nas ruas, pois no interior de todas as casas a lamparina está presente. Reclama-se até mesmo pela

⁴¹⁶ MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1, 2018, p.16

⁴¹⁷ Ibidem, p. 25.

⁴¹⁸ O MORRO da Esperança ainda espera por tudo. Teresina: **O Dia**, 1º ago. 1972, p. 5.

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ Idem.

ausência de estruturas religiosas: “gostaríamos que surgissem pregadores por aqui, a Religião, a mensagem divina – disseram – é também uma das coisas essenciais para a comunidade.”⁴²¹



Figura 11: Fotografia do Jornal *O Dia* - Moradores do Morro da Esperança

Transcrição: O casal de moradores mais antigo do Morro da Esperança é testemunho de todos os lances da vida daquele aglomerado.

Podemos observar nessa fotografia a presença de uma mulher idosa com um bebê no colo, sentada ao lado de um homem idoso e de um homem jovem. Conforme a legenda, o casal de idosos seriam os moradores mais antigos do Morro da Esperança. Mergulhando nessa imagem podemos nos perguntar: Esse bebê seria filho do homem jovem e neto dos idosos? É uma pergunta que não podemos responder, mas seriam três

⁴²¹ Idem.

gerações de sujeitos vivendo naquela localidade, desassistidos de qualquer olhar público, longe da educação, do trabalho, da saúde e até mesmo da religião. A Teresina do “milagre brasileiro” que se desenhava nos canteiros centrais da Avenida Frei Serafim não parecia ser a mesma para eles, no entanto sorriam, conforme podemos na imagem.

Todavia, ao sentar-se em cadeiras na porta de casa não se diferenciavam tanto dos teresinense que moravam nas regiões mais privilegiadas da cidade, naquele contexto. O historiador Francisco Alcides Nascimento situa que esse era um hábito comum na cidade entre os anos 1960 e 1970, percebido através de um olhar sensível sobre o caos urbano e relatado pelos cronistas, para estes “um fiapo do cotidiano” era o que bastava para reconstruir as relações do cotidiano e fazer refletir acerca de certos hábitos.⁴²²

Os indivíduos, apesar da diferenciação pelas condições socioeconômicas, pareciam igualar-se pelos comportamentos e posturas. Dessa forma, até mesmo sujeitos localizados em zonas desamparadas deveriam seguir o código geral e desempenhar o pequeno perfil do cidadão comum: constituir família, trabalhar arduamente, louvar a Deus, respeitar as leis, evitar vícios e também manter uma cabeleira alinhada.

Nessas circunstâncias o jornal *Estado do Piauí* destacava as cabeleiras como um problema internacional, associando os cabelos longos à sujeira e ao surgimento de parasitas que afetariam o couro cabeludo:

O diretor dos serviços sanitários do Ministério da Educação da Grã-Bretanha, George Godberg, anunciou que nada menos que 250 mil estudantes tem sido afetados por um parasita que ataca o couro cabeludo. O Dr. Godberg responsabiliza a moda dos cabelos compridos pela difusão da praga. No Brasil, a Divisão Regional de Educação de Sorocaba em São Paulo, verificou que é cada vez maior a incidência de piolhos entre os alunos de várias escolas daquele município e de Votorantim. A profilaxia indicada por aquele órgão consiste em banhos diários e eliminação das longas melenas. <O ideal – afirmou o epidemiologista José Palandri Neto – seria que todos usassem cabelos bem curtos naquelas escolas onde a praga já se verificou>.

Assim, os jovens cabeludos encontram-se num curioso impasse: ou usar cabelos curtos e limpos ou suportar o indesejável parasita... (ABIM – Agência Boa Imprensa).⁴²³

Nesse sentido, a narrativa sanitária é evocada para situar a problemática das cabeleiras como um empecilho a plena qualidade de vida, afetando a saúde do próprio usuário, todavia esse cerco aos cabeludos dava-se por diversos discursos, sobretudo apontando como sinônimo de desvio social.

⁴²² NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cidade das letras. In: AVELINO, Yvone (org.). **Cidades: representações, experiências e memórias**. São Paulo: Olho d' Água, 2017, p.12.

⁴²³ CABELEIRAS poluídas, um problema internacional. Teresina: **Estado do Piauí**, 30 nov. 1972, p.1.

O uso de cabelos longos é colocado como contraponto à condição de sujeito sério e qualificado, como torna-se perceptível constatar na transição do governo estadual do Piauí, quando Dirceu Arcoverde seleciona José Lopes dos Santos para o chefiar um escritório localizado no centro da cidade. A decisão aparece como tópico no jornal *Estado do Piauí*, tornando-se perceptível a ideia que “apesar” de cabeludo ele seria um sujeito responsável:

O CABELUDO dr. José dos Santos foi escolhido pelo dr. Dirceu Mendes Arcoverde para chefiar o escritório que ele montou na Praça João Luís Ferreira. Consta que José Lopes dos Santos vai ser Diretor da **Ager** no governo Dirceu Arcoverde. A escolha é acertada, pois José Lopes dos Santos, além de ser jornalista de ensino agradável e fluente, é um cidadão inteligente, organizado e trabalhador. O ilustre confrade já ocupou alguns cargos públicos e em todos eles portou-se com decência e dignidade.⁴²⁴

Podemos observar que a matéria destaca em letras garrafais a condição de cabeludo do futuro diretor do governo Dirceu Arcoverde. José Lopes era natural de Ipueiras, Ceará, todavia constituiu carreira pública no Piauí, onde ocupou a posição de prefeito em São Miguel do Tapuio (1948/51); Diretor geral do Departamento Estadual de Estatística (1951/9); Secretário de Imprensa do Estado (1962/3) e de Finanças (1966).⁴²⁵ Apesar dessa longa trajetória, a sua cabeleira foi a primeira credencial evocada na matéria do jornal *Estado Piauí* que o apresentava.

A problemática das cabeleiras mostrava-se uma constante nos periódicos teresinenses, sendo colocada em pauta nas mais diversas ocasiões. No final de 1972, quando o astro nacional Roberto Carlos desembarcou na capital do Piauí para execução de duas apresentações, essa questão foi direcionada para o cantor. O rei da *Jovem Guarda* cultivava longos fios e no ano anterior havia homenageado os cachos de Caetano Veloso com a canção *Debaixo dos Caracóis dos Seus Cabelos*⁴²⁶, em sua fala mostrou desaprová-la uma possível proibição de cabeleiras compridas no Piauí:

Roberto Carlos manifestou-se contrário ao boato que está sendo espalhado em Teresina que a partir do próximo dia 19 estaria proibido o uso do cabelo comprido pelos homens. O “Rei da Juventude” disse que “não é verdade” e em todo caso nem a pedidos cortaria sua vasta cabeleira.

Roberto disse que o cabelo é um negócio muito pessoal e mesmo se recebesse pedido para cortá-lo, não o faria porque às vezes ocorre que

⁴²⁴ TÓPICOS. Teresina: **Estado do Piauí**, 01 ago. 1974, p. 6.

⁴²⁵ BASTOS, Cláudio. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 507.

⁴²⁶ MIQUELUTTI, Guilherme. **Debaixo dos caracóis do seu cabelo**. Brasília: Rádio Senado, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/curta-musical/debaixo-dos-caracois-dos-seus-cabelos-1>>

“um negócio pessoal é muito mais importante que um pedido de uma pessoa querida”.⁴²⁷

O descontentamento com as longas madeixas masculinas, em Teresina, partia da associação desse visual ao movimento *hippie*. Conforme pontuamos anteriormente, esse grupo carregava a marca de “fora-da-lei”, não por infringir alguma norma, mas por não haver nenhuma legislação que os amparasse.

Nesse âmbito, a cultura *hippie* era constantemente associada a uma conduta “marginal”, ao consumo de drogas e práticas antirreligiosas. Essa posição levou a uma operação no início da década de 1970, intitulada como “raspa-cabeça”, na capital do Piauí. O movimento repercutiu muito mal e despertou críticas de piauienses radicados fora do estado.

Nós, piauienses, estudantes universitários em Brasília, leitores assíduos dos jornais do Piauí enviados por nossos familiares, tivemos a oportunidade de deparar com um artigo publicado pelo jornal O DIA, edição de 7 de maio de 1971, número 3284, o qual nos surpreendeu de maneira chocante. E como filhos dessa boa terra, ficamos constrangidos ao saber que, apesar do Piauí ser composto, em sua maioria de homens inteligentes, ilustres e evoluídos, ainda lá existem pessoas de mentalidade estreita, a ponto de associar um cabelo grande a marginalidade.

A prevalecer tal visão das coisas, Einstein, o gênio da Teoria da Relatividade, que revolucionou o mundo da Física, se hoje ainda existisse e pelo Piauí passasse, ficaria sem sua cabeleira, pois no conceito dos <raspa-cabeças> daí, de forma alguma poderia ser um cientista. Da mesma forma, das Universidades atuais, nunca sairiam potencialmente os futuros dirigentes da nação, mas um bando de marginais. Na UNB, por exemplo, muitos são os estudantes que usam cabelos e barbas longos. No entanto são ótimos alunos, e a ninguém ocorre chamá-los de pervertidos.⁴²⁸

Os estudantes também manifestavam a importância de desconstruir o estereótipo acerca do termo *hippie*, constantemente empregado para depreciar pessoas com longos cabelos:

Portanto, não devemos taxar os jovens de **hippies** pelo simples fato de usarem os seus cabelos grandes, nem confundir **hippie** com marginal, pois, se é possível que os hippies hajam alguns marginais, estes também são encontrados no meio das outras comunidades.

Será que os chefes da operação <raspa-cabeças>, por menos avisados, acham que o simples corte dos cabelos de um jovem mudará sua maneira de **pensar**?⁴²⁹

⁴²⁷ ROBERTO CARLOS contra a proibição de cabelos longos. Teresina: **O Estado.**, 07 dez. 1972, p. 7.

⁴²⁸ OPERAÇÃO “raspa-cabeças” repercute mal em Brasília. Teresina: **Estado do Piauí**, 10 jun. 1971, p. 1.

⁴²⁹ Idem.

Apesar dessa postura ponderada, transmitida pelo discurso de estudantes piauienses através do jornal *Estado do Piauí*, predominavam os discursos coercitivos aos *hippies* que, em algumas situações, chegavam a ser associados a práticas satanistas. Essa ideia partia da premissa que eles recusavam todos os valores da civilização, dentre os quais se incluíam os cristãos:

Pude observar que largos setores da juventude que se entrega a esse novo estilo de vida não só nega ponto por ponto a sociedade de seus pais, mas também assume um caráter militantes contra todas as suas características.

Por exemplo, é sabido que os *hippies* negam a organização da família, negam o casamento, vivem nômades, sem lares e profissões. Cada vez menos enviam seus filhos às escolas, são adeptos do analfabetismo, etc. Além das drogas esses bandos se entregam em grau maior ou menor, ao satanismo.⁴³⁰

Podemos observar que, conforme essa narrativa, esses sujeitos representavam o antônimo daquilo que era o cidadão desejado: trabalhador, sóbrio, cristão e estabelecido em família. Sua experiência no mundo era compreendida como um perigo, sob o risco de seduzir sujeitos alinhados e jovens ingênuos. Nesse âmbito, o cabelo longo era visto como o primeiro sinal de rompimento no muro do mundo tradicional rumo ao universo contestador, devendo ser contido de início.

Os bebericos e tragos, ao seu modo, também eram vistos como potenciais problemas. Dessa forma mostrava-se essencial um consumo moderado dessas drogas legalizadas, onde o indivíduo era o único responsável por estabelecer seus limites. O vício nessas substâncias era encarado como sinal de incapacidade em gerir a própria vida. A questão da saúde era evocada, sobretudo, sob a égide de despertar o temor nesses consumidores, tendo em vista que a solução desses problemas era direcionada ao próprio usuário.

A dimensão sexual aparecia como uma grande incógnita, tendo em vista a proliferação da pílula anticoncepcional como método contraceptivo. Paralelamente permanecia uma ampla desinformação acerca dessa pauta, resultando em altos índices de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejadas. A questão do aborto ecoava e dividia opiniões, sendo para alguns uma questão de saúde pública e para outros uma prática abominável.

⁴³⁰ SATANISTAS e *hippies* simbolizam decadência nos EUA. Teresina: **Estado do Piauí**, 12 nov. 1972, p. 5.

Ao analisarmos a politização do cotidiano nesse período, conseguimos observar que o brasileiro era rodeado de discurso sobre o que fazer e como não agir, todavia predominava a máxima: cada qual carrega o peso da sua cabeça.

Os sujeitos que cansavam de carregar esse fardo acabavam por padecer desamparados. Dessa forma, parecia mais adequado seguir os vértices para o pequeno perfil de um cidadão comum, caminhando a passos lentos numa vida sem grandes riscos. O sujeito poderia sentir-se feliz ao ser recompensado com as carícias duma vida em família, do salário em dia, do encontro dominical na igreja ou da conversa na porta de casa.

Um pequeno cidadão comum que não contesta, mas também não sofre. Antecipa a repreensão e foge dela. Caminha para a morte pensando em vencer na vida.

5. REPERCUSSÕES FINAIS

Nos aproximamos do *dead line* dessa cobertura, onde visamos analisar os traçados políticos veiculados na imprensa escrita de ampla circulação em Teresina, no transcurso da primeira metade da década de setenta. Avistamos o fechar das linhas desse trabalho, ao passo que acreditamos na necessidade de abriremos muitas outras páginas discutindo essa temática. Essa noção pode um dos maiores clichês acadêmicos, onde mudam-se as palavras, mas não se altera o sentido da frase, todavia, acreditamos na sua necessidade diante de um objeto com possibilidades tão abertas.

Acreditamos que a construção desse texto traduz uma trajetória de pesquisa principiada na graduação, através de um projeto de iniciação científica, ainda em 2016. Nesse transcurso algumas coisas foram escritas: relatórios, monografia, artigos e outros trabalhos acadêmicos. Ao direcionarmos nossos olhos para esses textos passados sentimos um leve desconforto, como se fossem análises superficiais e imaturas; em outros momentos sentimos orgulho de termos construído chaves de análise interessantes. É constate a relação de insegurança do autor com o seu texto.

No caso específico desse texto, podemos dizer que ele carrega uma marca muito forte do período que foi escrito, durante a pandemia de *covid-19* que culminou com um quadro de isolamento social. Praticamente todas as linhas desse texto foram escritas nesse cenário, vez ou outra aproveitando fragmentos de textos antigos. Dessa forma, a escrita dessa dissertação, foi antes de tudo um refúgio e abrigo para pensamentos amargurados em tempos pandêmicos. Lucian Febvre já afirmara “a história é filha do seu tempo”, dito isso entendemos que esse texto contempla interjeições do momento em que foi produzido.

Feito esse parêntese, abrimos um novo para informar que as condições sanitárias impediram a assiduidade nas idas ao Arquivo Público do Estado, onde estão localizadas as principais fontes discutidas nesse texto. Entretanto, como trabalhamos com esse objeto desde 2016, já possuíamos um índice relativamente elevado de matérias catalogadas, acreditamos que a carência de suporte não tenha sido um problema para o texto, porém gostaríamos de ter tido mais convívio no arquivo e levantado um número superior de documentos para apreciação.

Em linhas gerais buscamos dividir o texto em fragmentos complementares, onde as discussões de cada pauta se conectam para a construção de uma análise complexa. A primeira trama desse roteiro consistiu num levantamento de informações e apresentação dos atores para familiarização do público. A exposição dos gênios que compunham a personalidade de cada elemento estudado nos pareceu importante para sintonizar a

frequência dos atos. Em determinado momento utilizamos uma figura de linguagem ligada ao jogo de xadrez, apontamos o valor atribuído a cada peça e também ressaltamos a importância do tabuleiro. Consideramos que a partida não pode ocorrer sem a presença de todos esses elementos.

Conforme adentramos nessa análise, passamos a perceber a complexidade que envolve os movimentos da imprensa nesse cenário, em certo ponto limitada por regimentos burocráticos e em alguns momentos seduzida pelo viés autoritário. Consideramos que sua atuação passou a ocupar uma área cinza no jogo político, fugindo do maniqueísmo que divide o tabuleiro em casas brancas e pretas.

A atuação dos periódicos ficou situada entre zonas de coerção e colaboração, onde nossa análise percebeu um pacto silenciado entre o poder político e as empresas jornalísticas, às vezes nem tão velado, cuja tônica seria: “sua consciência é seu guia”. Jornalistas evitavam entrar em discussões polêmicas e o poder público pouco interferia na sua circulação. Discutimos essa relação a partir do conceito de “autocensura”, conforme pode ser percebido em diversos momentos do texto.

No segundo capítulo demos ênfase ao estudo de pautas governistas e situacionistas publicadas nos jornais teresinenses *O Dia*, *O Estado* e *Estado do Piauí*. Essa pauta do texto é subdividida em três tópicos, onde cada seção contempla diretamente um jornal. Percebemos a constância de um discurso otimista nesses documentos, entendendo-o como um recurso narrativo favorável ao Estado. Ao passo que os jornais direcionavam os olhos do leitor para o futuro em potencial, silenciavam-se problemas vivenciados no presente.

As dificuldades perpassadas nesse período eram tratadas como sacrifícios, aproveitando-se de um conceito religioso numa população predominantemente católica, propunha-se o apego coletivo à fé num milagre que estaria por vir.

A terceira pauta desse texto também envolve o plano religioso, todavia ele agora se desloca para esfera individual, requisitando que o cidadão seja um bom cristão obediente. São apontados aos sujeitos valores ideais de um brasileiro digno: trabalhador, casado, anticomunista e cristão.

Nos dedicamos, portanto, à investigação das matérias jornalísticas que enfatizavam o “pequeno perfil de um cidadão comum”, buscando entender em que medida esse discurso se ligava a um desejo político de docilização dos corpos e criação de cidadãos conformados com o sistema de governo.

Percebemos a construção de matérias que despertam medo a certos hábitos, tais quais o consumo de álcool, uso de cigarro, cultivo de cabeleiras, sexo desregrado, dentre outros. Observamos também um cerco aos discursos socialistas e comunistas, apontando países como Rússia, China e Cuba como exemplos de desordem e sofrimento. Até mesmo a ação de párocos ligados às doutrinas sociais, como as eclesiais de base, era narrada na imprensa como um ato de subversão.

Nesse sentido, compreendemos que esse trabalho contempla uma discussão que transpassa a imprensa escrita de ampla circulação teresinense por diferentes aspectos, a situando como um ponto de apoio para os discursos governistas e para veiculação de valores pregados pelo poder. Seus movimentos podem ser compreendidos como gestos de endosso ao projeto político em desenvolvimento. Essas empresas não eram meros peões no xadrez político, tinham posição intermediária e elevada influência para a organização do jogo.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação**: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

ARAÚJO NETO, Torquato Pereira de. **Torquatália**: do lado de dentro. Rocco: Rio de Janeiro, 2004.

ARAUJO, Maria Paula (org.). **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ARENDT, Hanna. **Da violência**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

ARENDT, Hannah. **Eichman em Jerusalém**: Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

AVELINO, Yvone (org.). **Cidades**: representações, experiências e memórias. São Paulo: Olho d' Água, 2017.

BASTOS, Cláudio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENTIVOGLIO, Júlio. Os pontos cegos da história: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil – breves notas para uma discussão. **Opsis**, v.14, n.2, 2014.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente:** Discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: LGE Editora, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade: Objeto de estudo e experiência vivenciada. **Revista Estudos Urbanos e Regionais.** v. 6, n. 2, 2004.

BURKE, Peter. **O Renascimento.** Lisboa: Edições Textos & Grafia, 2008.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CALVINO, Italo. **Cidades Invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria:** Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Masculinidades plurais:** a construção das identidades de gênero em obras literárias. Rio Grande do Sul: História Unisinos, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** São Paulo: Contexto, 2018.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **Visões do Golpe:** 12 depoimentos oficiais que articulam o golpe militar de 1964. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

DARNTON, Robert. **Censores em ação:** como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DE DECA, Edgar Salvadori. **O Silêncio dos vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **História dos índios no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2011.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

EUGÊNIO, João Kennedy; RÊGO, Ana Regina. **Regimes ditatoriais: comunicação, cultura e memórias**. Teresina: EDUFPI, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1979.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. **“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”**: Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

FLÔRES, Onici. **Teorias do texto e do discurso**. Canoas, Rio Grande do Sul: Ed. Ulbra, 2006.

FONTINELES, Cláudia Cristina da. **O Recinto do Elogio e da Crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **Mobilizações populares, regime militar e transição para a democracia no Chile.** São Paulo: Lua Nova, 1989.

GIAMBIAGI, Fábio. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAMSCI Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUISONI, Divo (org.) **O livro negro da ditadura militar.** São Paulo: Ed. Anita com co-Edição com a Fundação Maurício Grabois, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991).** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HUGGINS, Martha. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina.** São Paulo: Cortez, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética do jornalismo brasileiro.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores do AI-5 à Constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo, 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos.** São Paulo: Editora 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história.** Lisboa: Terramar – Editores, Distribuidores e Livreiros, 1985.

LIMA, Antônia Jesuíta. **Cidades Brasileiras: atores, processos, gestão pública.** São Paulo: Autêntica, 2007.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978).** São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1980.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar.** São Carlos – SP: EDUFSCAR, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** São Paulo: N-1, 2018.

MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. **O Piauí nos rastros de “Um Brasil Gigante”:** Política e Imprensa (década de 1970). Relatório Final de Iniciação Científica. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. **Tome nota:** discursos políticos na imprensa teresinense (1971-1974). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em marcha contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva - FAPESP, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NIETZSCHE. **Genealogia da moral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009

ORWELL, George. **1984.** São Paulo: IBEP, 2003.

PINSKY, Carla (org). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos:** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense:** da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 2006.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina – PR: Ed. UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. Curitiba: Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR, 2014.

SANTOS, Luís Sérgio. **Intimorata: a saga do Jornal O Estado, de José Martins Rodrigues a Venelouis Xavier Pereira**. Fortaleza: Omni Editora, 2016.

SILVA, Sandro Ferreira. **Teologia da libertação: revolução e reação interiorizadas na Igreja**. Niterói, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

TRAVERSO, Enzo. Usos políticos do passado, In: **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Decreto nº 1106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 17/6/1970, p. 4521

BRASIL. Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 29/1/1946, p. 1456.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico Piauí, VIII Recenseamento Geral, 1970, p. 10.

BRASIL. LEI Nº 5.536, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 22/11/1968, Página 10177.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

1 MILHÃO e meio de abortos no Brasil. Teresina: **Estado do Piauí**, 20 jan. 1972, p. 2.

“OS MOVIMENTOS feministas levam a mulher à servidão”. Teresina: **O Estado**, [?] dez. 1972, p. 12.

“TEOLOGIA da Libertação”. Teresina: **Estado do Piauí**, 24 set. 1972, p. 2.

A EXISTÊNCIA empírica do jornalismo de província. Teresina: **Estado do Piauí**, 25 jul. 1971, p. 1.

A SOBERANIA de uma nação não se outorga, conquista. Teresina: **O Estado**, 25 abr. 1972, p. 3

ALBERTO instala órgão para embelezar Teresina. Teresina: **O Estado**, 04 fev. 1972, p. 8.

ALBERTO obtém de missão inglesa 90 milhões para obras no Piauí. Teresina: **O Estado**, 10 mar. 1972, p.1.

ATHAYDE, Tristão de. O ESTADO e a imprensa. Rio de Janeiro: **Jornal do Brasil**, 03 jun. 1971. Apud. Teresina: **Estado do Piauí**, 06 jun. 1971, p. 6.

AUMENTO da renda per capita do Piauí é o objetivo do Govêrno Alberto Silva. Teresina: **Estado do Piauí**, 08 jul. 1971, p. 4.

CABELEIRAS poluídas, um problema internacional. Teresina: **Estado do Piauí**, 30 nov. 1972, p.1.

CASAMENTO? Prefiro usar e mandar embora! Teresina: **O Estado**, 21 jan. 1973, p. 6.

CERAIS capitalistas para evitar a fome de comunistas. Teresina: **Estado do Piauí**, 20 fev. 1972, p. 2.

CHILE: reformismo gera miséria. Teresina: **Estado do Piauí**, 29 out. 1972, p. 2.

CUBA: Um exército de famintos. Teresina: **Estado do Piauí**, 22 jun. 1972, p. 6.

DEPUTADO analisa desenvolvimento. Teresina: **O Dia**, 30 já. 1973

DEPUTADO Nogueira: Piauí vai muito mal. Teresina: **O Estado**, 13 jan. 1973, p. 6.

DOENÇAS venéreas têm altos índices entre os jovens universitários. Teresina: **O Estado**, 22 set. 1972, p. 3.

DOENÇAS venéreas têm altos índices entre os jovens universitários. Teresina: **O Estado**, 22 set. 1972, p. 3.

HIPPIE diz que teresinense é quadrado. Teresina: **O Estado**, 10 ago. 1972, p. 07.

INDEPENDÊNCIA e Vida. Teresina: **O Dia**, 11 ago. 1972, p. 5.

JOEL e Alberto trabalham de mãos dadas por Teresina. Teresina: **O Estado**, 15 mar. 1972, p. 6.

LEÃO, Fabrício de Arêa. Vozes da cidade: a urbes e a zona rural. Teresina: **O Dia**, 20/21 ago. 1972, p. 3.

MAIS uma ovelha negra. Teresina: **Estado do Piauí**, 24 set. 1972, p. 7.

MARCELLINI, Domingos. As travessuras do amor: A mulher moderna. Teresina: **Estado do Piauí**, 13 maio 1973, p. 3.

MATOU por uma dose de cachaça. Teresina: **O Dia**, 18/19 mar. 1973, p. 4.

MILTON Brandão na defesa do Piauí. Teresina: **O Dia**, 24/25 set. 1972, p. 4.

- NOTAS políticas. Teresina: **O Dia**, 11 ago. 1972, p. 3.
- NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p. 1
- O “ALBERTÃO” está nascendo. Teresina: **O Estado**, 11 jan. 1972, p. 7.
- O ÁLCOOL: Maior inimigo do fígado. Teresina: **Estado do Piauí**, 21 jan. 1973, p. 8.
- O DESAFIO da urbanização. Teresina: **O Dia**, 21/22 jan. 1973, p.6.
- O GOVERNADOR está certo. Teresina: **Estado do Piauí**, 01 abr. 1971, p. 1.
- O GRANDE desfile. Teresina: **O Dia**, 06 set. 1972, p. 3.
- O MORRO da Esperança ainda espera por tudo. Teresina: **O Dia**, 1º ago. 1972, p. 5.
- O QUE leva jovens a usar drogas. Teresina: **O Estado**, 15 abr. 1972, p. 4.
- O RESSURGIMENTO do Piauí. Teresina: **Estado do Piauí**, 25, jul. 1971, p. 1.
- OPERAÇÃO “raspa-cabeças” repercute mal em Brasília. Teresina: **Estado do Piauí**, 10 jun. 1971, p. 1.
- ORDEM e progresso no Govêrno de Alberto Silva através da Polícia Militar. Teresina: **O Estado**, 15 mar. 1972, p. 4.
- OS MELHORES de 1971. Teresina: **O Estado**, 01 jan. 1972, p. 1.
- OS NOVOS secretários que se precavenham. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 abr. 1971, p. 1.
- PFEIFFER, Werner. O PULMÃO voluntariamente prejudicado. Teresina: **Estado do Piauí**, 28 jan. 1973, p. 7.
- PIAUI caminha a passos largos com progresso. Teresina: **O Dia**, 19 fev. 1973, p. 4.
- PIAUI: Grande canteiro de obras. Teresina: **O Estado**, 15 mar. 1972, p. 2.
- PINHEIRO Machado. Teresina: **O Estado**, 05 jan. 1972, p.1.

PODE-SE ainda falar em liberdade religiosa na Rússia? Teresina: **Estado do Piauí**, 23 jun. 1972, p. 2.

ROBERTO CARLOS contra a proibição de cabelos longos. Teresina: **O Estado**., 07 dez. 1972, p. 7.

RÚSSIA receberá trigo norte-americano enquanto continua armando Cuba. Teresina: **Estado do Piauí**, 02 nov. 1972, p.1.

SATANISTAS e hippies simbolizam decadência nos EUA. Teresina: **Estado do Piauí**, 12 nov. 1972, p. 5.

SÓ uma pessoa pode curar o alcoólatra: êle mesmo. Teresina: **Estado do Piauí**, 04 fev. 1973, p. 3.

TERESINA será o cartão de visitas do Piauí. Teresina: **O Estado**, 08 jul. 1971, p. 8.

TUBERCULOSE e fome infestam no Mercado. Teresina: **Estado do Piauí**, 13 maio 1973, p. 1.

TVS de Brasília vão apresentar documentário mostrando o Piauí. Teresina: **O Estado**, 05 jan. 1972, p. 6.

VALORIZAÇÃO do trabalhador. Teresina: **O Dia**, 13 ago. 1972, p. 3.